

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO - ESAT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS - PPGICH
MESTRADO ACADÊMICO

AUGUSTO GOMES FERREIRA

**A RÁDIO QUE ESPOCA BODES:
A REINVENÇÃO DA RÁDIO XIBÉ COMO WEBRÁDIO
NO MÉDIO SOLIMÕES - AM**

Tefé - AM
Março de 2026

Augusto Gomes Ferreira

**A RÁDIO QUE ESPOCA BODES:
A REINVENÇÃO DA RÁDIO XIBÉ COMO WEBRÁDIO
NO MÉDIO SOLIMÕES - AM**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – Linha de Pesquisa: Etnografias de experiências de comunicação popular, da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas, com concentração em Teoria, História e Crítica da Cultura.

Orientador: Dr. Guilherme Gitahy de Figueiredo.

Coorientador: Dr. Jader Ribeiro Gama.

Tefé - AM

Março de 2026

A RÁDIO QUE ESPOCA BODES: A REINVENÇÃO DA RÁDIO XIBÉ COMO WEBRÁDIO NO MÉDIO SOLIMÕES – AM

AUGUSTOGOMES FERREIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – Linha de Pesquisa: Etnografias de experiências de comunicação popular, da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas, com concentração em Teoria, História e Crítica da Cultura.

Orientador: Dr. Guilherme Gitahy de Figueiredo.
Coorientador: Dr. Jader Ribeiro Gama.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **GUILHERME GITAHY DE FIGUEIREDO**
Data: 27/03/2026 15:57:01-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dr. Guilherme Gitahy de Figueiredo
Universidade do Estado do Amazonas (UEA) (Presidente da Banca)

Documento assinado digitalmente
 **GIMIMA BEATRIZ MELO DA SILVA**
Data: 27/03/2026 15:47:44-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dr^a. Gimima Beatriz Melo da Silva
Universidade do Estado do Amazonas (UEA) (Membro Interno)

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCO ANTUNES CAMINATI**
Data: 27/03/2026 18:29:29-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dr. Francisco Antunes Caminati
Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Membro Externo)

Documento assinado digitalmente
 **OTAVIO RIOS PORTELA**
Data: 22/05/2026 18:21:04-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dr. Otávio Rios Portela
Universidade do Estado do Amazonas (UEA) (Membro Suplente Interno)

Documento assinado digitalmente
 **JADER RIBEIRO GAMA**
Data: 02/05/2026 10:08:00-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dr. Jader Ribeiro Gama
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) (Membro Suplente Externo)

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

G633r	<p>Gomes Ferreira, Augusto</p> <p>A rádio que espoca bodes : A reinvenção da Rádio Xibé como webrádio no Médio Solimões-AM / Augusto Gomes Ferreira. Manaus : [s.n], 2026.</p> <p>181 f.: color.; 21.0 cm.</p> <p>Dissertação - Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas- Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2026.</p> <p>Orientador: Guilherme Gitahy de Figueiredo.</p> <p>Coorientador: Jader Ribeiro Gama.</p> <p>1. Xibé. 2. Comunicação. 3. Educomunicação. 4. Reinvenção. 5. Tecnopolítica. I. Guilherme Gitahy de Figueiredo (Orient.) II . Jader Ribeiro Gama (Coorient.) III. Universidade do Estado do Amazonas. IV. Título</p> <p>CDU(1997)168.522(043.3)</p>
-------	---

Dedico este estudo à minha mãe Zuleide e ao meu pai José, que tornaram possível a experiência da minha existência neste mundo.

Dedico também a pessoa que iluminou os meus dias nas noites mais densas dessa vida, minha amada e incrível esposa, Fernanda Taveira, que me proporciona todos os dias a experiência contínua de ter impregnado em meu corpo, o amor e da felicidade.

AGRADECIMENTOS

Esta tessitura nasce da escuta, da partilha e da generosidade das muitas vozes que atravessaram este caminho. É um trabalho tecido por encontros, humanos, técnicos, afetivos e sonoros, que fizeram da pesquisa um território vivo de convivência, aprendizagem e invenção coletiva.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPPEAM, pelo apoio essencial à pesquisa científica na Amazônia e pela confiança em quem escolhe produzir conhecimento desde as margens, onde a ciência também pulsa como compromisso social.

À Universidade do Estado do Amazonas – UEA e ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH, pelo espaço de pensamento crítico e criação compartilhada, onde o saber se constrói como diálogo, travessia e responsabilidade com o território amazônico.

À Direção do Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST, nas gestões da Profa. Dra. Dayane Feitosa Lima (2021–2023) e do Prof. Dr. Yomarley Lopes Holanda e Profa. Dra. Monica Dias de Araújo (2023–2027), pela escuta institucional, pelo compromisso com a pesquisa, a extensão e pela defesa permanente de uma universidade amazônica plural, pública e transformadora.

Ao Laboratório de Educomunicação Padre Edilberto Sena – Lab EduCom, abrigo de experimentações e revoadas coletivas, onde comunicar é gesto de cuidado e educar é prática de partilha.

À Rádio Xibé, território livre de vozes e memórias, que segue vibrando no espectro digital amazônico como um coração coletivo. Aos Espoca Bodes, da primeira e da segunda geração, pela coragem de inventar mundos possíveis e pela alegria de transformar o som em gesto político e comunitário.

Aos sujeitos desta pesquisa, que confiaram suas experiências, histórias e saberes, permitindo que este estudo se tornasse, de fato, um diálogo entre ciência, território e vida.

Aos companheiros e companheiras da comunicação popular amazônica, que insistem na palavra como ferramenta de autonomia e na escuta como tecnologia de convivência.

Ao artista tefeense Ailson Meireles Fernandes, pelo olhar sensível que transforma matéria em identidade visual do território, e ao comunicador Jackson Marinho da Rocha, cuja parceria e colaboração técnica contribuiu para a construção das primeiras atividades da Rádio Xibé.

À Nômade Tecnologias, em nome de Jader Gama, Nara Pessoa e Luiz Sanches, pela parceria generosa e pela construção compartilhada de infraestruturas digitais amazônicas éticas, livres e comunitárias.

Ao Pedro Pontes de Paula Júnior, pelos primeiros registros históricos da Rádio Xibé, fundamentais para a abertura desta trilha investigativa. Ao amigo, poeta fonteboense e Espoca Bodes, Naldo Sales, pela criação inédita do poema para a Xibé.

Aos pesquisadores e pesquisadoras que pavimentaram este campo de estudos e abriram caminhos para que esta investigação pudesse existir, Joel Matias da Silva, Welner Fernandes Campelo, Raimundo Medeiros de Sousa e Mariany Martins Santos, cujas investigações contribuíram decisivamente para o fortalecimento das reflexões sobre comunicação amazônica, educomunicação e práticas comunitárias de mídia.

Ao Prof. Dr. Guilherme Gitahy de Figueiredo, pela orientação generosa, pela escuta atenta e pela confiança permanente, inaugurando caminhos acadêmicos e modos de existência comprometidos com a comunicação como prática de convivência e transformação.

À minha família, especialmente à minha amada esposa, Fernanda Carvalho Taveira, pelo amor, paciência, companheirismo, escuta atenta, críticas, observações, sugestões e pela força cotidiana que sustentaram cada etapa desta travessia.

Aos amigos e amigas de caminhada, pela presença, pela escuta e pela ternura nos dias difíceis e nos dias de recomeço.

Esta pesquisa pertence a todos que acreditam que comunicar é existir, e que, nas vozes amazônidas, o futuro já fala.

Rádio Xibé, a rádio que espoca bodes

Sou voz que soa na distância,
que informa, eleva a ciência
e se alimenta do verde esperança.

Sou voz que ganha corpo
na catedral Amazônia.
Na bela Tefé renasci;
sou forte, não me calo.

Eu sou do Norte,
estou firmada aqui.
Enfrento desafios, sou itinerante,
rompo barreiras,
não sei o que é fronteira
na comunicação.

Vou na levada do entretenimento
e, assim, levo conhecimento,
pois essa é a minha missão.

No rádio, sou reinvenção;
sou também voz de fé,
sou arte e cultura,
sou a Rádio Xibé.

Naldo Sales

Poeta fonteboense e espoca bodes, em 08/02/2026.

SIGLAS

AM – Amazonas

AM – Amplitude Modulada

CEST – Centro de Estudos Superiores de Tefé

CMI – Centro de Mídia Independente

DPI – Departamento de Polícia do Interior

EDUCOM – Educomunicação

FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

FM – Frequência Modulada

LabEduCom Pe. Edilberto Sena – Laboratório de Educomunicação Padre Edilberto Sena

ONG – Organização Não Governamental

PPGICH – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REC – Projeto Rádio Escolar Comunitária

RNA – Rede de Notícias da Amazônia

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

IMAGENS

Figura 1 Storyboard da origem do nome “Espoca Bodes”.

Figura 2 Guilherme Figueiredo e Sérgio Fonseca na primeira transmissão da rádio Xibé em 27/10/2006.

Figura 3 Rádio Xibé presente durante oficina de Educomunicação e Cidadania Digital, na Terra Indígena Jaquiri, povo Kambeba, no município de Uarini, em 15 de março de 2025.

Figura 4 Turmas do 6º e 7º anos do ensino fundamental da escola GM3, após programação na Xibé.

Figura 5 Estúdio da Rádio Xibé dentro do LabEducom Edilberto Sena.

Figura 6 Turmas do 6º e 7º anos do ensino fundamental da escola GM3, programando na rádio Xibé. 14/11/2024.

Figura 7 Sala de interação online com os programadores ao vivo, direto do site da Xibé.

Figura 8 Sala de interação online pelo grupo da Xibé no Telegram.

Figura 9 Sala de interação online pelo grupo da Xibé, no aplicativo WhatsApp da Xibé.

Figura 10 Participação ao vivo do diretor do CEST/UEA, Dr. Yomarley Holanda, na Rádio Xibé.

Figura 11 Programa A voz dos povos indígenas, na Rádio Xibé. Foto: Arquivo pessoal.

Figura 12 Oficina de programação de rádio para estudantes do 6º e 7º anos do ensino fundamental, na Rádio Xibé.

Figura 13 Quadro que mostra os ODS alinhados com as práticas desenvolvidas pela Rádio Xibé.

Figura 14 Servidor Azura Cast, plataforma que hospeda gratuitamente a Rádio Xibé.

Figura 15 Página inicial de acesso ao servidor da Rádio Xibé.

Figura 16 Página pública gratuita gerada pelo servidor Azura Cast, que possibilita a transmissão e a escuta da Rádio Xibé.

Figura 17 Gráfico das estações hospedadas no servidor Azura Cast.

Figura 18 Interface interna do servidor Azura Cast da Rádio Xibé.

Figura 19 BUTT, Streaming utilizado para a transmissão do sinal da Rádio Xibé.

Figura 20 1 Laboratório de Educomunicação Padre Edilberto Sena, localizado no CEST/UEA, em Tefé, Amazonas. Mural elaborado por Ailson Fernandes.

Figura 21 Estrutura da Rádio Xibé montada durante o II Encontro de Cidadania Digital, realizado em julho de 2025, em Santo Antônio do Içá (AM).

Figura 22 Curso Webrádio e Diálogos Panamazônicos: Encontro de Conhecimentos Livres e Cultura Digital, realizado no dia 25/10/2024.

Figura 23 Juventude programando na Xibé.

Figura 24 Juventude na Xibé.

Figura 25 Nova grade de programação da Rádio Xibé, reunindo conteúdos informativos, culturais e educomunicativos produzidos de forma colaborativa por comunicadores, estudantes e comunidades amazônicas, fortalecendo a comunicação popular.

TABELAS

Tabela 1: Elaborada pelo autor da pesquisa.

Tabela 2: Grade de horários da rádio Xibé divulgada na ata da reunião do dia 12/02/2007.

RESUMO

Esta dissertação analisa a trajetória da Rádio Xibé e sua reinvenção como webrádio no Médio Solimões, buscando compreender os sentidos históricos, políticos, pedagógicos e afetivos dessa experiência de comunicação popular e educacional. Criada em 2006, em Tefé (AM), vinculada inicialmente ao Centro de Mídia Independente (CMI-Tefé), a Xibé desenvolveu práticas de comunicação livre, formação e participação social até a interrupção de suas atividades em 2018, sendo reativada em 2024 no Laboratório de Educação Comunicação Padre Edilberto Sena, do Centro de Estudos Superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas (CEST/UEA). Em diálogo com Figueiredo (2015), a pesquisa retoma o espectro radiofônico como território de disputa e amplia essa perspectiva para compreender infraestruturas, plataformas, redes e mediações que atravessam a circulação da comunicação no ambiente digital amazônico. Metodologicamente, desenvolve uma etnografia colaborativa e sonora, articulada à experiência autoetnográfica do pesquisador, combinando observação participante, entrevistas, escutas e registros das práticas comunicacionais da emissora e de suas redes associadas. Os resultados demonstram que a passagem da Xibé ao ambiente digital não constitui somente uma mudança tecnológica, mas um processo de reinvenção sociotécnica e reterritorialização comunicacional, onde práticas históricas de comunicação livre são reorganizadas diante de novas infraestruturas, formas de participação e regimes de circulação da palavra pública. A experiência articula educação comunicação, softwares livres, formação de comunicadores, transmissões itinerantes e redes comunitárias e indígenas, ampliando possibilidades de produção e circulação de narrativas amazônicas. Ao mesmo tempo, evidencia tensões relacionadas à colonialidade tecnológica, à dataficação, às disputas por visibilidade e à dependência de plataformas e infraestruturas digitais, demonstrando que a autonomia comunicacional é relacional, situada e permanentemente disputada. Conclui-se que a Rádio Xibé se configura como tecnologia social do comum e dispositivo educacional por meio do qual técnica, território, escuta, formação e ação coletiva se articulam na construção de práticas de autonomia e soberania comunicacional. Sua reinvenção prolonga princípios da comunicação livre em outras condições sociotécnicas e contribui para compreender como experiências comunicacionais situadas fora dos grandes centros urbanos produzem respostas próprias às assimetrias do ecossistema digital, afirmando a Amazônia como território de produção de saberes, tecnologias, narrativas e autonomias.

Palavras-chave: Xibé; Comunicação; Educação Comunicação; Reinvenção; Tecnopolítica.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the trajectory of Rádio Xibé and its reinvention as a web radio station in the Médio Solimões region, seeking to understand the historical, political, pedagogical, and affective meanings of this experience of popular and educommunicative communication. Created in 2006 in Tefé, Amazonas, and initially linked to the Independent Media Center (CMI-Tefé), Xibé developed practices of free communication, training, and social participation until its activities were interrupted in 2018, and was reactivated in 2024 at the Padre Edilberto Sena Educommunication Laboratory, located at the Tefé Center for Higher Studies of the Amazonas State University (CEST/UEA). In dialogue with Figueiredo (2015), the research revisits the radio spectrum as a territory of dispute and expands this perspective to examine the infrastructures, platforms, networks, and mediations that shape the circulation of communication in the Amazonian digital environment. Methodologically, the study develops a collaborative and sonic ethnography, articulated with the researcher's autoethnographic experience, combining participant observation, interviews, listening practices, and records of the communicational practices of the station and its associated networks. The findings demonstrate that Xibé's transition to the digital environment constitutes not merely a technological shift, but a process of sociotechnical reinvention and communicational reterritorialization, through which historical practices of free communication are reorganized in response to new infrastructures, forms of participation, and regimes of circulation of public speech. This experience articulates educommunication, free and open-source software, communicator training, itinerant broadcasts, and community and Indigenous networks, expanding possibilities for the production and circulation of Amazonian narratives. At the same time, it reveals tensions related to technological coloniality, datafication, struggles for visibility, and dependence on digital platforms and infrastructures, demonstrating that communicational autonomy is relational, situated, and permanently contested. The dissertation concludes that Rádio Xibé constitutes a social technology of the commons and an educommunicative dispositif through which technology, territory, listening, education, and collective action are articulated in the construction of practices of communicational autonomy and sovereignty. Its reinvention extends the principles of free communication into new sociotechnical conditions and contributes to understanding how communication experiences located outside major urban centers produce their own responses to the asymmetries of the digital ecosystem, affirming the Amazon as a territory for the production of knowledge, technologies, narratives, and autonomies.

Keywords: Xibé; Communication; Educommunication; Reinvention; Technopolitics.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	6
SIGLAS.....	9
IMAGENS.....	10
TABELAS.....	12
RESUMO.....	13
ABSTRACT.....	14
Autoetnografia de um educador de comunicação do e no Médio Solimões-AM.....	20
Capítulo I.....	31
Território, comunicação e transformações do ecossistema radiofônico no Médio Solimões.....	31
1.1 A Amazônia de Tefé.....	32
1.2 Tefé e a formação socioterritorial do Médio Solimões.....	34
1.3 O sistema radiofônico de Tefé e a ocupação do espectro local.....	36
1.4 Transformações tecnológicas: do rádio analógico ao digital.....	38
1.5 Rádio digital, webrádio e streaming: regimes técnicos da escuta contemporânea.....	40
1.6 Por uma antropologia da escuta e do espectro digital.....	41
1.7 O espectro digital como território.....	47
1.8 A técnica como corpo da escuta.....	51
1.9 O comum e o sensível na comunicação livre.....	55
1.10 Cartografias do espectro: o rádio como prática de mundo.....	60
1.11 Considerações finais do capítulo I.....	64
Capítulo II.....	66
A reinvenção da Rádio Xibé: memória, redes e a transição do analógico ao digital	66
2.1 O surgimento da Rádio Xibé e o contexto das rádios livres em Tefé.....	67
2.2 Redes sociais, culturais e políticas da primeira fase (2006–2018).....	72
2.3 Estética sonora, linguagem e práticas de comunicação popular.....	76
2.4 A interrupção das transmissões e o rito de passagem institucional.....	80

2.5 Da antena ao servidor: transformações técnicas e políticas da Xibé.....	84
2.6 O auge com o vestibular e a lógica da rádio livre.....	87
2.8 O cupido da madrugada.....	88
2.9 Gambiarras, bloqueios e o pop.com.br.....	89
2.10 Xibé entre o íntimo e o público; programação aberta aos bairros.....	90
2.11 Xibé Ritmos: liberdade musical e atritos.....	91
2.12 Dos pedidos à programação: participação que se expande.....	92
2.13 Universidade e cidade: vínculos e circulação.....	93
2.14 Era mais um laboratório: improviso e aprendizagem.....	93
2.15 Conexão 2000: crítica social e convites à participação.....	94
2.16 Sementinha: formação, PROUNI e projeto de vida no rádio.....	95
2.17 Ética do cuidado na polícia.....	96
2.18 O retorno: Reativação da Xibé como webrádio e prática de pesquisa.....	103
2.19 As práticas educomunicativas e a construção de uma metodologia viva.....	108
2.20 O espectro como campo de disputa simbólica e política.....	112
2.21 Considerações finais do Capítulo II.....	118
Capítulo III.....	122
A reinvenção digital da Rádio Xibé: tecnopolítica, visibilidade e disputas comunicacionais.....	122
3.1 A reconfiguração sociotécnica da rádio no ambiente digital.....	123
3.2 Cultura participativa, tecnopolítica e comunicação como tecnologia social.....	125
3.3 Práticas empíricas de atuação: redes territoriais, coberturas colaborativas e transmissões itinerantes.....	132
3.4 A colonialidade do digital e a disputa pela visibilidade.....	134
3.5 Colonialismo de dados, dataficação e capitalismo de plataforma.....	136
3.6 Colonialidade tecnológica e territórios periféricos.....	138
3.7 Resistências tecnopolíticas e disputas pela soberania comunicacional.....	139
3.8 A disputa pela visibilidade no ecossistema comunicacional amazônico.....	143

3.9 Autonomia comunicacional e novos regimes de dependência.....	145
3.10 O Laboratório Edilberto Sena como espaço de resistência e criação.....	151
3.11 O curso “Webrádio e Diálogos Panamazônicos”: concepção, execução e desdobramentos.....	153
3.12 Os coletivos da nova Xibé: juventudes, mulheres, indígenas e ativistas digitais	156
3.13 Softwares livres, infraestrutura e tecnopolítica: práticas de soberania comunicacional.....	159
3.14 Desafios e potências da comunicação autônoma no espectro digital.....	161
3.15 Fábio Jorge e o legado da escuta viva.....	165
3.16 Ilações das ressonâncias da Xibé no Digital.....	168
3.17 Ouça a Rádio Xibé – A Rádio que Espoca Bodes.....	173
Referências.....	174

*“Aos apelos da voz do passado,
Nossas almas erguidas de pé,
Vem cantar-se num preito sagrado,
Ó cidade gentil de Tefé.”*

(CÁUPER, Hino de Tefé, 1ª estrofe, 1983)

INTRODUÇÃO

A floresta fala. Fala com o vento, com as águas, com os pássaros, com os barcos que riscam o Solimões e com os corpos que nela habitam e persistem. Os sons da floresta formam uma linguagem ancestral, anterior à escrita, que se renova nos gestos e nas vozes dos povos amazônicos. A comunicação, nesse contexto, nasce da convivência e da escuta. É nesse ambiente sensível que se insere a trajetória da Rádio Xibé, experiência coletiva que emerge da Amazônia como território de invenção, autonomia e resistência, articulando técnica, oralidade e cultura em um mesmo fluxo comunicacional.

Criada em 2006, no município de Tefé (AM), vinculada ao Centro de Mídia Independente (CMI-Tefé), a Rádio Xibé surgiu inspirada pelas experiências internacionais e brasileiras de rádios livres que, desde a década de 1970, transformaram o rádio em instrumento de criação coletiva, autonomia comunicacional e disputa política pelo direito à comunicação. Essas experiências consolidaram a compreensão do espectro¹ radiofônico como território político e poético, no qual comunicar significa produzir presença, visibilidade e participação social.

Entre 2006 e 2018, a Rádio Xibé constituiu-se como espaço de formação, experimentação coletiva e articulação sociopolítica, realizando transmissões que combinavam informação, música, debates públicos e práticas educativas voltadas à juventude e aos movimentos sociais locais. Mesmo após a interrupção de suas atividades, a experiência permaneceu como memória viva nas redes de comunicação popular do Médio Solimões, inspirando iniciativas derivadas e fortalecendo circuitos alternativos de produção midiática na região.

¹Neste trabalho, o termo “espectro” é mobilizado em diferentes sentidos, conforme o contexto analítico. Em sua acepção técnica, refere-se ao espectro radioelétrico, recurso utilizado na transmissão de sinais por sistemas de comunicação sem fio e submetido a formas de regulação e gestão. Nesse âmbito, dialoga-se com a discussão de Novaes e Gama (2016) acerca do espectro livre e da gestão dinâmica do espectro, compreendidos pelos autores no horizonte da democratização dos meios de comunicação e da apropriação social das tecnologias digitais. Para além dessa acepção técnica, esta dissertação emprega o termo, em sentido analítico ampliado, para pensar também as infraestruturas, plataformas, servidores, redes e sistemas de mediação que condicionam a circulação da informação no ambiente digital. Em sua dimensão simbólica, “espectro” é utilizado como chave interpretativa para compreender disputas por visibilidade, presença, autonomia e participação comunicacional. Essas duas últimas acepções constituem uma elaboração analítica adotada neste trabalho e não devem ser confundidas com o conceito técnico de espectro radioelétrico ou atribuídas aos autores citados.

Em 2024, a rádio foi reativada como webrádio no Laboratório de Educomunicação Padre Edilberto Sena, do Centro de Estudos Superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas (CEST/UEA), inaugurando uma nova fase marcada pela integração entre comunicação popular, educomunicação, tecnologias digitais e pesquisa acadêmica. A retomada envolveu estudantes, pesquisadores e comunicadores que, de forma colaborativa, reorganizaram a infraestrutura técnica da emissora, promoveram oficinas de formação radiofônica e integraram a rádio às práticas de ensino, extensão e investigação científica, transformando o fazer comunicacional em metodologia viva de pesquisa e intervenção social.

A experiência da Rádio Xibé também gerou desdobramentos relevantes no ecossistema comunicacional regional, inspirando a criação e o fortalecimento de outras iniciativas de comunicação comunitária e indígena, como a Rádio Curubé, a Rádio Yanekuema e a Rádio Voz da Ilha, experiências que compartilham princípios de autonomia comunicacional, participação coletiva e valorização das narrativas territoriais amazônicas. Tais iniciativas demonstram que a comunicação popular, quando articulada a práticas pedagógicas e tecnológicas colaborativas, constitui ferramenta estratégica de fortalecimento comunitário e de produção de epistemologias situadas.

Nesse contexto, a presente dissertação investiga a reinvenção da Rádio Xibé como webrádio universitária e comunitária, compreendendo-a como experiência de comunicação popular, tecnologia social do comum e dispositivo educutivo inserido nas transformações contemporâneas do ecossistema comunicacional amazônico. A questão central da pesquisa busca compreender de que modo a reconfiguração digital da Rádio Xibé reinscreve práticas de comunicação livre e educutiva no campo das tecnopolíticas amazônicas, contribuindo para a produção de autonomias comunicacionais e para a ampliação das vozes historicamente marginalizadas no espaço midiático.

O objetivo geral consiste em compreender os sentidos históricos, políticos, pedagógicos e afetivos da Rádio Xibé como experiência de comunicação popular e educutiva, analisando sua trajetória, sua reconfiguração digital e suas articulações com redes territoriais de comunicação comunitária na Panamazônia. Como objetivos específicos, a pesquisa propõe: (1) reconstruir a trajetória da primeira geração da Rádio Xibé (2006-2018), situando-a no contexto das rádios livres e comunitárias no Brasil e na Amazônia; (2) analisar o processo de reativação da rádio como webrádio, observando as práticas de educomunicação, software livre e autonomia digital que caracterizam sua nova fase; e (3) interpretar as relações entre comunicação, escuta e

território, evidenciando como a Rádio Xibé e suas experiências derivadas articulam saberes tradicionais, tecnopolíticas e pedagogias amazônicas, afirmando a comunicação como prática coletiva, situada e decolonial.

O título “Espoca Bodes”, expressão oriunda de narrativas ribeirinhas locais, simboliza o gesto de romper o silêncio e ocupar o ar com vida, representando a potência criadora das vozes amazônicas e a comunicação como ato de existência. A Rádio Xibé constitui, assim, um “espocar” simbólico que transforma técnica, política e afeto em experiência comunicacional insurgente, evidenciando o espectro sonoro, analógico e digital, como território compartilhado, pedagógico e coletivo.

Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem etnográfica colaborativa e sonora, combinando observação participante, entrevistas, escutas e registro das práticas comunicacionais desenvolvidas pela emissora e por suas redes associadas. Inspirada nas contribuições da cartografia social e das abordagens da antropologia da escuta, a investigação acompanha redes, afetos e processos de produção midiática em movimento, compreendendo a etnografia como prática de coautoria e construção coletiva do conhecimento.

A natureza do objeto investigado exige uma abordagem que ultrapasse os limites de uma única disciplina, uma vez que envolve dimensões comunicacionais, tecnológicas, territoriais, educativas e políticas que se articulam simultaneamente. Nesse sentido, a pesquisa se insere em uma perspectiva interdisciplinar, não como justaposição de áreas, mas como articulação de diferentes campos de conhecimento na compreensão de um fenômeno complexo, situado no contexto amazônico.

Dessa forma, a dissertação organiza-se em três capítulos. O primeiro discute o território amazônico e as transformações do ecossistema radiofônico no Médio Solimões, articulando comunicação, território e transformações tecnológicas. O segundo reconstrói a memória e as redes da primeira geração da Rádio Xibé, analisando suas práticas de comunicação livre e seus vínculos sociopolíticos. O terceiro examina a reinvenção digital da emissora, discutindo as dimensões educacionais, tecnopolíticas e territoriais de sua atuação contemporânea, situando a Rádio Xibé como experiência de comunicação insurgente no espectro digital amazônico.

Autoetnografia de um educador do e no Médio Solimões-AM



Figura 1 Na foto encontra-se Augusto, pesquisador e facilitador desta pesquisa, em 2025.

Fonte: Caroline Reucker.

Para compreender aspectos do novo cenário da rádio Xibé no ecossistema comunicativo é preciso que o pesquisador, participante ativo dessa fase da emissora e facilitador deste processo, revise sua própria história. Eu sou um amazônida, nascido em julho de 1993, na cidade de Tefé, estado do Amazonas, em uma casa erguida no limiar entre o barro e as águas do lago. Sou o primogênito de cinco filhos de José e Zuleide, dois agricultores do interior da Amazônia.

Minha infância foi atravessada por deslocamentos entre a cidade e o interior, entre o estudo possível e o trabalho necessário, entre o silêncio profundo dos igarapés e o ruído insistente do rádio que, mesmo precário, fazia o mundo chegar até nós. Antes de conhecer as salas de aula formais, aprendi as primeiras letras à luz tremulante da lamparina, observando meu pai, um dos professores² da comunidade onde morávamos, ensinar os filhos a ler e escrever. Ao mesmo tempo, ajudava minha mãe e meu pai nas atividades da roça, consciente de que aprender não era só uma tarefa escolar, mas também um exercício cotidiano de sobrevivência, partilha e escuta.

²Embora meu pai não fosse professor com graduação, havia um esforço dedicado para exercer a docência na zona rural do município. Ele tinha apenas o ensino fundamental completo. À época, os comunitários reuniam-se em assembleia geral para escolher quem seriam os professores de seus filhos. Meu pai foi professor da Escola Municipal Rural Henrique Lima, na comunidade São José do Igarapé-açu-Tefé-AM, por seis meses, nos anos 2000.

Essa revisitação à própria trajetória não se reduz a um exercício de memória individual. Certeau (1982), ao falar sobre “A escrita da história”³, diz que ao narrar o vivido pode ser compreendido como uma operação de recriação. Assim, não se trata de reproduzir o passado tal como foi, mas de reinscrevê-lo no presente, carregando-o de novos sentidos. O que trago aqui, portanto, é mais que apenas lembrança, é prática de escrita que dá forma ao vivido e o reinsere em uma trama maior, a trama da comunicação popular e da resistência cultural na Amazônia.

Ao evocar os sons do rádio precário, a luz da lamparina ou os silêncios dos igarapés, não busco uma nostalgia, mas a construção de um campo de experiência que dialoga com o coletivo. Como diria Certeau, a narrativa é uma arte de fazer, ela registra e inventa caminhos possíveis, dando visibilidade às práticas que, antes relegadas ao cotidiano, podem ser compreendidas como modos de criação e resistência. Revisitar minha história, nesse sentido, é também inventar outra, uma história em que a escuta se torna travessia e a palavra, mesmo sussurrada às margens, ocupa o espectro.

A comunicação entrou na minha vida antes mesmo que eu pudesse compreendê-la como campo, prática ou ciência. Em 2005, aos 11 anos, enquanto cursava a segunda série do Ensino Fundamental, recebi um convite que alteraria o rumo da minha trajetória, trabalhar como secretário no programa esportivo Esporte Total, da antiga Rádio Educação Rural de Tefé (atualmente Rádio Rural 93.9 FM). O convite partiu do radialista Dário Roberto, após uma breve conversa com meu pai em certo dia. Meu pai conta-me que um dia, durante uma visita à rádio, Dário perguntou se ele tinha alguém para indicar para um trabalho de secretariado. Meu pai me indicou porque sabia já sabia ler e escrever. Assim, quase por acaso, atravessei a porta de um estúdio de rádio, espaço que marcaria definitivamente minha vida.

Lembro-me de Dário. Voz grave e barba branca, lembrava as imagens do Papai Noel, tinha um estilo impositivo, direto, sem espaço para hesitações. Em poucos dias, deixei de ser secretário para me tornar locutor improvisado. Comecei lendo recados e comunicados ao vivo, num tom nervoso e estridente, com voz aguda e dicção desajeitada. A crítica era imediata e dura. Fui repreendido ao vivo, chamado de “papagaio” por lojistas⁴ e ouvintes. Não havia preparação, tampouco uma pedagogia estruturada, apenas a prática bruta, que feria e forjava ao mesmo tempo.

³Certeau, em “A escrita da história (1982)” analisa a historiografia como prática discursiva, influenciada por instituições e marcada por escolhas teóricas que moldam o sentido do passado.

⁴A crítica vinha sobretudo desse público. Em vários momentos em que eu precisava negociar permutas ou cobrar os comerciais do programa, surgia a mesma pergunta: “Quem é aquele menino que está com o seu Dário, de voz tão aguda e fina?”. Eu era aquele menino.

É nesse ponto que trago para a dentro da minha canoa, para navegar comigo, Thompson (2008), quem define comunicação como um processo de socialização prática. Para ele não se tratava de teoria prévia ou de um treinamento gradual, mas de aprender pelo enfrentamento direto com a realidade, pela exposição pública e pela necessidade de se ajustar continuamente ao jogo comunicativo.

Minha formação inicial como comunicador foi moldada na tensão entre erro e correção, imprevisto e disciplina, vergonha e persistência. Segundo Thompson (1995), a comunicação deve ser entendida como uma forma de interação simbólica que ultrapassa a simples transmissão de informações. Ao mediar as relações sociais, ela produz e circula significados, estruturando práticas, instituindo formas de poder e inscrevendo os sujeitos em redes de sentido. Cada palavra tropeçada, cada crítica recebida, cada recado lido em voz trêmula compunha uma pedagogia silenciosa, na qual o aprendizado se fazia na carne e no espectro.

Essas primeiras experiências constituíram aquilo que Bourdieu (1990)⁵ denomina *habitus*, um sistema de disposições duráveis, incorporado ao corpo e gerado pela acumulação de experiências. Sem uma “escola de comunicação”, fui sendo moldado dentro do campo da radiodifusão, absorvendo regras tácitas, estilos de fala e códigos de conduta que não estavam escritos em lugar algum, mas que circulavam no ar, entre uma vinheta e outra. A pressão de falar bem, de representar com segurança o programa de maior audiência da emissora e, ao mesmo tempo, lidar com a insegurança da idade e a escassez de bagagem cultural, funcionou como dispositivo de aprendizagem acelerada. Era preciso aprender rápido, porque o campo exigia, e o corpo respondia.

Guardo na memória uma manhã de sexta-feira. O relógio marcava 10h45. Faltavam 15 minutos para o início do programa e Dário, o apresentador titular, ainda não havia chegado. Eu, com 14 anos recém-completados, estava sozinho no estúdio. Mãos suadas, coração disparado, ficha de papel em punho com os nomes dos patrocinadores. Quando a vinheta entrou no ar e os microfones foram abertos, não havia saída, respirei fundo e comecei. “Bom dia, amigos do Esporte Total, está no ar mais uma edição...”, minha voz trêmula buscava sustentar um timbre firme. Ali compreendi que agir como locutor não era uma decisão racional e consciente, mas um comportamento já incorporado, treinado no corpo, condicionado pela convivência diária no estúdio. Era o *habitus* em plena operação, uma disposição adquirida, forjada entre

⁵Habitus, segundo Bourdieu (1990), é um conjunto de disposições adquiridas pela experiência, que orienta práticas e condutas de forma implícita.

cafezinhos compartilhados, olhares atentos e observações silenciosas. Aprendi a falar como se frequentemente tivesse certeza do que dizia, mesmo quando, no fundo, ainda tateava as palavras.

Naquela época, eu estudava pela manhã. Para que pudesse continuar no trabalho, meus pais precisaram me transferir para o turno da tarde na Escola Estadual Professor Isidoro Gonçalves de Souza. Às 8h45 eu já estava na rádio. Das 9h às 10h30 atendia ao público, anotava recados, organizava blocos e pautas. Ao meio-dia, mochila nas costas, seguia direto para a escola. Levava comigo o cansaço da responsabilidade e a ansiedade da exposição ao vivo, sentimentos que começavam a se inscrever no corpo como parte da rotina. Sem perceber, estava criando uma zona de desenvolvimento proximal, nos termos de Vygotsky (2000)⁶, transitava entre aquilo que já dominava, a leitura, a escrita, a disciplina aprendida com meus pais, e aquilo que ainda precisava aprender para não falhar diante do microfone. Cada programa era um exercício de mediação, em que a prática me obrigava a ultrapassar fronteiras, ampliando o que sabia em contato com o que ainda não dominava.

Um dos maiores desafios veio quando Dário me encarregou de cobrir o noticiário internacional de futebol. Eu não tinha televisão em casa, tampouco acesso constante à internet. Nomes como *Chelsea*, *Manchester United* ou *Real Madrid* soavam estranhos ao meu vocabulário. Em busca de informações, passei a chegar mais cedo à rádio. Foi assim que descobri, no estúdio de gravação de comerciais, um computador com acesso à internet discada. A conexão era lenta, instável, mas para mim abria caminhos. A cada nova página carregada, ampliava meu repertório esportivo e também meu contato com um mundo que até então me era inacessível. Ali, compreendi que a aprendizagem não se dava só na sala de aula, mas que estava também nos improvisos, nas brechas e nas ferramentas que encontrava para transformar a escassez em possibilidade.

Com a ajuda de Walcyr de Moraes, locutor do programa Toque de Saudade, e sonoplasta de Dário, aprendi a fazer buscas no Google. Foi ele quem me ensinou a segurar o mouse, digitar palavras-chave, acessar notícias em uma tela que, para mim, ainda era território desconhecido. Essa fase marcou o início da minha alfabetização digital. Como descreve Lévy (1999)⁷, trata-se de um processo inserido na lógica da

⁶A zona de desenvolvimento proximal, segundo Vygotsky (2000), é o intervalo entre o que o indivíduo já sabe fazer e o que pode aprender com apoio. No contexto descrito, o desafio da rádio impulsionou esse aprendizado.

⁷Pierre Lévy (1999) define inteligência coletiva como o conhecimento construído nas interações sociais, valorizado e ampliado em tempo real por meio da colaboração entre indivíduos.

inteligência coletiva, o conhecimento que não nasce isolado, mas se constrói nas trocas, nas redes, nos encontros cotidianos.

Minha formação não veio de cursos formais ou manuais, mas da generosidade dos colegas da rádio, da paciência que se aprendia no tempo de carregamento das páginas e dos jornais que eu conseguia levar para casa. À noite, lia escondido para não acordar ou fazer barulho demais em casa, treinava a locução diante do espelho ou deitado na cama, simulando um programa que existia somente na minha imaginação.

Mesmo em meio a todas essas dificuldades, desistir jamais foi opção. Passei a ensaiar em casa, buscando encontrar um estilo próprio. Observava atentamente os locutores mais experientes, comparava tons, modulações, ritmos de fala, formas de expressar uma notícia. Essa prática, guiada pela escuta e pela repetição, fez com que eu passasse a compreender o rádio não só como um meio técnico, mas como um verdadeiro ecossistema comunicacional.

Para Capra (1996)⁸, um ecossistema é uma rede de relações vivas, na qual elementos distintos interagem de forma dinâmica e orgânica. Assim era a rádio, um organismo coletivo, onde vozes, sons, mensagens e sujeitos se entrelaçavam, formando um tecido comum. Descobri que o rádio era mais que um lugar de fala, era sobretudo um espaço de escuta, uma escuta capaz de moldar identidades, de criar pertencimento e de produzir vínculos que iam muito além das ondas sonoras.

Ao final de 2010, com apenas 17 anos, recebi a missão de apresentar o Esporte Total sozinho pela primeira vez. Dário precisou se ausentar por motivos de saúde. Estava nervoso, suava frio, mas não havia opção: o programa tinha que ir ao ar. Foram 60 minutos de responsabilidade ininterrupta: blocos, vinhetas, comerciais, chamadas, tudo sob meu comando. Depois dessa estreia, apresentei sozinho mais duas vezes, elaborando roteiros completos, construindo pautas e definindo os intervalos. A cada edição, ganhava confiança e começava a ser reconhecido por um estilo próprio. Como explica Goffman (1959)⁹, em “A representação do eu na vida cotidiana”, fui moldando minha *persona* comunicacional, desempenhando um papel de locutor que não se reduzia a uma performance artificial, mas se tornava extensão do meu próprio modo de ser. Estar diante do microfone significava também sustentar uma “fachada”, no sentido goffmaniano, isto é, projetar segurança e domínio mesmo quando, por dentro, eu ainda experimentava hesitações.

⁸Capra (1996) entende o rádio como parte de um ecossistema comunicacional, onde elementos interagem de forma orgânica e integrada.

⁹Goffman (1959) compreende a construção da identidade como uma performance social, em que o indivíduo molda sua apresentação conforme o papel que assume nas interações.

Entre 2011 e 2012, essa experiência se expandiu. Fui convidado por outra rádio local para apresentar um programa de sertanejo nos fins de semana. Pouco tempo depois, vieram convites para comandar programas de outros gêneros e estilos na mesma emissora. Passei a ser reconhecido pela voz e pela presença, tornando-me figura conhecida na cidade. Ao mesmo tempo, um novo capítulo se abria: fui aprovado no vestibular do CEST/UEA para o curso de Letras – Língua Portuguesa. Iniciei a etapa de conciliar o ambiente universitário com a prática comunicacional na rádio.

A formação acadêmica me permitiu consolidar e refinar conhecimentos que até então eram apenas empíricos. Passei a compreender a fundo as teorias da linguagem, a estrutura dos gêneros discursivos, a história da literatura. Nesse processo, percebo como o *habitus* se transforma com a incorporação de novos capitais simbólicos, tal como descreve Bourdieu (1990). Se a rádio havia me forjado pelo improviso e pela prática cotidiana, a universidade me ofereceu um repertório conceitual e metodológico que ressignificou minha trajetória. Cada disciplina, cada leitura, cada debate ampliava minha capacidade de compreender a comunicação além do ofício, e como campo de saber, fortalecendo um percurso em que prática e teoria se entrelaçavam.

Durante o curso, tive a oportunidade de atuar em projetos de extensão como *A Voz da Universidade*¹⁰, coordenado pela Profa. Dra. Núbia Litaiff Moriz, e de integrar a rádio Xibé, rádio livre da UEA. Com ela, mergulhei na comunicação comunitária, conforme delineada por Kaplún (2002)¹¹, onde o rádio é instrumento de educação, mobilização e empoderamento popular. Paralelamente, escrevia para jornais locais e regionais, como *A Folha Online*¹² e *O Solimões*¹³, além de atuar como correspondente de televisão para Manaus.

Essa multiplicidade de experiências consolidou minha identidade comunicacional. A comunicação tornou-se, para mim, mais do que profissão. Tornou-se vocação, prática social e política, ferramenta de transformação. Freire (1980)¹⁴ fala da educação como prática da liberdade. A comunicação, entendo hoje, é também essa prática.

¹⁰O programa “A Voz da Universidade” foi criado em 2006 como parte do projeto de extensão “A Universidade em Destaque pelas Ondas do Rádio”, idealizado e coordenado pela professora Núbia Litaiff Moriz Schwamborn, no âmbito do Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST/UEA). Era veiculado semanalmente, aos sábados, das 12h às 13h, pela Rádio Educação Rural de Tefé, com o objetivo de socializar informações acadêmicas, promover a integração com a comunidade local e valorizar a cultura amazônica por meio da radiodifusão educativa e popular.

¹¹Kaplún (2002) aborda a comunicação comunitária como prática educativa e transformadora, voltada à mobilização e ao empoderamento popular.

¹²O portal de notícias não está mais ativo na mídia impressa e digital.

¹³O portal de notícias não está mais ativo na mídia impressa e digital.

¹⁴Freire (1980) concebe a educação como prática da liberdade, entendida como processo de conscientização e transformação social.

Pausas e recomeços

A partir de 2013, após experiências significativas nas rádios comerciais¹⁵ de Tefé, senti que algo dentro de mim desejava mais do que falar em microfones, horários fixos e grades de programação tradicionais. A comunicação, que até então eu experimentava no molde convencional das rádios comerciais, começou a se transfigurar em outra coisa: ferramenta de engajamento, resistência e produção de sentidos. A ruptura com a lógica comercial da comunicação não foi abrupta, mas necessária. Deixei os estúdios para encontrar novos modos de comunicar, de estar e de pertencer.

Foi nesse contexto que conheci o projeto de extensão *A Voz da Universidade*. Participar do programa me marcou profundamente. Pela primeira vez, experimentei a comunicação como prática educativa, partilhada e sensível, tal como propunha Freire (1980). No estúdio da então Rádio Educação Rural de Tefé, onde o programa era transmitido aos sábados, das 12h às 13h, a comunicação deixava de ser transmissão para se tornar escuta, diálogo e construção coletiva da palavra. Para mim, o programa era mais do que um espaço de fala, era um laboratório vivo de formação política e afetiva, onde narrávamos a universidade desde o território. Ali, comecei a compreender que comunicar é também formar, transformar, pertencer.

No mesmo período, fui convidado a conhecer a Rádio Xibé, uma experiência de rádio livre, inspirada nos ideais do software livre, da educação libertadora e da comunicação horizontal. Ali aprendi o que Kaplún (2002) explicou: “Nuestra comunicación popular debe procurar suscitar, estimular en los destinatarios de nuestros mensajes una re-creación, una invención” (p. 24)¹⁶.

Kaplún expressa a ideia de que a comunicação popular deve ir além da simples transmissão de informações, ela precisa provocar nos receptores uma atitude ativa de recriação e invenção. Isso significa que os destinatários das mensagens não devem apenas absorver o conteúdo, mas reinterpretá-lo, transformá-lo e adaptá-lo à sua própria realidade. Para ele, comunicar é dialogar, é abrir espaço para que o outro participe, crie e contribua com novos sentidos, tornando a comunicação um processo vivo, horizontal e emancipador (Kaplún, 2002).

¹⁵Rádios comerciais são emissoras de rádio que operam com fins lucrativos, ou seja, seu principal objetivo é gerar receita, geralmente por meio da venda de espaços publicitários. Elas fazem parte do setor privado e se diferenciam das rádios públicas ou comunitárias, que têm propósitos mais educativos, culturais ou sociais.

¹⁶Kaplún (2002, p. 24) afirma que “nossa comunicação popular deve procurar suscitar, estimular nos destinatários de nossas mensagens uma recriação, uma invenção”.

A Rádio Xibé me devolveu a escuta. Foi por meio dela que compreendi que o rádio pode ser um território livre, um espaço de acolhimento para as vozes que o sistema insiste em silenciar. Ainda que, à época, eu não compreendesse plenamente a dimensão e a potência do ecossistema comunicativo da Xibé, fui parte ativa das lutas por melhorias na universidade em Tefé (criação do restaurante universitário, pela ampliação do corpo docente, por condições dignas de ensino e permanência e por outras lutas).

Muitas dessas mobilizações ecoaram pelas ondas da Xibé, que atuava como uma verdadeira caixa de ressonância das urgências estudantis e populares. Nesse período também atuei como profissional independente em veículos locais como o jornal *O Solimões* e *A Folha Online*, onde experimentei outro tipo de escrita, aquela voltada ao registro e denúncia das realidades amazônicas que, muitas vezes, não aparecem na grande imprensa.

Essa fase, marcada pela militância comunicacional e pelo estudo teórico, também foi de instabilidade pessoal. Em 2016, mesmo com o Trabalho de Conclusão de Curso pronto e o curso de Letras praticamente concluído, fui para Manaus em busca de um sonho que não era meu. Um deslocamento que parecia promissor, mas que me levou a um período de apagamento identitário. Matriculei-me no curso de jornalismo em uma universidade privada. Não consegui seguir. Vendi livros, andei de ônibus com currículo na mão, me vi desconectado daquilo que me fazia sentido. A cidade grande me afastava das minhas raízes, da minha escuta, da minha história.

Esse momento de instabilidade se aproxima do que Goffman (1959) chama de “quebra da performance”, quando os *scripts* sociais que sustentamos perdem o sentido e precisamos nos reinventar. Retornei a Tefé no final de 2016, já aos 23 anos de idade, com o propósito de recomeçar e me reinventar. Somente em 2018, já com outra maturidade, refiz o vestibular da UEA e reingressei ao curso de Letras, aproveitando as disciplinas já cursadas. Concluí o curso com um olhar mais crítico, mais conectado ao meu território e à função social da linguagem.

Entre os anos de 2019 e 2021, atuei como técnico de comunicação no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)¹⁷. Essa experiência profissional foi um processo de transformação subjetiva e política. No IDSM me aproximei de um outro modo de comunicar, atravessado pela escuta, pelas práticas colaborativas e pelo

¹⁷O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) é uma Organização Social vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Fundado em 1999, ele é referência mundial em modelos de conservação que integram o conhecimento científico com a participação ativa das populações tradicionais da Amazônia.

reconhecimento dos saberes ribeirinhos e indígenas. Nas idas e vindas durante expedições de campo pelas comunidades, entre entrevistas, gravações, oficinas e rodas de conversa, aprendi que a comunicação socioambiental na Amazônia não pode ser reduzida a campanhas e relatórios, deve partir do chão, da escuta atenta, do respeito às narrativas locais.

Produzi conteúdos audiovisuais, escrevi reportagens, elaborei relatórios e participei de coberturas em territórios profundamente marcados pela oralidade, pela resistência cotidiana e pela ancestralidade. Em muitas dessas travessias, o que mais me impressionava não era o que eu levava como comunicador, mas o que trazia de volta desde memórias, saberes, silêncios, e principalmente, perguntas. Percebi, nestes territórios, que a comunicação pode ser uma ferramenta de fortalecimento comunitário quando não se impõe, mas se alinha aos modos de vida e à temporalidade das comunidades.

Em 2021, fui convidado pelo secretário municipal de educação, Marcus Lúcio de Sousa, a assumir a Assessoria de Comunicação da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Tefé. Esse novo lugar me desafiou a transitar entre a institucionalidade e o território. A experiência prévia com o IDSME me ensinou a importância de uma linguagem afetiva e acessível, e isso passou a orientar cada boletim, cada campanha, cada ação de divulgação na SEMED. Ao lado de professores, gestores, técnicos e estudantes, pude construir uma comunicação pública mais sensível às dinâmicas amazônicas, à diversidade linguística, intercultural e educacional da região.

Organizei eventos, desenvolvi campanhas educativas, produzi coberturas audiovisuais, promovi formações com foco em letramento midiático e educomunicação. Além de comunicar ações da gestão, meu compromisso foi o de traduzir a política pública em linguagem viva, clara e participativa, compreendendo que a comunicação, no território, é também um ato de cuidado e pertencimento.

No dia 09/02/2023, dei outro importante e inesquecível passo na minha vida, casei com Fernanda Carvalho Taveira. Como esposa, melhor amiga, confidente e cúmplice dos momentos eternos de nossas vidas, Fernanda é o meu alicerce afetivo e intelectual de minha trajetória, oferecendo suporte, acolhimento e inspiração cotidiana. Em meio a múltiplas travessias, remadas, recomeços e processos de reinvenção, sua presença sustenta o projeto de construção/reconstrução de uma comunicação enraizada no cuidado, na escuta e no compromisso com a transformação social. Participante ativa de meu percurso acadêmico e de minha atuação política, partilha comigo o engajamento

na defesa e promoção de uma Amazônia que se reconhece, se expressa e dialoga com o mundo.

Ainda no ano de 2023, fui aprovado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH/UEA), apresentando um projeto que, ao longo do percurso formativo, foi ampliado e reelaborado, resultando na presente dissertação. A proposta ancorou-se nas raízes mais profundas de minha trajetória no campo da comunicação, particularmente na reativação da Rádio Xibé como webrádio, agora inserida no âmbito da universidade pública e articulada aos princípios e práticas da educomunicação.

Esta iniciativa se configura como a retomada de um sonho anteriormente interrompido, reatualizando a escuta ativa, o exercício da experimentação livre e a afirmação da comunicação enquanto prática social e política. Assim, a investigação parte da experiência vivida para compreender de que maneira tal processo pode se consolidar como referência metodológica e replicável para outras instituições de pesquisa, ensino e extensão, contribuindo para o fortalecimento de práticas de comunicação popular no contexto do espectro digital da Amazônia.

Tal proposta caminha ao lado de pensadores que me ajudam a nomear o que vivi e o que venho construindo: a inteligência coletiva como forma de agir em rede (Lévy, 1999); a comunicação popular como prática transformadora (Kaplún, 2002); a educação libertadora como horizonte ético e político (Freire, 1996); o espectro comunicacional que conecta redes, territórios e fluxos (Castells, 2009); e o ecossistema comunicacional, entendido como sistema vivo, interdependente e rizomático (Capra, 1996). A webrádio Xibé emerge como dispositivo de escuta, de encontro e de reinvenção: um ponto de retorno e de partida.

Compreendo que minha história pessoal não é exceção; é expressão de um coletivo, onde busco tornar visível o enredo muitas vezes invisibilizado das juventudes amazônidas que, como eu, enfrentam precariedades estruturais e atravessam resistências cotidianas, mas encontram na comunicação uma forma de permanecer, de pertencer e de transformar. Minha trajetória não é um caminho solitário, mas uma travessia compartilhada, entre vozes, comunidades, afetos e redes que me formam e me movem.

Capítulo I

Território, comunicação e transformações do
ecossistema radiofônico no Médio Solimões

*“Sobranceiro, o teu lago formoso,
Entre as praias e matas em flor,
Tu plantaste um padrão glorioso
De progresso, de fé e labor.”*

(CÁUPER, Hino de Tefé, 3ª estrofe, 1983)

1.1 A Amazônia de Tefé

Os processos de ocupação e consolidação territorial da Amazônia foram, em grande medida, atravessados por estratégias geopolíticas de soberania, nas quais o espaço foi historicamente administrado por meio de redes, fluxos e decisões políticas sobre o uso do território, especialmente em contextos de assimetria entre regiões e centros de poder. Nessa direção, compreender Tefé como cidade amazônica implica reconhecê-la como parte de uma rede regional estruturada por relações entre poder e espaço, com funções de mediação e concentração de serviços e circulação (Becker, 2005).

Paralelamente, é necessário reconhecer que a própria ideia de “Amazônia” foi historicamente construída por narrativas e discursos que produziram imagens recorrentes da região como “vazio”, “sertão”, “distante” ou “atraso”, muitas vezes invisibilizando sujeitos, línguas, memórias e histórias locais (Guedes et al., 2023, p. 34). A crítica a essas narrativas contribui para deslocar a compreensão da Amazônia como mero cenário geográfico e tratá-la como construção histórica e simbólica, cujas representações foram moldadas por interesses, ideologias e regimes de enunciação (Penalva, 2019).

Nesse quadro, considerar Tefé como expressão de uma Amazônia urbana implica enfatizar que a região é marcada por dinâmicas urbanas específicas e por centralidades territoriais que não podem ser tratadas como periféricas em termos de produção de vida social, política e cultural. Perspectivas recentes reforçam a importância de “ouvir” os territórios amazônicos, reconhecendo que grande parte das vozes amazônidas está nas cidades e que a escuta ativa revela agendas, necessidades e interpretações de mundo próprias dos sujeitos locais (Escutas Amazônicas, [s.d.]).

Nesse sentido, as práticas comunicacionais tornam-se dimensão estruturante da vida urbana amazônica, pois articulam redes de informação e sociabilidade e podem operar como mediações decisivas entre território, cultura e organização coletiva. A própria pesquisa social na Amazônia tem destacado abordagens que valorizam o

conhecimento situado e o diálogo com realidades localizadas, reconhecendo territorialidades específicas e modos próprios de descrever e disputar o espaço social (Almeida, 2013). A comunicação deve ser compreendida como transmissão e como prática cultural e territorialmente situada, fundamental para interpretar as experiências comunicacionais e suas reconfigurações no Médio Solimões.

É nesse território historicamente constituído e atravessado por disputas de representação, redes de circulação e experiências socioterritoriais próprias que se insere a Rádio Xibé, cuja trajetória e reinvenção no digital serão analisadas, nesta dissertação, como parte das transformações técnicas, culturais e políticas do ecossistema comunicacional tefeense e amazônico.

A compreensão das dinâmicas comunicacionais no Médio Solimões exige considerar a Amazônia como espaço florestal ou rural, e também como território profundamente urbanizado, no qual as cidades desempenham papel estratégico na organização das redes sociais, econômicas e informacionais. Estudos recentes indicam que a maior parte da população amazônica vive em áreas urbanas, o que reforça a necessidade de compreender as cidades como centros ativos de produção de vida social, circulação de saberes e construção de agendas territoriais próprias.

As cidades amazônicas apresentam características específicas que as diferenciam dos modelos urbanos tradicionais, especialmente pela forte articulação entre espaço urbano, redes fluviais e comunidades ribeirinhas e indígenas. Nessas configurações territoriais, os rios funcionam simultaneamente como vias de transporte, eixos de integração regional e estruturas organizadoras da vida social, influenciando diretamente a distribuição das centralidades urbanas e a circulação de pessoas, mercadorias e informações. Essa condição produz formas híbridas de urbanização, nas quais práticas comunitárias, economias locais e fluxos regionais coexistem e se articulam de maneira particular.

A produção social do território amazônico também deve ser compreendida a partir das territorialidades específicas construídas pelos próprios sujeitos sociais, cujas práticas culturais, formas de organização coletiva e narrativas locais constituem dimensões centrais na definição dos usos do espaço e das fronteiras simbólicas e políticas que estruturam a vida regional. Abordagens baseadas na chamada Nova Cartografia Social evidenciam que a descrição das territorialidades amazônicas deve considerar as experiências vividas pelos próprios agentes sociais, valorizando suas formas de autodefinição e suas narrativas sobre o território (Almeida, 2008).

Nesse contexto, as centralidades regionais assumem papel fundamental na articulação das redes sociais e comunicacionais. Cidades como Tefé concentram serviços públicos, instituições educacionais, comércio regional e infraestruturas de comunicação, funcionando como pontos de mediação entre diferentes territórios e escalas de interação social. A comunicação, nesse cenário, não se restringe à dimensão técnica dos meios, mas integra práticas culturais e processos sociais que estruturam formas de pertencimento, circulação de informações e produção de identidades coletivas.

Pesquisas no campo da comunicação amazônica destacam que os fenômenos comunicacionais na região devem ser compreendidos em estreita relação com as dinâmicas culturais e territoriais, evidenciando que a comunicação constitui, simultaneamente, prática cultural, mediação social e processo de construção simbólica do espaço (Castro; Amaral Filho; Lima, 2017). Dessa forma, a análise das experiências radiofônicas e digitais no Médio Solimões requer considerar a inserção dessas iniciativas no conjunto das relações territoriais e socioculturais que estruturam a Amazônia urbana.

Assim, compreender a Amazônia urbana e suas centralidades regionais permite situar o campo empírico desta pesquisa em um contexto mais amplo de transformações territoriais e comunicacionais, no qual as cidades amazônicas desempenham papel estratégico na organização das redes de informação, na mediação entre diferentes territorialidades e na emergência de experiências comunicacionais que articulam tradição, tecnologia e inovação social.

1.2 Tefé e a formação socioterritorial do Médio Solimões

A análise da trajetória da Rádio Xibé e de sua reinvenção como webrádio exige, inicialmente, situar o campo empírico da pesquisa no contexto histórico, territorial, social e ambiental do Médio Solimões. O município de Tefé, nesse cenário, constitui um dos principais polos urbanos do interior do estado do Amazonas, exercendo função estratégica de centralidade regional na circulação de pessoas, mercadorias, serviços e informações ao longo do rio Solimões. Tal centralidade está associada à sua posição geográfica privilegiada, localizada na confluência do rio Tefé com o rio Solimões, nas proximidades da foz do rio Japurá, fator que historicamente favoreceu sua constituição como ponto nodal da rede hidrográfica amazônica e espaço de articulação territorial entre diferentes municípios da região (Queiroz, 2025).

A população do município ultrapassa 80¹⁸ mil habitantes, concentrando-se majoritariamente na área urbana, mas mantendo forte presença de populações ribeirinhas e comunidades tradicionais. A composição social caracteriza-se pela convivência entre grupos urbanos, ribeirinhos, povos indígenas de diferentes etnias e populações migrantes oriundas de outras regiões do Amazonas e do Brasil, formando um tecido social plural e fortemente influenciado pela cultura amazônica.

Apesar de exercer papel regional relevante, Tefé enfrenta desafios estruturais típicos das cidades amazônicas interiores, como limitações de infraestrutura urbana, dificuldades logísticas, desigualdades socioeconômicas e acesso irregular a serviços públicos especializados. Ainda assim, a cidade desempenha função central na oferta de serviços educacionais, hospitalares e administrativos para municípios vizinhos, consolidando-se como referência regional.

A economia local apresenta forte dependência do setor público, do comércio e dos serviços, complementados por atividades tradicionais como pesca, agricultura familiar e extrativismo. Cadeias produtivas associadas ao manejo sustentável do pirarucu, à produção de farinha de mandioca, à pesca artesanal e ao extrativismo florestal possuem importância significativa para a renda das comunidades rurais. O comércio urbano, impulsionado pela função regional de abastecimento, também constitui importante eixo econômico, assim como iniciativas emergentes relacionadas ao turismo ecológico e científico vinculadas às reservas de desenvolvimento sustentável da região.

A identidade cultural de Tefé é marcada pela coexistência entre tradições indígenas, ribeirinhas e urbanas, refletida em manifestações festivas, religiosas e artísticas que integram o calendário local, como festas de padroeiros, festivais culturais e eventos comunitários. A culinária regional, baseada em produtos da pesca e da mandioca, o artesanato produzido por comunidades tradicionais e a musicalidade amazônica compõem elementos centrais da cultura local. A influência indígena permanece visível no vocabulário cotidiano, nas práticas alimentares, nas técnicas de manejo ambiental e nas formas de sociabilidade presentes tanto nas comunidades quanto no espaço urbano.

O município abriga instituições educacionais de ensino básico, técnico e superior, incluindo campi universitários e centros de pesquisa voltados para estudos amazônicos, o que reforça seu papel regional na formação acadêmica e científica. Na

¹⁸Dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acesso em 07/02/2026, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/tefe.html>

área da saúde, a cidade conta com hospital regional e unidades básicas que atendem a população local, e também moradores de municípios vizinhos, enfrentando, entretanto, desafios logísticos relacionados à distância e à dispersão territorial das comunidades.

O transporte urbano é predominantemente terrestre e fluvial, enquanto o acesso à internet e telecomunicações apresenta avanços recentes, ainda que com limitações de estabilidade e cobertura, sobretudo nas comunidades rurais. O abastecimento de energia elétrica e água encanada ocorre na área urbana, mas enfrenta desafios operacionais típicos das cidades amazônicas interiores.

A vida cotidiana em Tefé é profundamente influenciada pelo regime hidrológico amazônico, especialmente pelo ciclo anual de cheias e secas dos rios, que altera padrões de mobilidade, abastecimento e atividades econômicas. Ao mesmo tempo, iniciativas de manejo sustentável, conservação ambiental e pesquisa científica desenvolvidas em reservas próximas têm contribuído para a construção de modelos locais de desenvolvimento baseados na sustentabilidade.

No campo da comunicação, o rádio permanece como um dos meios de maior alcance regional, especialmente nas áreas rurais e ribeirinhas, coexistindo com o crescimento do acesso à internet móvel e às plataformas digitais. A presença de rádios comunitárias, emissoras comerciais e iniciativas de comunicação popular reflete a importância estratégica da comunicação sonora na integração territorial amazônica.

Para visitantes, Tefé constitui porta de entrada para experiências amazônicas singulares, incluindo visitas às reservas Mamirauá e Amanã, passeios fluviais, observação da biodiversidade e vivências culturais em comunidades tradicionais. A melhor época para visita varia conforme os interesses do visitante, sendo o período de cheia ideal para navegação e observação de fauna aquática, enquanto a seca favorece trilhas e atividades terrestres.

1.3 O sistema radiofônico de Tefé e a ocupação do espectro local

O rádio constitui historicamente um dos principais meios de comunicação na região amazônica, desempenhando papel estratégico na circulação de informações, na articulação social das comunidades e na mediação entre territórios urbanos, ribeirinhos e indígenas. Em contextos marcados por grandes distâncias geográficas e por desigualdades de infraestrutura comunicacional, o rádio consolidou-se como meio de alcance ampliado, capaz de conectar diferentes localidades e promover formas próprias de participação pública e comunicação comunitária.

No município de Tefé, o sistema radiofônico local estruturou-se a partir da presença de emissoras comerciais, educativas, religiosas e experiências comunitárias, compondo um ecossistema comunicacional heterogêneo, no qual diferentes modelos de radiodifusão coexistem e disputam espaços de audiência e visibilidade.

Emissoras de rádios de Tefé					
Nº	Emissora	Frequência	Segmento	Fins	Site
01	Rádio Alternativa	91.7 FM	Popular/Eclética	Comerciais	Sim
02	Rádio Rural	93.9 FM	Jornalismo/Música	Comerciais	Sim
03	Rádio Encontro das Águas	97.7 FM	Comunitária/Cultural	Comerciais	Sim
04	Rádio Tiradentes	106.9 FM	Informativa/Popular	Comerciais	Sim
05	Rádio Boas Novas	96.5 FM	Gospel	Comerciais	Sim
06	Rádio Mel	101.7 FM	Popular/Eclética	Comerciais	Sim
07	Rádio Maninho FM	Webrádio	Eclética	Comerciais	Sim
08	Rádio Xibé	Webrádio	Cultura/Universitária/ Educomunicação	Comunitária/Livre, (sem fins comerciais)	Sim
09	Rádio Adoradores de Cristo	Webrádio	Gospel	Comerciais	Sim
10	Nova Web Rádio Gospel Tefé	Webrádio	Gospel	Comerciais	Sim

Tabela 1: Elaborada pelo autor da pesquisa.

O *dial* radiofônico local expressa, assim, a presença de diferentes operadores do sistema de radiodifusão e a diversidade de projetos comunicacionais que atuam na região, incluindo iniciativas voltadas à informação jornalística, programação musical, comunicação religiosa e experiências de comunicação popular.

Acima, na tabela, apenas a Rádio Xibé, não segue a lógica e filosofia de rádios comerciais. Para tanto, a ocupação do espectro radiofônico, não se restringe às emissoras formalmente institucionalizadas. Experiências de rádios livres e comunitárias desempenharam papel significativo na ampliação das vozes sociais e na construção de espaços alternativos de produção de conteúdo, especialmente em contextos universitários, movimentos sociais e coletivos culturais. Estudos etnográficos sobre a Rádio Xibé e suas redes demonstram que as rádios livres na região atuaram como espaços de experimentação comunicacional, participação coletiva e articulação entre práticas locais e redes mais amplas de comunicação independente (Figueiredo, 2015).

Além de sua função informativa, o rádio exerce funções sociais relevantes na organização da vida cotidiana regional, sendo utilizado para divulgação de avisos comunitários, mobilizações sociais, campanhas públicas e circulação de conteúdos

culturais locais. Essa centralidade social do meio radiofônico contribui para sua permanência como elemento estruturante do ecossistema comunicacional amazônico, mesmo diante da expansão das plataformas digitais e das novas tecnologias de comunicação.

No caso específico das rádios comunitárias e livres, sua atuação está frequentemente associada à democratização do acesso à comunicação, à valorização das identidades locais e à produção de conteúdos vinculados às realidades territoriais e culturais das comunidades. Essas iniciativas ampliam a pluralidade de vozes presentes no sistema radiofônico local e contribuem para a formação de circuitos comunicacionais alternativos, nos quais a comunicação é compreendida como transmissão de mensagens e como prática social coletiva e espaço de construção de cidadania.

Nesse contexto, a ocupação do espectro radiofônico em Tefé deve ser compreendida como resultado de disputas técnicas, políticas e culturais em torno do direito à comunicação e da definição dos usos sociais do meio radiofônico. A emergência de experiências de rádio livre, como a Rádio Xibé, evidencia a existência de práticas comunicacionais que tensionam os limites institucionais da radiodifusão tradicional e apontam para formas colaborativas e autônomas de produção midiática, cujos desdobramentos serão analisados nas seções seguintes desta pesquisa.

1.4 Transformações tecnológicas: do rádio analógico ao digital

As transformações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas produziram mudanças significativas no campo radiofônico, alterando as formas de transmissão sonora, e também os modos de produção, circulação e escuta do conteúdo radiofônico. Essas mudanças ajudam a compreender o rádio para além do suporte tecnológico que historicamente o caracterizou, considerando tanto as especificidades da linguagem e da comunicação radiofônica (Meditsch, 2001) quanto sua expansão contemporânea por diferentes plataformas, suportes e modalidades de circulação (Kischinhevsky, 2016).

A consolidação do rádio analógico, historicamente estruturado nas faixas AM¹⁹ e FM²⁰, esteve associada à centralidade das emissoras de radiodifusão e à dependência de infraestrutura técnica baseada em transmissores, concessões estatais e ocupação

¹⁹A faixa AM é o conjunto de frequências de rádio usadas para transmissões em Amplitude Modulada (AM). No Brasil e em grande parte do mundo, a faixa AM ocupa aproximadamente de 530 kHz a 1700 kHz. Muitas rádios AM migraram para FM nos últimos anos, mas ainda existem emissoras ativas na faixa AM.

²⁰A faixa FM é o conjunto de frequências usadas para transmissões em Frequência Modulada (FM), que é o padrão mais comum de rádio hoje em dia. Desde 2021, o Brasil ampliou a faixa para 76,1 MHz a 87,3 MHz, aproveitando frequências que antes eram usadas por canais de TV analógica. Essa extensão foi criada para receber rádios que migraram do AM para o FM, garantindo mais espaço no espectro.

regulada do espectro eletromagnético. Nesse âmbito, Novaes e Gama (2016) discutem o espectro radioelétrico como um recurso cuja gestão tradicional esteve fundamentada em um paradigma de escassez, tensionado pelas possibilidades introduzidas pelas tecnologias digitais.

Com a expansão das tecnologias digitais e das redes de internet, especialmente a partir dos anos 2000, novas modalidades de transmissão sonora passaram a coexistir com o sistema tradicional de radiodifusão. O *streaming* de áudio²¹ possibilitou a transmissão de conteúdos sonoros por meio de servidores digitais, permitindo que iniciativas radiofônicas operassem independentemente das limitações técnicas e regulatórias associadas ao espectro analógico. Com a expansão das tecnologias digitais e das redes de internet, especialmente a partir dos anos 2000, novas modalidades de transmissão sonora passaram a coexistir com o sistema tradicional de radiodifusão. Nesse processo, a webrádio emerge como uma modalidade radiofônica constituída no ambiente da internet, produzindo novas formas de disponibilização de conteúdo e de interação com os ouvintes (Prata, 2009).

Essa transição tecnológica produziu impactos relevantes na cadeia produtiva do rádio. A digitalização das ferramentas de gravação, edição e transmissão reduziu custos operacionais e ampliou as possibilidades de produção descentralizada de conteúdo, permitindo que coletivos, instituições educacionais e grupos comunitários desenvolvessem projetos radiofônicos com maior autonomia técnica. Ao mesmo tempo, a circulação do conteúdo sonoro deixou de depender exclusivamente da audiência local e passou a operar em escalas ampliadas de alcance, potencialmente globais, mediadas por sistemas de hospedagem digital e plataformas de compartilhamento.

As transformações tecnológicas também implicaram mudanças nos modos de escuta. A recepção radiofônica, anteriormente vinculada a aparelhos receptores fixos e à programação linear das emissoras, passou a incorporar práticas de escuta móvel, sob demanda e multiplataforma, articuladas ao uso de telefones celulares, aplicativos e interfaces digitais. Essas transformações integram um processo mais amplo de expansão do rádio para além da transmissão hertziana, configurando aquilo que Kischinhevsky (2016) denomina rádio expandido.

No contexto amazônico, essas mudanças tecnológicas adquirem características específicas, uma vez que a coexistência entre infraestruturas analógicas e digitais produz formas híbridas de circulação comunicacional. Em muitas localidades, o rádio

²¹Um streaming de áudio é a transmissão de sons (música, podcasts, rádio etc.) pela internet em tempo real, sem que seja necessário baixar o arquivo completo antes de ouvir.

continua exercendo papel central como meio de comunicação de grande alcance social, ao mesmo tempo em que iniciativas digitais ampliam as possibilidades de experimentação comunicacional e de articulação em rede. A reinvenção de experiências radiofônicas no ambiente digital, como ocorre com a Rádio Xibé²², deve ser compreendida nesse cenário de transformações técnicas e socioculturais. Nessa perspectiva, o rádio não se reduz ao suporte pelo qual é transmitido, mas pode ser compreendido a partir da especificidade de sua prática comunicacional e das reconfigurações que assume diante das transformações tecnológicas (Meditsch, 2001; Kischinhevsky, 2016).

1.5 Rádio digital, webrádio e streaming: regimes técnicos da escuta contemporânea

As transformações recentes do campo radiofônico estão diretamente associadas à convergência entre sistemas de radiodifusão tradicionais e infraestruturas digitais de comunicação em rede. Historicamente, o rádio constituiu-se como tecnologia de transmissão baseada na modulação eletromagnética do sinal sonoro, operando predominantemente nas faixas AM (Amplitude Modulada) e FM (Frequência Modulada), cuja lógica técnica pressupõe a existência de transmissores físicos, espectro regulado e alcance territorial²³ delimitado (Sterling; Kittross, 2002).

A partir do final do século XX, o desenvolvimento das tecnologias de codificação digital do áudio possibilitou o surgimento do chamado rádio digital, caracterizado pela conversão do sinal sonoro em dados binários transmitidos por padrões específicos de radiodifusão, como o DAB (Digital Audio Broadcasting)²⁴ e o HD Radio²⁵. Esses sistemas permitem maior qualidade sonora, eficiência espectral e possibilidade de transmissão de dados adicionais associados ao conteúdo radiofônico (Lax, 2014).

²²A emissora pode ser acessada por meio de seu site oficial (<https://terrapreta.org.br/radioxibe/>) ou diretamente na página pública do servidor AzuraCast, plataforma na qual está hospedada e transmitida online (<https://radio.terrapreta.org.br/public/xibe>).

²³A ampliação do alcance territorial proporcionada pela digitalização não deve ser compreendida de forma linear ou exclusivamente positiva, uma vez que ocorre articulada a novas formas de dependência técnica e mediação infraestrutural. Assim, o fortalecimento territorial se dá como reconfiguração das condições de atuação, nas quais expansão e limitação coexistem, inserindo as práticas comunicacionais em dinâmicas de conectividade, controle e dependência das plataformas digitais.

²⁴Padrão internacional de rádio digital terrestre, criado para substituir ou complementar as transmissões analógicas em FM e AM. Ele foi desenvolvido por um projeto europeu e lançado comercialmente em 1995. Hoje, é o sistema dominante na Europa e também utilizado em países como Austrália e em partes da África, estando presente em mais de 55 países

²⁵Tecnologia de rádio digital desenvolvida nos Estados Unidos pela empresa iBiquity Digital Corporation (hoje parte da Xperi). Diferente do DAB europeu, o HD Radio foi projetado para ser compatível com as transmissões analógicas existentes, permitindo que emissoras transmitam simultaneamente em AM/FM analógico e digital na mesma frequência.

Paralelamente a essas transformações, a expansão da internet e das redes de telecomunicação viabilizou o surgimento das webrádios, modalidade de radiodifusão que utiliza protocolos de transmissão de dados digitais para distribuir conteúdos sonoros em tempo real por meio de tecnologias de *streaming*. Nesse modelo, a infraestrutura técnica desloca-se do transmissor eletromagnético para ambientes baseados em servidores, codificadores de áudio e redes de dados, inserindo a circulação sonora em arquiteturas digitais conectadas.

Essa reconfiguração pode ser compreendida à luz das análises de Castells (2009) sobre a sociedade em rede, na qual os fluxos de informação passam a operar em estruturas organizadas em rede, reconfigurando as formas de produção, circulação e acesso à comunicação. Nesse contexto, a radiodifusão deixa de estar restrita a uma lógica predominantemente territorial, baseada na ocupação do espectro eletromagnético, e passa a integrar dinâmicas de circulação em rede, mediadas pela conectividade digital e pelos processos de convergência midiática.

O *streaming*, por sua vez, constitui o processo tecnológico que permite a transmissão contínua de dados audiovisuais sem necessidade de download completo do arquivo, possibilitando a escuta simultânea por múltiplos usuários conectados. Esse modelo redefine as formas de recepção radiofônica ao integrar dispositivos móveis, plataformas digitais e sistemas de recomendação algorítmica, ampliando o alcance territorial das transmissões e, simultaneamente, inserindo a circulação sonora nas dinâmicas econômicas e infraestruturais das plataformas digitais (Jenkins, 2009; Couldry; Mejias, 2019).

Nesse contexto, o rádio contemporâneo não pode mais ser compreendido apenas como tecnologia de transmissão eletromagnética, mas como parte de um ecossistema comunicacional híbrido, no qual radiodifusão, plataformas digitais e redes de dados se articulam na constituição de novas formas de produção, circulação e escuta do som. A emergência das webrádios comunitárias e universitárias insere-se nesse cenário como prática sociotécnica que combina autonomia comunicacional, uso de infraestruturas digitais e ampliação das possibilidades de participação coletiva na produção midiática.

1.6 Por uma antropologia da escuta e do espectro digital

A compreensão das transformações contemporâneas do campo radiofônico requer deslocar o foco analítico das tecnologias de transmissão, tomadas isoladamente, para as práticas socioculturais de escuta e para as relações sociotécnicas que estruturam a comunicação sonora. Nesse sentido, a escuta pode ser entendida como ato fisiológico

de recepção sonora e como prática social e culturalmente situada, atravessada por formas de atenção, regimes de sensibilidade e experiências coletivas que variam conforme contextos históricos, territoriais e tecnológicos.

Nas cidades amazônicas, as práticas de escuta estão profundamente vinculadas às dinâmicas territoriais e às formas locais de circulação de informações, nas quais o rádio historicamente desempenhou papel central na organização do cotidiano, na mediação entre comunidades e na construção de vínculos sociais. A escuta radiofônica, nesse contexto, constitui experiência coletiva que articula informação, cultura e pertencimento territorial, sendo continuamente reconfigurada pelas transformações tecnológicas e pelas mudanças nas infraestruturas de comunicação.

A noção de espectro, por sua vez, pode ser compreendida em duas dimensões complementares. Em sua dimensão técnica, o espectro refere-se ao conjunto de frequências eletromagnéticas destinadas à transmissão de sinais radiofônicos, cuja ocupação é regulada por políticas públicas, concessões estatais e disputas institucionais em torno do acesso à radiodifusão. Em sua dimensão sociopolítica, entretanto, o espectro pode ser interpretado como espaço de disputa simbólica e material pelo direito à comunicação, no qual diferentes atores sociais buscam ampliar suas possibilidades de expressão e circulação de narrativas.

Experiências de rádios livres e comunitárias evidenciam que a ocupação do espectro não se limita às dimensões técnicas da radiodifusão, mas envolve processos de reivindicação política e construção de autonomias comunicacionais, articulados a práticas coletivas de produção de mídia e organização social (Figueiredo, 2015). Nesse sentido, a comunicação popular pode ser compreendida como prática sociotécnica que articula tecnologias, territórios e formas de participação social, constituindo espaços de produção de sentidos e de construção de identidades coletivas.

A emergência das infraestruturas digitais introduz novos elementos nesse campo de disputas, uma vez que a transmissão sonora deixa de depender exclusivamente do espectro eletromagnético e passa a operar também em plataformas e redes digitais, reconfigurando as condições técnicas e políticas da circulação comunicacional. As tecnologias digitais ampliam as possibilidades de experimentação comunicacional e de articulação em rede, mas também introduzem novos regimes de mediação baseados em infraestruturas privadas, algoritmos de visibilidade e dinâmicas de plataformização que condicionam a circulação dos conteúdos.

Dessa forma, uma antropologia da escuta e do espectro digital implica compreender a comunicação sonora como prática sociotécnica situada, na qual

tecnologias, territorialidades e formas de organização coletiva se articulam na produção de experiências comunicacionais específicas. Tal perspectiva permite analisar experiências como a Rádio Xibé como iniciativa técnica de transmissão sonora e como processo sociopolítico de construção de autonomias comunicacionais, no qual a escuta, o território e as infraestruturas tecnológicas constituem dimensões interdependentes das transformações contemporâneas do campo radiofônico amazônico.

A escuta antecede a palavra e dá contorno à presença. Antes de qualquer leitura do mundo, há um mundo que se faz audível. O som é a primeira pedagogia. Na Amazônia, onde o tempo é medido pelas águas e pelas vozes que ecoam entre as margens, o ouvido se torna o instrumento que orienta o corpo e organiza o pensamento. O aprendizado começa antes da escola, no rumor do rio, no chiado do rádio que insiste em falar mesmo quando o sinal falha. Escutar é o primeiro gesto de pertencimento.

Foi assim que o pesquisador, doravante, facilitador da pesquisa, ainda menino, aprendeu a reconhecer o território. Cresceu entre o silêncio das várzeas e o ruído das vozes que vinham das rádios locais. As tardes eram marcadas pela alternância entre o som do vento que passava pelas frestas e o eco metálico dos programas esportivos transmitidos em rádios enferrujados. Aquele som precário, atravessado por interferências, não era ruído, era o modo como o mundo chegava até ele. O rádio funcionava como uma extensão da floresta, um mediador entre o doméstico e o distante. Escutar o rádio era escutar o território em movimento.

Essa experiência sensorial e cotidiana se aproxima daquilo que Ingold (2012) define como uma antropologia das linhas, uma forma de conhecer que se constrói caminhando junto com o mundo, e não observando-o de fora. O conhecimento, para Ingold, nasce da convivência e da escuta atenta. O facilitador não recolhe dados, mas percorre caminhos sonoros, acompanha vibrações, deixa-se atravessar por elas. Essa forma de escuta é uma pedagogia da atenção, na qual o aprender se faz no corpo e na relação. Caminhar e ouvir tornam-se práticas inseparáveis.

Na Amazônia, esse modo de conhecer é antigo. As comunidades ribeirinhas orientam sua vida pelo som, o motor de uma rabeta anuncia quem se aproxima, o farfalhar das folhas indica o rumo do vento, o silêncio prolongado pode significar mudança de tempo ou perigo. O som é linguagem ambiental e social, uma gramática viva que estrutura o cotidiano. A escuta é, portanto, forma de conhecimento e método de convivência. Feld (2012), ao formular a noção de *acoustemology*²⁶, descreve o ouvir

²⁶Forma de saber com, através e sobre o som. É uma maneira de pensar sobre como o som é sentido e compreendido como parte da vida cotidiana.

como gesto cognitivo e existencial. Nos Kaluli²⁷ da Papua-Nova Guiné, como nas populações amazônicas, o som é o eixo que articula corpo, ambiente e cultura. A audição, nesse sentido, não é passiva, ela fabrica lugar, orienta os gestos e modela o pensamento.

Entre as casas de madeira e o estúdio improvisado da antiga Rádio Educação Rural de Tefé²⁸, o facilitador aprendeu que escutar é também trabalhar. O microfone ensinava tanto quanto o rio. No início, a voz tremia, tropeçava, buscava o tempo certo entre fala e silêncio. Era um aprendizado público, às vezes doloroso, mas formador. Escutar o retorno da própria voz, atravessada por chiados e interferências, era perceber o próprio erro como parte da comunicação. Ali se consolidava a escuta como método, não só de pesquisa, mas de vida. Cada correção feita no ar, cada hesitação diante do microfone, constituía uma pequena prática de conhecimento.

O rádio, nesse contexto, é meio técnico, espaço de encontro, escola do sensível e laboratório da convivência. A escuta produz comunidade. Figueiredo (2015) mostra que as rádios livres amazônicas, como a Xibé, operam na fronteira entre política e poética, entre técnica e corpo. O som que atravessa o espectro não transporta apenas mensagens, mas relações. A transmissão é um acontecimento social, nela se entrelaçam vozes humanas, ruídos da floresta e temporalidades distintas.

Certeau (1994) oferece uma leitura fecunda desse cotidiano sonoro quando descreve as “artes de fazer” como táticas criativas que subvertem a ordem. Escutar é uma dessas táticas. O ouvinte amazônico não recebe a mensagem de modo passivo, ele a reinventa. O pescador, o professor, a dona de casa, o estudante, todos interpretam o som a partir de sua própria experiência e o devolvem em conversa, comentário, música ou gesto. Essa circularidade cria uma comunidade de escuta que é, ao mesmo tempo, política e afetiva. A escuta é a forma mais cotidiana de resistência.

Na cultura amazônica, o som e o imaginário são indissociáveis. Loureiro (2015) define a poética do imaginário como o modo pelo qual os povos amazônicos transformam o vivido em expressão simbólica. Os sons da floresta, das festas, das rezas e dos rios compõem uma linguagem do encantamento, na qual o humano e o não humano coexistem em reciprocidade. Escutar, nesse contexto, é escutar o mundo inteiro, não apenas as vozes humanas. O rádio prolonga essa cosmologia sonora, ele transforma o invisível em vibração, traduz o território em presença.

²⁷Os Kaluli são um clã de povos indígenas que vivem nas florestas tropicais do Grande Planalto Papuano, na Papua-Nova Guiné.

²⁸Emissora de rádio de Tefé, surgida nos anos 1960 como braço do Movimento de Educação de Base e vinculada à Igreja Católica, opera comercialmente com apoio de anunciantes e enfrenta tensões regulatórias diante da emergência de rádios livres e da disputa por audiência.

Amorim (2012) amplia esse horizonte ao compreender a escuta como gesto ético. Para ela, escutar é reconhecer as vozes historicamente silenciadas pela colonialidade. O som torna-se um campo de disputa, onde se decide quem pode ser ouvido e quem é condenado ao silêncio. As rádios comunitárias e livres da Amazônia desafiam essa exclusão. Quando transmitem o depoimento de uma agricultora, a canção de um jovem ou a entrevista com um líder indígena, não estão somente comunicando fatos, estão restituindo o direito de existir no espaço público da fala.

Essa dimensão ética se reflete na trajetória do facilitador, cuja formação foi moldada pela escuta de múltiplas vozes, familiares, comunitárias, radiofônicas e acadêmicas. A infância marcada pela oralidade e a juventude passada entre cabos e transmissores tornaram-se, agora, parte de um método. A escuta, nesse sentido, é mais do que instrumento de coleta, é modo de estar, de escrever e de conhecer. O facilitador não observa o campo, ele o habita. A experiência pessoal deixa de ser lembrança e passa a ser dispositivo epistemológico, um meio para compreender como se produz sentido nas margens do espectro.

O rádio ensina a escutar os outros e a si mesmo. O ruído de uma gravação malfeita, a pausa incômoda de uma entrevista, o silêncio de quem hesita em falar, tudo isso são dados que a etnografia tradicional tende a descartar, mas que, para uma antropologia da escuta, constituem o próprio campo. O som é o que dá forma à relação. Escutar é, nesse sentido, um exercício político, ético e metodológico. O rádio fala sobre o território e o faz ressoar. E é nesse ressoar que se produz o conhecimento.

A escuta é o fio que sustenta a convivência. O facilitador, ao longo de sua trajetória, aprendeu que o som é também uma forma de cuidado. No estúdio, nas oficinas ou nas visitas às comunidades, escutar o outro implica tempo, paciência e disponibilidade. Cada voz traz consigo uma geografia, uma memória e uma emoção. Quando alguém fala, não transmite unicamente um conteúdo, mas compartilha o ritmo de sua existência. A escuta, nesse sentido, é o lugar onde a vida encontra abrigo.

Essa dimensão vivida aproxima-se daquilo que Ingold (2012) descreve como “correspondência”. Conhecer, para ele, é seguir os movimentos do mundo, acompanhá-lo em seu fluxo, mais do que representá-lo. O facilitador aprende com o território na medida em que se move por ele, sobe em barcos, entre em canoas, participa de reuniões, ajusta cabos, grava entrevistas e escuta as pausas. Cada gesto é parte do método. O campo não é uma abstração, mas uma rede de presenças. O som organiza esse encontro, ensinando o ritmo da observação e o intervalo da palavra.

Ao pensar o som como conhecimento, Feld (2012) recorda que a audição é percepção e relação. O ouvido conecta o corpo ao ambiente e transforma o espaço em experiência compartilhada. Na Amazônia, essa concepção se concretiza em práticas simples. As oficinas da rádio Xibé começam pelo silêncio. O facilitador convida os participantes a ouvir a paisagem, o ruído do ventilador, o canto das aves, o estalar dos galhos, a voz que chega de fora. Esse exercício, aparentemente banal, é o primeiro passo de uma pedagogia da escuta. Aprender a ouvir é aprender a estar.

Kaplún (2002) compreende a comunicação como processo educativo baseado no diálogo. Ensinar alguém a manusear um gravador é, para o facilitador, ensinar também a escutar. O domínio técnico nasce junto com a sensibilidade. Cada oficina é um espaço de coaprendizagem, onde o erro é parte do caminho. Um estudante que fala baixo diante do microfone, um pescador que hesita ao narrar sua história, uma professora que grava e se espanta ao ouvir a própria voz, todos aprendem, juntos, o sentido da presença sonora. A técnica, assim, não se separa da experiência humana.

Essa prática formativa encontra eco em Freire (1996), para quem a escuta é gesto político. Escutar é reconhecer o outro como sujeito e partilhar com ele o processo de criação do mundo. A comunicação libertadora exige disponibilidade e afeto. No contexto da Xibé, a escuta se torna método de formação e de resistência. Ao ouvir os participantes, o facilitador aprende sobre o tempo das comunidades, sobre as estratégias cotidianas de sobrevivência e sobre o valor da palavra falada. O microfone se converte em ferramenta de diálogo, e o som, em espaço de aprendizado mútuo.

Essa pedagogia da escuta, vivida em meio às condições materiais precárias, revela a força da comunicação livre como campo de invenção. Figueiredo (2015) observa que a experiência radiofônica amazônica se produz no imprevisto e na coletividade. O espectro, nesse contexto, é infraestrutura técnica, e também campo de interação. Cada fio de cobre, cada antena montada com restos de alumínio, cada transmissor reaproveitado é parte de uma rede que conecta corpos e ideias. O facilitador, ao religar cabos e testar frequências, participa dessa rede viva, onde a escuta se faz gesto material e político.

Ao gravar uma entrevista, o facilitador não recolhe dados, mas compartilha presenças. A fala do outro o atravessa e o transforma. Essa implicação ética desloca o papel tradicional do pesquisador, quem escuta também se deixa escutar. O método se constrói na reciprocidade. O som, nesse sentido, é a própria forma do vínculo. Ele circula entre sujeitos e produz uma experiência que é, ao mesmo tempo, cognitiva e

afetiva. O rádio se torna uma extensão dessa escuta, um lugar onde o conhecimento se manifesta como vibração.

A escuta, vivida como método, inaugura uma forma de pensar que é sensorial e reflexiva. Figueiredo (2015), ao acompanhar a primeira geração da rádio Xibé, observa que a experiência comunicacional no Médio Solimões se estrutura pela convivência e pela experimentação, mais do que por uma organização institucional ou técnica. A rádio se faz enquanto acontece. Ela existe no gesto de ligar o transmissor, no imprevisto da antena, na conversa que se transforma em programa, na partilha do microfone entre vizinhos e estudantes. A comunicação, nesse contexto, é prática e relação.

O facilitador, ao participar da reativação da emissora como webrádio, reconhece que o ambiente digital conserva esse mesmo princípio, a técnica não é um aparato exterior, mas uma extensão da vida social. Ao configurar o servidor, ajustar o software livre e orientar os participantes, ele percebe que a tecnologia opera como um corpo em movimento, atravessado por gestos, afetos e aprendizagens compartilhadas. A escuta se torna, assim, forma de presença e modo de estar no mundo, sustentando a ideia de que comunicar é também viver junto.

Neste ambiente, cada ação é uma forma de tradução. Traduzir o ruído em fala, o som em narrativa, o gesto em aprendizagem. Essa tradução não busca fidelidade, mas relação. O conhecimento se faz no entre a floresta e a rede, entre a rádio e a universidade, entre a memória e o código. A escuta, como método, é o que permite sustentar essas passagens. Ela não se encerra no ouvido, mas se espalha como modo de habitar o mundo.

Assim, a escuta torna-se princípio epistemológico e ético da pesquisa. O facilitador que fala a partir das margens do espectro sabe que cada som carrega uma história e cada silêncio, uma potência. Escutar é reconhecer essa densidade. É perceber que a comunicação não se resume a fluxos de dados, mas a encontros humanos mediados pela vibração. Na Amazônia, o som é o modo como o território pensa. E é por meio dessa escuta viva que se abre o caminho para compreender o espectro digital como extensão do corpo e como território político, tema que orienta a próxima seção.

1.7 O espectro digital como território

O espectro é o espaço onde a comunicação se faz corpo. Invisível, ele abriga as vibrações que conectam pessoas, máquinas e territórios. Nas práticas da rádio Xibé, o espectro não é abstração técnica, mas ambiente compartilhado. A transmissão sonora adquire espessura, torna-se lugar. O ar, atravessado pelas ondas, é percebido como

extensão da própria floresta. O som viaja como o vento, carrega o calor do dia e o murmúrio das águas. O espectro é uma paisagem em movimento, uma geografia que se escreve com frequências. Ao escutá-lo, o pesquisador percebe que o território amazônico não termina nas margens do rio: ele se estende pelas vozes que atravessam o ar.

Figueiredo (2015) observa que o espectro, nas experiências de comunicação livre, é campo de disputa simbólica e política. As rádios que emergem fora dos circuitos oficiais desafiam a lógica da concessão e afirmam a comunicação como direito. O ato de ocupar uma frequência é também um ato de presença. A Rádio Xibé, ao nascer no improviso de cabos e antenas caseiras, instaurou esse gesto inaugural de autonomia. Transmitir era fazer o território falar. O espectro, antes controlado por interesses externos, tornava-se espaço de convivência e invenção. A emissão radiofônica deixava de ser técnica para se converter em prática social. Cada transmissão desenhava um mapa efêmero da comunidade, uma cartografia sonora do comum.

Ingold (2012) entende o espaço não como superfície a ser medida, mas como trama de relações em movimento. O espectro digital pode ser compreendido nesse mesmo sentido. Ele não é um suporte neutro, mas um campo de passagem onde as vozes se cruzam e se transformam. Assim como o rio molda suas margens, o som molda o espaço que percorre. O pesquisador, ao acompanhar essas transmissões, aprende que o território é feito de conexões, não de fronteiras. O sinal da Xibé atravessa bairros, comunidades e escolas, costurando distâncias e criando redes. O ar, em seu fluxo contínuo, é o lugar onde a comunicação amazônica encontra forma e sentido.

Certeau (1994) descreve as práticas cotidianas como táticas de sobrevivência diante das estruturas do poder. No caso da Xibé, o uso do espectro é uma dessas táticas. Transmitir com recursos limitados, ajustar uma antena improvisada, operar um transmissor emprestado são gestos que produzem autonomia. A técnica, longe de ser obstáculo, torna-se linguagem. O som carrega o trabalho coletivo que o produz. Cada interferência, cada chiado, é sinal de presença. O espectro é um espaço habitado, e sua ocupação se faz por meio da escuta. A rádio, ao emitir, não busca dominar o ar, mas habitar suas frestas. O espectro se converte em território compartilhado, onde a comunicação é também forma de resistência.

Figueiredo (2015) mostra que a materialidade do rádio livre é parte essencial de sua política. Cabos, microfones e transmissores improvisados não são símbolos de carência, mas de invenção. A tecnologia, nas mãos das comunidades, é reconfigurada para servir a outros fins. A Xibé incorporou essa lógica desde sua origem. O estúdio foi

montado com o que havia disponível, cada componente narrando uma história de solidariedade e criação. O espectro digital, ao ser reocupado pela rádio, mantém essa herança de autonomia. O uso de softwares livres, servidores comunitários e plataformas abertas amplia as possibilidades de transmissão e, ao mesmo tempo, reafirma a dimensão ética da partilha. O digital não rompe com a tradição da rádio livre; ele a prolonga em outra frequência.

A experiência da Xibé revela que o espectro é também lugar de memória. O som que viaja pelo ar carrega o passado da comunidade, suas vozes, suas lutas, suas festas. Quando o transmissor é ligado, há frequentemente algo que retorna. O espectro é um arquivo em movimento, onde cada emissão reinscreve histórias. Essa memória sonora não se conserva em documentos, mas em práticas. O pesquisador que escuta o campo percebe que cada ruído contém camadas de tempo. O rádio, nesse sentido, é um instrumento de escuta do passado e de invenção do presente. O espectro digital, ao permitir novas formas de circulação, amplia essa dimensão memorial. As vozes se espalham em redes, gravadas, compartilhadas, remixadas, criando uma temporalidade própria, onde o local e o global se cruzam continuamente.

Essa sobreposição de tempos e espaços redefine o modo de compreender o território amazônico. O espectro digital é uma paisagem sem fronteiras fixas, onde as ondas se misturam ao som da floresta e às vozes humanas. Ele é habitado por diferentes cosmologias, cada uma com sua forma de compreender a comunicação. Entre a oralidade ancestral e as tecnologias contemporâneas, a Rádio Xibé opera como mediadora. Seu gesto é traduzir o território em som e devolver o som ao território. A emissão é, assim, um ato de reciprocidade, uma troca contínua entre humanos e não humanos, entre floresta e rede, entre o aqui e o distante. O espectro se torna um campo de coexistência, uma zona de entrelaçamento de mundos.

A pesquisa, ao acompanhar esse processo, descobre que o digital não é ruptura, mas extensão. A presença do espectro como território digital revela a continuidade entre práticas tradicionais e tecnologias emergentes. O rádio é uma ponte entre tempos e linguagens. Escutar a Xibé é escutar o território amazônico em transformação. Cada transmissão é um acontecimento político e poético, um gesto de ocupação e de invenção. O espectro digital, ao ser compreendido como território, devolve à comunicação seu caráter sensível e coletivo. O som deixa de ser meio e volta a ser mundo.

Pensar o digital a partir da Amazônia é enfrentar um paradoxo. A tecnologia chega pelas margens, mas é nas margens que ela se reinventa. A reativação da Rádio

Xibé mostrou que a digitalização não é um processo linear, e sim um gesto artesanal de composição entre materiais, saberes e afetos. Os cabos, os transmissores e o *streaming* não são meros dispositivos, mas extensões do corpo coletivo que sustenta a experiência. O espectro digital, nesse sentido, não é abstração, é ambiente habitado, espaço de convivência e invenção. Cada antena improvisada, cada linha de código aprendida em oficina, cada programa transmitido cria uma cartografia de autonomia que resiste à lógica de dependência técnica.

As práticas de software livre foram decisivas para essa reconfiguração. Silveira (2019) entende o software livre como uma ferramenta de emancipação política, capaz de devolver às comunidades o controle sobre os meios digitais. Essa leitura encontra ressonância na experiência da Xibé, que fez da tecnologia um campo de aprendizado mútuo. O código aberto funciona ali como metáfora de abertura social. O ato de compartilhar um programa, ensinar um comando, traduzir um termo técnico para o vocabulário local, tudo isso faz parte do exercício da autonomia. O saber técnico se mistura ao pedagógico, e a tecnologia se transforma em prática de solidariedade. A floresta digital nasce da partilha, e não da imposição.

Gama (2021) observa que a Amazônia é um território onde o conhecimento é disputado. As corporações tecnológicas atuam sobre os fluxos de dados com a mesma lógica de extração aplicada aos recursos naturais. Frente a isso, a autonomia digital surge como forma de autodefesa coletiva. O uso de softwares livres e servidores locais na Xibé não é um gesto de isolamento, mas de reconstrução da soberania comunicacional. A tecnologia, quando reaprendida a partir das margens, deixa de reproduzir a lógica do centro. Cada transmissão feita com equipamentos reaproveitados, cada oficina que ensina a configurar o *streaming*, mostra que a liberdade tecnológica se constrói no cotidiano, nas mãos que ligam o rádio e nas vozes que o fazem vibrar.

Ingold (2012) afirma que a técnica é prolongamento do gesto humano. O fazer manual, o toque, a escuta e o olhar são modos de conhecer. A montagem de um transmissor, o ajuste da antena, a gravação de uma entrevista carregam esse mesmo princípio. A técnica, para quem atua na Xibé, não está separada do sensível. O aprendizado se dá pela experiência, pela experimentação, pelo erro. Há uma pedagogia do imprevisto que estrutura o trabalho coletivo. O rádio, quando conectado à internet, amplia a escuta sem perder a materialidade. A floresta, a rede e o estúdio formam um mesmo corpo. A tecnologia não substitui o território, ela o prolonga.

Certeau (1994) compreende as práticas cotidianas como formas de invenção silenciosa. A rádio livre é uma dessas invenções, nascida de pequenas táticas que

escapam ao controle institucional. Na Xibé, as limitações de infraestrutura são transformadas em linguagem. A precariedade não é ausência, é potência criativa. Os ruídos da transmissão, os cortes de energia, os microfones compartilhados se tornam parte da narrativa. A estética do improviso revela uma ética do fazer. Essa ética se sustenta na coletividade e na confiança, valores que sustentam a própria noção de espectro como território social. O digital, atravessado por essa lógica, deixa de ser mero canal e passa a ser ambiente de vida.

Figueiredo (2015) descreve o rádio como campo de invenção e de presença. Em sua etnografia, o espectro é entendido como território de encontros, onde o som e a técnica se misturam em processos de coautoria. Essa concepção se atualiza na fase digital da Xibé. O servidor que transmite as vozes é também parte da paisagem simbólica. O espectro abriga a mesma energia das antigas antenas de cobre, agora atravessado por ondas invisíveis que ligam comunidades, escolas e laboratórios. O que se transmite não é só conteúdo, é convivência. O digital, quando apropriado com essa densidade, se torna uma extensão da floresta, um modo de persistir no tempo e no som.

As práticas educacionais da Xibé consolidam esse modo de existir. Freire (1996) e Kaplún (1998) compreenderam que a comunicação é processo formativo quando se constrói em diálogo. A Xibé retoma esse princípio e o atualiza no ambiente digital. As oficinas se tornam espaços de formação mútua, onde cada participante ensina e aprende. A tecnologia, ensinada com paciência e partilhada em grupo, deixa de ser um mistério. O saber se distribui, e a escuta se transforma em aprendizado. O espectro digital, nesse contexto, é mais que um meio técnico; é uma escola aberta, um território onde a educação e a comunicação se fundem.

A experiência da Xibé revela que as tecnopolíticas amazônicas não dependem de grandes infraestruturas, mas de pequenos gestos de persistência. Ligar o transmissor, editar um áudio, transmitir um programa são ações que constroem autonomia. A soberania comunicacional se faz de práticas, gentilezas e não de decretos. O digital se torna território quando é habitado, quando carrega a marca do corpo e do afeto. A rádio, ao ocupar o espectro, reinscreve a Amazônia no mapa das vozes possíveis. Essa inscrição é política e poética, técnica e pedagógica, sempre em movimento, como o próprio rio que inspira sua escuta.

1.8 A técnica como corpo da escuta

A técnica, no contexto da Rádio Xibé, nunca foi um domínio separado da vida. Desde as primeiras transmissões, em 2006, o gesto técnico aparece como extensão do

corpo, como parte da escuta e da convivência. Figueiredo (2015) descreve a montagem do transmissor e das antenas improvisadas como práticas de invenção cotidiana, em que o fazer técnico é atravessado por laços comunitários e pela vontade de comunicar. Os fios, as soldas e as frequências não pertencem a um campo especializado, mas a um território partilhado de descobertas. A técnica se aprende na conversa, no erro, no conserto, no corpo curvado sobre o rádio.

No processo de reativação da Xibé, em 2024, o facilitador revive essa dimensão artesanal da técnica. Ao religar cabos, ajustar interfaces e testar o *streaming*, percebe que o ato de operar o digital repete o gesto analógico das primeiras transmissões. O som que atravessa os cabos ainda depende do toque, da escuta atenta e da colaboração. O estúdio se transforma em oficina, lugar de convivência e criação. Cada teste de microfone é um exercício de afinação entre pessoas, vozes e máquinas. A técnica, nesse sentido, não se opõe à sensibilidade; ela a prolonga.

Certeau (1994) lembra que as práticas cotidianas produzem formas de inteligência que escapam ao controle dos sistemas. Os sujeitos inventam modos de fazer, adaptam instrumentos, reconfiguram o que está à mão. Na Xibé, essa lógica se traduz nas soluções improvisadas, cabos refeitos, softwares livres adaptados, microfones montados com o que há disponível. A precariedade se transforma em potência. A técnica deixa de ser um privilégio e se torna gesto comum, partilhado entre quem aprende e quem ensina.

Figueiredo (2015) observa que a autonomia, nas rádios livres, nasce desse exercício coletivo de invenção. Não há separação entre o técnico e o político, entre a montagem e a decisão sobre o que transmitir. O ato de configurar o transmissor é também um ato de definir o que se quer dizer ao mundo. A técnica, ao ser apropriada, torna-se um campo de disputa simbólica. Na Amazônia, onde o acesso às tecnologias é limitado, essa apropriação ganha outra densidade. Cada conexão estabelecida, cada transmissão concluída, é uma forma de existir no espectro.

O facilitador, ao orientar jovens e estudantes no uso do software de edição ou na operação da mesa de som, percebe que ensinar técnica é ensinar convivência. As oficinas não se reduzem a instruções, são espaços de escuta. A dificuldade de um aluno se transforma em conversa, a repetição de um erro em aprendizado partilhado. A paciência, o cuidado e o tempo lento da prática configuram um modo próprio de ensinar e aprender. O som, nesse processo, é mediador. Ele atravessa os corpos, organiza as relações e cria uma pedagogia da atenção.

Essa forma de aprender com o som ecoa o que Ingold (2012) chama de “educação da atenção”, processo no qual o conhecimento não é transmitido, mas cultivado. O aprendiz se forma ao seguir o movimento do outro, acompanhando o gesto, escutando o ritmo. Na Xibé, a técnica se ensina assim: acompanhando o som até que ele faça sentido. O estúdio se torna um lugar de escuta mútua, onde a aprendizagem é menos sobre dominar ferramentas e mais sobre compreender o modo de relação que elas possibilitam.

Nessa convivência, o corpo se torna o verdadeiro mediador técnico. O toque nos botões, a escuta dos ruídos, o olhar atento às luzes do painel, tudo compõe um sistema sensível. A tecnologia digital, com seus softwares e servidores, não rompe essa corporeidade; ela a desloca. O gesto de ajustar um cabo agora é o gesto de configurar um *plugin*, mas a atenção e o cuidado permanecem. A técnica, seja analógica ou digital, continua sendo uma prática encarnada.

Ao longo das oficinas, o facilitador compreende que a técnica não é neutra. Ela carrega modos de pensar, valores e histórias. Aprender a transmitir com software livre, por exemplo, é aprender outra ética, baseada na colaboração e no acesso compartilhado. O código aberto não é só uma escolha técnica, é uma posição política diante do mundo. O rádio, quando opera a partir dessa lógica, produz outra forma de cidadania sonora.

A técnica, então, se revela como corpo da escuta, lugar onde o sensível e o racional se encontram, onde o aprender e o ensinar se confundem. Operar o rádio é operar uma forma de estar com os outros. O som que sai do alto-falante é resultado de uma rede de gestos, de afinações, de presenças. Cada transmissão é um ato de comunhão entre corpos humanos e não humanos, entre máquinas e vozes, entre técnica e imaginação.

Ao longo do processo de reativação da Xibé, a técnica se revelou como um território de vínculos. Cada gesto de montagem, cada ajuste de som, cada linha de código testada coletivamente evidenciava que o domínio técnico se constrói pela convivência. Figueiredo (2015) observa que, nas experiências de rádios livres, o aprendizado acontece no improviso e na presença. O saber técnico emerge da relação, nunca do isolamento. Operar o transmissor ou o software é prolongar o gesto da escuta. O som circula como uma energia que organiza corpos, vozes e intenções.

O facilitador, ao orientar a equipe durante a configuração dos equipamentos, percebe que a técnica convoca a escuta como disciplina. Cada interferência elétrica, cada eco imprevisto, cada silêncio prolongado exige atenção. A solução dos problemas técnicos não é simples correção, é forma de diálogo com a matéria. O som fala de volta,

responde com ruído, devolve ao operador o reflexo de sua ação. Essa reciprocidade produz uma pedagogia silenciosa, em que o corpo aprende a escutar a tecnologia.

Certeau (1994) descreve as práticas populares como modos inventivos de fazer que subvertem a lógica institucional. A Xibé funciona desse modo. Os participantes criam táticas para sustentar o funcionamento da rádio diante da falta de recursos. Um microfone defeituoso vira exercício de reparo coletivo. O problema técnico se transforma em tema de oficina. O improviso torna-se linguagem. O rádio, nessa perspectiva, é laboratório do cotidiano, um lugar onde a técnica se refaz a cada transmissão.

Essa aprendizagem pelo som produz o que Gama (2021) identifica como dimensão social das tecnopolíticas amazônicas. As tecnologias, quando apropriadas pelas comunidades, deixam de ser instrumentos distantes e passam a integrar o tecido da vida. O uso do software livre e dos sistemas de transmissão da Xibé reflete esse princípio. A decisão por ferramentas abertas não foi somente uma escolha funcional, mas um gesto ético. Trabalhar com tecnologias que todos podem aprender e modificar cria um ambiente de autonomia. O conhecimento técnico se distribui, circula e fortalece a coletividade.

Ingold (2012) entende o trabalho manual e técnico como continuação da percepção. Aquele que faz aprende com o material, adapta-se às respostas da matéria e descobre caminhos durante o próprio processo. Na Xibé, a técnica segue esse mesmo curso. Não há projeto fechado, nem separação entre o pensar e o fazer. O facilitador e os participantes aprendem enquanto montam, desmontam e escutam o resultado de suas experiências. Essa dinâmica transforma o estúdio em espaço de pesquisa viva. O som, o corpo e a técnica formam um mesmo circuito de aprendizagem.

As práticas técnicas da Xibé se aproximam da ideia de “andar junto” que Figueiredo (2015) atribui à antropologia dialógica. Não se trata de dominar um campo, mas de habitá-lo. O operador do som aprende com o ouvinte, o ouvinte interfere na produção, o facilitador se torna aprendiz. O conhecimento se dá no entre, nas trocas e nos gestos partilhados. Essa horizontalidade é a base ética da comunicação livre.

A técnica, portanto, é o corpo da escuta porque traduz no gesto o que a palavra nem sempre alcança. É o toque que ajusta o volume, o olhar que acompanha o sinal do transmissor, o ouvido que reconhece a falha e devolve o equilíbrio. Cada um desses gestos compõe uma forma de saber que não se separa do vivido. O estúdio da Xibé, nesse sentido, é mais do que infraestrutura. É um organismo social que pulsa com a energia da coletividade.

Gama (2021) propõe pensar a técnica a partir da vida social, deslocando o olhar da tecnologia para a experiência. Nas tecnopolíticas amazônicas, o fazer técnico é inseparável das condições do território. O rádio se constrói entre a carência e a criação, entre o risco da interrupção e a alegria do improviso. Cada antena erguida e cada software configurado são marcas dessa luta pela permanência sonora. A técnica se torna meio de afirmação.

A convivência cotidiana entre o humano e a máquina gera outra sensibilidade. O som produzido pelo transmissor ou pelo servidor digital não é percebido como produto, mas como extensão do corpo coletivo. Há uma relação tátil entre a escuta e a técnica, uma sinestesia que redefine o que significa comunicar. O estúdio é oficina e escola, lugar de aprendizagem e afeto. O rádio, em sua materialidade e precariedade, continua ensinando a escutar o mundo. Ao final de cada oficina, quando as vozes gravadas são reproduzidas no alto-falante, o silêncio que antecede o som é parte da experiência. O grupo se reconhece nas próprias vozes. A técnica devolve a cada um o sentido do comum. O som que ressoa é o mesmo que circula nos rios e nas ruas de Tefé, feito em frequência e memória. A escuta, atravessada pela técnica, se transforma em política do sensível.

1.9 O comum e o sensível na comunicação livre

A ideia de comum, quando atravessada pela comunicação, deixa de ser uma categoria abstrata e se torna experiência vivida. O comum não está nas instituições nem nas leis, mas naquilo que as pessoas constroem juntas quando partilham tempo, palavra e escuta. Em cada transmissão da Rádio Xibé, essa força aparece no modo como as vozes se entrelaçam, compondo um espaço de convivência. O som cria laços. O estúdio, ainda que pequeno e improvisado, é um território onde as presenças se multiplicam. A antena que lança o sinal para o ar transforma-se em uma extensão do gesto coletivo de produzir sentido no mundo. A comunicação livre, nesse contexto, é menos um sistema técnico e mais uma ecologia afetiva.

A experiência da Xibé mostra que o comum se faz na prática da escuta compartilhada. Cada programa nasce de uma conversa, de uma necessidade, de um acontecimento que pede expressão. O rádio é o meio, mas o que realmente importa é o encontro. O comum, como descrevem autores ligados à filosofia política contemporânea, é o espaço do entre, o lugar em que as singularidades coexistem sem se fundirem. Na rádio, esse entre é audível, são as vozes de estudantes, professores, agricultores e comunicadores que falam em ritmos diferentes, com sotaques, pausas e

respirações próprias. O comum não apaga as diferenças, mas as torna audíveis e possíveis.

Figueiredo (2015) observa que a comunicação livre é feita de gestos que escapam à lógica do controle. Cada ação, cada improviso técnico, cada decisão sobre o que vai ao ar é também um ato político. O comum, nesse sentido, não é um consenso, mas uma composição instável e dinâmica. Ele se renova a cada emissão, nas pequenas negociações do fazer coletivo, quem segura o microfone, quem fala primeiro, quem ajusta o volume. A prática cotidiana da rádio é um exercício de corresponsabilidade, onde o som serve como mediador das relações.

Peters (2015) argumenta que a escuta é uma forma de hospitalidade. Receber o outro pela voz é acolher sua presença, permitir que ela reverbere dentro do espaço do coletivo. Essa ideia ecoa fortemente na experiência amazônica, em que o rádio é muitas vezes o primeiro espaço público efetivo de fala. Em comunidades distantes, ele conecta margens, aldeias e bairros, transformando a palavra em movimento. O comum se faz audível quando as vozes atravessam o espectro e criam pontes entre mundos. O sensível, nesse processo, é o que torna a comunicação viva, a vibração que passa de um corpo a outro e funda a política do encontro.

Amorim (2012) escreve que o sensível é o território onde se articula o que escapa à visibilidade. Na Amazônia, onde as presenças humanas e não humanas se confundem, o sensível é dimensão estética e epistemológica. Conhecer é sentir, e sentir é estar em relação. Quando o rádio amplifica o canto, ou fala de uma criança, o som de um remo ou a voz de um idoso contando uma história, o que se ouve é o sensível transformado em narrativa. O comum se sustenta nesse regime de escuta, uma política da percepção que reconhece o valor do mínimo, do quase inaudível, do cotidiano que persiste.

Certeau (1994) oferece uma leitura fecunda para essa dimensão do fazer comunicacional. Para ele, o cotidiano é o campo onde se manifestam as táticas dos sujeitos, pequenas invenções que subvertem as estratégias do poder. Na rádio, as táticas se multiplicam, o uso de um microfone emprestado, o improviso de uma antena, o compartilhamento de um mesmo fone entre dois comunicadores. São gestos de sobrevivência, e também de invenção. O sensível emerge dessas práticas, na delicadeza de quem insiste em continuar falando, mesmo diante das precariedades materiais.

A comunicação livre é, assim, uma arte do comum. Não se funda na propriedade nem na centralização, mas na partilha. A Rádio Xibé encarna essa noção de maneira concreta. Cada programador traz um saber, uma habilidade, uma escuta. O

conhecimento circula em ondas, atravessa fronteiras de formação, idade e origem. O aprendizado é horizontal, contínuo, vivido. O comum é, nesse sentido, uma inteligência em ato.

O sensível, por sua vez, não se opõe ao racional. Ele é a textura da experiência, o que dá corpo à comunicação. As falas da Xibé são permeadas por risadas, pausas, gaguejos, erros e silêncios que também comunicam. A técnica, longe de eliminar o imprevisto, o acolhe. É nesse gesto de acolher que o sensível se manifesta como política, uma escuta capaz de admitir a incompletude do outro, de reconhecer que toda fala é situada e que todo som traz consigo uma história. O comum, portanto, é o espaço dessa coabitação.

Nas oficinas da Xibé, o comum e o sensível se materializam de modo visível. O aprendizado técnico, ajustar o volume, editar um áudio, escolher o repertório, acontece junto com a partilha de experiências pessoais. Uma programadora aprende a operar o programa de gravação enquanto conta a história da sua comunidade; outro ensina a configurar o *streaming* enquanto fala do seu cotidiano no bairro. A rádio funciona como escola do sensível, onde o saber técnico e o saber da vida se misturam. A comunicação deixa de ser instrumento e se torna modo de existir.

O comum é sempre uma construção em risco. Ele não existe de antemão, precisa ser continuamente produzido, sustentado, cuidado. Na experiência da Rádio Xibé, o comum se faz e se desfaz a cada encontro, a cada oficina, a cada transmissão. Há dias em que o grupo se dispersa, em que o sinal cai, em que o microfone, o *mixer*, falham. Mas é nesse intervalo de instabilidade que se revela o sentido político do comum. O que o mantém não é a infraestrutura, e sim a vontade de permanecer em diálogo. O comum é o que resta quando o aparato técnico falha, e ainda assim a palavra circula.

Essa dimensão política da técnica se desdobra na pedagogia educ comunicativa da Xibé. Ensinar alguém a gravar, editar ou transmitir é também ensinar a escutar. O aprendizado técnico se mistura com o aprendizado social. Cada oficina é uma experiência de convivência. O gesto de apertar o botão de gravação é acompanhado pela conversa, pela troca de olhares, pela paciência com o erro. A formação em rádio é uma formação para o comum. A técnica deixa de ser ferramenta e se torna meio de relação.

Essa aprendizagem pelo som produz o que Figueiredo (2015) descreve como um processo comunicativo situado, no qual o conhecimento se realiza no encontro entre sujeitos e no diálogo constante entre histórias. Inspirado em Fabian (1996) e Bensa (2006), o autor compreende o acontecimento não como fato isolado, mas como transformação compartilhada, narrada por diferentes vozes e versões. A comunicação

livre opera nesse movimento entre a experiência e sua narração, entre o ruído e o sentido. O comum emerge desse convívio, no tempo das trocas, como força de invenção e continuidade.

Essa aprendizagem pelo som se aproxima da reflexão de Gama (2021), que propõe pensar a tecnologia desde a vida social e não o contrário. Para o autor, toda escolha técnica carrega intencionalidades políticas e pode reproduzir ou romper lógicas de dependência. As práticas comunicativas que emergem nas margens, como as da Rádio Xibé, expressam uma consciência tecnopolítica situada, uma ética da criação coletiva que busca autonomia sem se desligar do território. Cada antena improvisada, cada software livre instalado, cada gravação feita a várias mãos é uma afirmação de soberania sobre o modo de comunicar, um exercício cotidiano de invenção social que transforma a técnica em convivência e resistência

Amorim (2012) escreve que a escuta é o primeiro ato de uma ética amazônica. Escutar o outro é reconhecer sua humanidade, e esse reconhecimento é o início da política. Quando uma rádio comunitária permite que vozes diversas coexistam, vozes femininas, indígenas, jovens, ribeirinhas, ela produz um espaço onde o comum se reinventa. Essa multiplicidade não é harmonia, é tensão criadora. O comum, nessa perspectiva, é o conflito que não se fecha, é a convivência em diferença. A política da escuta é, portanto, uma política do cuidado, cuidar para que as vozes continuem audíveis, mesmo quando discordam.

Mbembe (2018) oferece uma chave potente para compreender o lugar do comum nas sociedades marcadas pela colonialidade. Ele lembra que o poder colonial foi, antes de tudo, uma política da separação, separar corpos, saberes, territórios. O comum, em contrapartida, é o exercício de recompor o que foi dividido. É um gesto de reparação. Na Amazônia, onde a história da comunicação é atravessada por ausências, a rádio livre se torna instrumento dessa recomposição. Ela devolve às margens o direito de nomear o mundo, restitui a densidade humana às vozes que o discurso oficial reduziu a ruído. O comum é, assim, uma forma de insurgência contra a lógica do isolamento.

Santos (2010) fala de uma “ecologia dos saberes” como horizonte ético-político para os tempos de transição. O conhecimento, segundo ele, não pode ser monopólio de um único modo de racionalidade. Deve ser tecido entre as diferenças, em diálogo, em coexistência. A Rádio Xibé opera dentro dessa ecologia, nela, o saber técnico de um estudante se encontra com a sabedoria de um pescador, o olhar de uma comunicadora indígena se cruza com o de uma professora de escola pública. O estúdio torna-se espaço

de tradução recíproca. O comum, nesse sentido, não é unicamente o conteúdo das falas, mas o próprio ato de fazê-las coexistir.

Essa coexistência exige uma política do sensível. Escutar é permitir que o outro nos transforme, é acolher o inesperado, o erro, o silêncio. O comum se constrói por meio dessa abertura. No cotidiano da rádio, essa abertura é prática: o roteiro nunca é fixo, o tempo de fala é negociado, a programação muda conforme as demandas da comunidade. A comunicação livre é processo, e não produto. Cada emissão é uma tentativa de criar um espaço habitável no espectro, uma zona onde o som possa circular sem censura. O comum é o ar compartilhado das ondas.

O sensível, nesse campo, não é um luxo estético. É o que sustenta o comum. Figueiredo (2015) observa que o rádio livre é antes de tudo uma experiência sensorial. O som tem corpo, e esse corpo resiste. As vozes carregam calor, respiração, hesitação. Ao contrário dos discursos frios das mídias corporativas, a rádio livre preserva a textura da fala. Essa textura é o lugar onde o comum se manifesta. A escuta coletiva torna-se uma forma de solidariedade. Ouvir o outro é sentir junto, e sentir junto é já um modo de agir politicamente.

Essa ética do comum não se limita à rádio. Ela se estende às redes de colaboração que sustentam o projeto. O compartilhamento de equipamentos, a troca de conhecimentos técnicos, o uso de software livre e de licenças abertas são parte dessa política. Stallman (2002) defende que a liberdade do código é uma forma de garantir a liberdade do pensamento. Quando a Rádio Xibé adota ferramentas abertas, ela não está somente economizando recursos, mas afirmando uma posição política, o conhecimento deve circular, e o acesso à tecnologia é um direito coletivo. O comum, aqui, se materializa na infraestrutura.

A dimensão ética da comunicação livre se confunde, portanto, com sua própria prática. Não há uma teoria separada do fazer. A política do comum é cotidiana, encarnada em gestos simples. O programador que ensina um colega a regular o volume, o jovem que grava uma vinheta para o programa da escola, a estudante que entrevista a avó para registrar uma memória da comunidade, todos participam do mesmo movimento de criação compartilhada. Essa pedagogia da presença, que se aprende e se refaz a cada encontro, constitui a base moral do projeto.

A comunicação livre, quando pensada desde a Amazônia, desloca o centro das discussões sobre mídia e tecnologia. Ela não busca competir com o modelo hegemônico, mas criar outro campo de existência. O comum não é alternativa, é fundamento. O sensível não é adorno, é método. A ética, nesse contexto, é o modo

como se habita o espectro. A Rádio Xibé, ao permanecer no ar entre precariedades e recomeços, ensina que o comum não é um estado, é um exercício contínuo de escuta, invenção e cuidado.

1.10 Cartografias do espectro: o rádio como prática de mundo

O rádio, na Amazônia, não é uma invenção tecnológica importada que se sobrepõe às práticas locais de comunicação. Ele foi assimilado, reconfigurado e enraizado nas dinâmicas da oralidade e da convivência. Quando o sinal atravessa o rio e chega aos bairros ou às comunidades ribeirinhas, o que circula é informação e a própria experiência de estar junto, de sentir a presença de quem fala. A escuta coletiva, feita em volta de uma caixa de som ou de um aparelho simples, produz um tipo de comunidade que se constitui pela vibração compartilhada. O espectro, nessa perspectiva, é um território em movimento, não um espaço abstrato de ondas, mas um campo de relações em que se inscrevem afetos, memórias e práticas cotidianas.

A Rádio Xibé nasceu desse modo de existir no espectro. Em vez de pensar o rádio como meio de difusão, ela o compreende como uma prática de mundo. O som que atravessa o espaço público é um gesto de habitar, uma forma de marcar presença no território. As transmissões improvisadas, os programas feitos em mutirão, as vozes de jovens, professores e lideranças comunitárias criam um mapa sonoro da cidade. Cada emissão é um traço cartográfico que conecta pessoas e lugares. É nesse sentido que a rádio se torna um instrumento de leitura da realidade, uma cartografia viva que traduz a geografia da convivência em ondas.

Figueiredo (2015), ao analisar a primeira geração da Rádio Xibé, define sua pesquisa como uma etnografia dialógica, construída a partir da convivência, das trocas e das relações estabelecidas em campo. A comunicação livre, nesse contexto, é mais que a transmissão de sons, é uma prática social que inventa formas de estar juntos. O rádio aparece como território de criação coletiva, onde a técnica, a linguagem e o corpo se encontram na invenção cotidiana de modos de existir. O espectro, longe de ser mero suporte técnico, é espaço de disputa simbólica, de gestos políticos e de afirmações de autonomia. Transmitir é afirmar presença no mundo; é ocupar o ar com as próprias vozes, rompendo o silêncio histórico que marcou as margens amazônicas. Cada programa, cada oficina, cada emissão da Xibé se inscreve nessa trama de convivência, onde a escuta se converte em método e o som em experiência compartilhada.

Certeau (1994) oferece uma chave para compreender essas práticas quando fala das táticas cotidianas de resistência. O autor mostra que os sujeitos ordinários, mesmo

inseridos em sistemas de controle, criam brechas e modos próprios de agir. A rádio livre é uma dessas táticas, opera na margem da norma, desloca o uso técnico e cria uma linguagem própria para dizer o que antes era indizível. A Xibé nasce dessa habilidade de torcer o uso do rádio, de fazer do aparelho um corpo coletivo. O imprevisto e a precariedade se convertem em estética, e o ato de transmitir se torna uma forma de narrar o território a partir de dentro.

Ao observar o funcionamento da Xibé e de suas experiências derivadas, Voz da Ilha, Curubé e Yanekuema, percebe-se que o rádio é um meio que se reconstrói permanentemente. Não há separação entre o técnico e o social. A transmissão acontece ao mesmo tempo em que se reorganiza o espaço comunitário. Quando um grupo de jovens instala uma antena com cabos recuperados, ou quando uma professora grava o programa de sua escola, não estão só repetindo uma técnica, estão participando de uma política de presença. A transmissão é uma forma de dizer “estamos aqui”, e esse “aqui” é múltiplo, movente, composto por rios, comunidades e fluxos.

A Webrádio Xibé, ao adotar softwares livres e sistemas colaborativos, insere-se em um circuito de inteligência coletiva que redefine o sentido do espectro. O que antes era limitado à frequência FM passa a se expandir para redes e plataformas digitais, sem perder o vínculo com o território. O espectro digital amazônico, assim, é um híbrido, combina a materialidade da floresta com a fluidez das redes, unindo o gesto ancestral da fala à invenção tecnológica contemporânea.

Essa cartografia sonora não se desenha em mapas fixos. Ela se compõe por trajetórias, memórias e vozes que atravessam o tempo e o espaço. As gravações feitas na beira do rio, as transmissões escolares, os relatos comunitários compõem um arquivo vivo que escapa à lógica documental tradicional. Figueiredo (2015) chama atenção para essa dimensão processual da comunicação livre, onde o som é ao mesmo tempo vestígio e acontecimento. Cada emissão carrega fragmentos da vida coletiva, marcas de uma escuta que se faz presente e contínua. O rádio, nesse sentido, é uma cartografia afetiva, uma prática de inscrição do vivido.

Gama (2021) contribui para esse entendimento ao discutir a técnica como espaço de invenção social. Em seu estudo sobre inovação digital e capitalismo de vigilância, o autor defende que o conhecimento tecnológico deve nascer do território, a partir das condições concretas da vida. O rádio amazônico, nesse contexto, é um dispositivo de produção de saberes locais. Ele transforma carências em soluções criativas, precariedades em potências. Essa prática de invenção técnica é, ao mesmo tempo, um

gesto de soberania. Cada transmissão comunitária é um ato de autonomia digital, uma afirmação de que o saber pode emergir das margens.

O espectro digital amazônico, assim, não é muito mais que um campo técnico, é um espaço ético. Nele, a comunicação livre se articula à justiça cognitiva e à redistribuição do poder de dizer. O rádio, nesse contexto, é também uma escola de escuta e de convivência. Cada programa da Xibé, da Voz da Ilha, da Curubé ou da Yanekuema é um exercício de coletividade, uma prática de aprendizado mútuo. O som produz laços, e os laços produzem conhecimento. O espectro, nesse sentido, é o lugar onde o comum se faz audível.

O rádio, em sua dimensão sensível, age como um arquivo vivo da experiência. Ele conserva o que o tempo tende a apagar, as vozes de quem partiu, o som das festas, o anúncio das enchentes, os risos de uma oficina. Diferente do arquivo escrito, o arquivo sonoro não fixa a memória, a faz vibrar. Cada repetição, cada reprodução, altera o que é lembrado e reatualiza o sentido do acontecimento. Figueiredo (2015) observa que o som, na Rádio Xibé, não é documento, mas presença, uma forma de manter a convivência ativa entre os que participaram e os que escutam. O arquivo, portanto, é mais do que registro, é continuidade da relação.

Essa ideia se aproxima do que Loureiro (2015) descreve como a poética do imaginário amazônico, um sistema simbólico que transforma o vivido em narrativa e o cotidiano em mito. Na comunicação radiofônica, essa poética resiste ao esquecimento, preservando o gesto de contar, cantar e narrar como ato de existência. O rádio não arquiva dados, arquiva afetos. Cada som guardado é uma experiência coletiva condensada em vibração. O ato de escutar essas gravações, como as antigas transmissões da Xibé, não é nostálgico, é performativo. Ele reabre o tempo, faz o passado ressoar no presente e inscreve a memória como um processo em movimento.

A etnografia sonora, ao acompanhar o retorno da Xibé em 2024, encontrou nessa memória sonora uma cartografia do território. Em cada voz gravada havia uma localização simbólica, um traço de pertencimento. A técnica, nesse caso, não age como instrumento neutro, mas como meio de conexão entre tempos e corpos. Ingold (2012) argumenta que a técnica é uma forma de habitar o mundo, não um simples conjunto de meios para transformá-lo. O mesmo se verifica nas práticas radiofônicas da Xibé, gravar, editar e transmitir são modos de inscrever-se no espaço, de fazer o território audível. O som, convertido em arquivo, é também o mapa das relações que sustentam a rádio.

Feld (2012) reforça essa percepção ao mostrar que o som é uma forma de conhecimento que liga o corpo ao ambiente. A escuta cria vínculos e prolonga a experiência da convivência. Na Amazônia, onde a oralidade é o fio que une as gerações, o rádio opera como mediador entre memória e invenção. Ele conserva o que não cabe na escrita, os silêncios, as hesitações, os ruídos. O ruído, longe de ser falha, é elemento expressivo da própria vida. A Rádio Xibé fez do ruído um signo político. Nas interferências do sinal e nas vozes sobrepostas, a comunidade reconhece a si mesma, imperfeita, diversa e viva.

A técnica, nesse contexto, não está separada da afetividade. Cada cabo, cada transmissor, cada antena improvisada carrega uma história de cuidado. Quando um grupo de jovens sobe no telhado para ajustar o fio de cobre, há mais do que uma operação técnica. Há o gesto de sustentar a palavra, de garantir que a comunidade continue se ouvindo. Gama (2021) observa que as cosmotécnicas amazônicas se constituem a partir desses gestos cotidianos de manutenção e criação, onde a técnica é inseparável da vida social. A autonomia digital, para ele, nasce dessa micropolítica do fazer junto, onde o conhecimento técnico é compartilhado como experiência comunitária.

Amorim (2012) oferece uma leitura complementar ao compreender o rádio como espaço de escuta pública, onde a palavra circula entre múltiplos sujeitos e ganha sentido na troca. A autora entende que as práticas comunicacionais na Amazônia produzem um tipo de cidadania sensível, construída a partir da presença e do reconhecimento. Na Xibé, a escuta coletiva constitui essa forma de cidadania, a fala do pescador, da professora ou da liderança indígena é o exercício do direito à palavra. Quando essas vozes se acumulam no arquivo sonoro da rádio, o que se produz é uma memória política do comum, feita de fragmentos de vida.

Figueiredo (2015) destaca que o espectro não é um espaço vazio, mas um território habitado por vozes que se encontram e se tensionam. Cada frequência carrega um mundo, e a convivência entre esses mundos define o que se torna audível. A Rádio Xibé, ao ocupar o espectro, emite e intervém. Sua presença rompe a hierarquia da escuta e amplia o campo do que pode ser ouvido. Essa ocupação é também um gesto ético, fazer ouvir o que a história tentou calar.

A cartografia do espectro é, portanto, uma cartografia da vida. Cada som gravado, cada transmissão realizada, cada oficina conduzida compõe uma linha nesse mapa invisível que conecta pessoas, saberes e territórios. O rádio se torna o meio onde a floresta, o rio e a cidade se encontram em voz. Gama (2021) propõe pensar a tecnologia

desde a vida social, e não o contrário. Sua reflexão sobre as cosmotécnicas amazônicas revela práticas que se constroem na margem, entre carência e criação. Nelas, a técnica deixa de ser instrumento de dominação e se transforma em gesto comunitário. A ética do comum emerge das próprias condições do território. A autonomia digital é relacional, nasce da convivência e do compartilhamento. A Rádio Xibé encarna essa pedagogia da autonomia, cada antena improvisada, cada software livre instalado, cada gravação feita a várias mãos é uma afirmação de soberania sobre o próprio modo de comunicar.

Essas cartografias, construídas a partir da escuta, configuram um modo amazônico de fazer comunicação. Elas não buscam o universal, mas afirmam o local como lugar de criação e pensamento. Cada emissão da Xibé é um fragmento desse mundo em vibração. O rádio, nesse horizonte, é o arquivo sensível do território, guarda as vozes, mas também as ausências, e permite que a memória se mantenha aberta, como o rio que nunca cessa de correr. A etnografia, ao acompanhar esse fluxo, não coleta dados, acompanha movimentos. O que emerge é uma compreensão do rádio como prática de mundo, onde comunicar é existir e existir é continuar emitindo.

1.11 Considerações finais do capítulo I

A escuta, o espectro, a técnica e o comum formam uma mesma corrente de pensamento e prática. São linhas que se entrelaçam na experiência comunicacional da Xibé e desenham um método de pesquisa situado, afetivo e colaborativo. O que se aprende ao acompanhar esse processo é que o conhecimento não nasce do distanciamento, mas da presença. O facilitador, ao viver a rádio em seu cotidiano, descobre que a escuta é o próprio modo de investigar. Cada som, cada gesto e cada silêncio se tornam fragmentos de um saber que não se formula em abstração, mas se tece no corpo e no território.

A escuta, como princípio epistemológico, orienta o olhar para o que vibra entre as vozes e os espaços. O espectro digital, por sua vez, revela-se como extensão desse campo sensível, onde as ondas se confundem com os fluxos da vida social. Pensar o espectro é pensar o território em sua dimensão política, um lugar atravessado por disputas, invenções e solidariedades. A técnica, nesse contexto, é o gesto que concretiza a escuta, o ato de transformar o som em presença compartilhada. O comum se manifesta como consequência desse percurso, o ponto onde as singularidades se encontram sem se dissolver.

Ao longo das práticas da Xibé, percebe-se que comunicar tende a ser um exercício de convivência. O rádio não se sustenta pela potência de seus equipamentos, mas pela permanência dos vínculos que o animam. O som do transmissor, a voz no microfone, a atenção do ouvinte e o cuidado de quem ajusta os níveis compõem um mesmo circuito ético. O conhecimento produzido nessa relação não se reduz a dados ou relatórios. É um conhecimento que acontece no intervalo entre um ruído e outro, na escuta que se prolonga depois do programa, na conversa que continua fora do ar.

Figueiredo (2015) demonstra que as rádios livres, ao ocuparem o espectro, não reivindicam apenas um espaço técnico, mas instauram modos alternativos de existência. Gama (2021) amplia essa percepção ao mostrar que as tecnopolíticas amazônicas se constroem nas brechas, nos improvisos, nos arranjos que transformam a escassez em potência. Essa convergência de perspectivas permite compreender a Xibé como uma pedagogia da autonomia: ela ensina a produzir som e, ao mesmo tempo, ensina a conviver. A escuta é a primeira aula, e o comum, o resultado dessa aprendizagem coletiva.

O capítulo que se encerra delineia, assim, as bases teórico-metodológicas da pesquisa. A escuta foi tratada como método e forma de conhecimento; o espectro, como território simbólico e político; a técnica, como corpo vivo e relacional; e o comum, como horizonte ético e sensível da comunicação livre. Esses quatro eixos configuram uma cartografia que orienta o olhar para o campo e sustenta a abordagem que seguirá.

No próximo capítulo, essa escuta se desloca para o tempo da memória. O que até aqui se desenhou como campo teórico e experiencial, agora se desdobra em narrativa histórica. A primeira geração da Rádio Xibé (2006–2018) será revisitada como parte de uma constelação de práticas que atravessaram o Médio Solimões e deixaram marcas sonoras no território. A pesquisa seguirá o som das origens, acompanhando os ecos das vozes que fundaram essa experiência e que ainda ressoam na reativação digital da rádio.

Capítulo II

A reinvenção da Rádio Xibé: memória, redes e a
transição do analógico ao digital

*“O teu povo, de grande nobreza,
E leal, tem altiva cerviz.
Sob o manto de Santa Tereza,
Vive honrado, contente e feliz.”*

(CÁUPER, Hino de Tefé, 3ª estrofe, 1983)

2.1 O surgimento da Rádio Xibé e o contexto das rádios livres em Tefé

A emergência da Rádio Xibé, em 2006, insere-se no contexto mais amplo do movimento das rádios livres, cuja trajetória histórica está associada a experiências de comunicação autônoma surgidas em diferentes partes do mundo, especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980. Essas iniciativas constituíram formas alternativas de ocupação do espectro radiofônico, frequentemente articuladas a movimentos sociais, universidades e coletivos culturais que compreendiam a comunicação como direito social e prática política de produção de autonomia (Downing, 2002).

No Brasil, a consolidação das rádios livres esteve associada a experiências que buscavam tensionar a concentração dos meios de comunicação e ampliar a circulação de vozes sociais historicamente excluídas do sistema de radiodifusão. Experiências como a Rádio Muda, em Campinas, tornaram-se referências importantes para diversos coletivos, influenciando a formação de redes colaborativas que compartilhavam tecnologias, metodologias e princípios de autogestão comunicacional (Figueiredo, 2015). Nesse cenário, o movimento das rádios livres estruturou-se não apenas como alternativa técnica de transmissão, mas como campo de experimentação política e cultural baseado na participação coletiva e na horizontalidade organizativa.

A Rádio Xibé surge nesse fluxo histórico, vinculada ao Centro de Mídia Independente (CMI-Tefé) e articulada às redes do chamado “Rizoma de Rádios Livres”, que conectava iniciativas espalhadas pelo país e ampliava a circulação de experiências e aprendizagens técnicas entre diferentes coletivos (Figueiredo, 2015). A participação nessas redes possibilitou que a experiência tefeense se integrasse a um circuito mais amplo de comunicação autônoma, ao mesmo tempo em que desenvolvia características próprias, moldadas pelas condições territoriais e socioculturais do Médio Solimões.

A literatura etnográfica demonstra que a Xibé constituiu-se como espaço de formação coletiva e experimentação comunicacional, reunindo estudantes, jovens ativistas e participantes de movimentos sociais que encontravam na rádio um ambiente de aprendizagem técnica, expressão cultural e organização política (Figueiredo, 2015).

A construção do estúdio, a montagem dos transmissores e a produção dos programas ocorreram de forma colaborativa, configurando um processo no qual a prática radiofônica se articulava diretamente à produção de sociabilidades e redes de cooperação.

A experiência também se inscreveu nas disputas locais pelo uso do espectro radiofônico. Episódios de fiscalização e tentativas de fechamento da rádio evidenciaram as tensões entre iniciativas de comunicação livre e o sistema regulatório da radiodifusão, marcado pela concentração de concessões e pela limitação do acesso ao espectro eletromagnético (Figueiredo, 2015). Ao mesmo tempo, a solidariedade demonstrada por setores da sociedade local, incluindo emissoras tradicionais e movimentos sociais, indicou a relevância social adquirida pela experiência, reforçando sua inserção no tecido comunicacional da cidade.

Entre 2006 e 2018, a Rádio Xibé consolidou-se como referência regional de comunicação livre, influenciando o surgimento de novos projetos radiofônicos comunitários e escolares e contribuindo para a formação de redes de comunicação popular no Médio Solimões (Figueiredo, 2015). A rádio constituiu-se como espaço de produção de memória coletiva, de experimentação estética e de construção de práticas comunicacionais voltadas à participação social e à autonomia cultural.

Nesse sentido, compreender o surgimento da Rádio Xibé exige situá-la simultaneamente no movimento histórico das rádios livres e nas dinâmicas territoriais específicas da Amazônia, onde a comunicação radiofônica assume papel estratégico na articulação das redes sociais locais. A experiência tefeense revela como iniciativas de comunicação autônoma podem produzir formas próprias de organização coletiva e de produção simbólica, articulando tecnologias acessíveis, práticas colaborativas e projetos políticos de democratização da comunicação.

As rádios livres emergem historicamente da articulação entre experimentação técnica, contestação política e disputa pelo direito de comunicar. Na Itália, a Rádio Alice, criada em Bolonha em 1976, tornou-se uma das experiências emblemáticas desse movimento, ao questionar a centralização da comunicação e experimentar formas abertas e coletivas de produção radiofônica. Esse impulso também encontrou expressão no Brasil, onde, sobretudo a partir da década de 1980, diferentes experiências de radiodifusão livre passaram a confrontar o modelo concentrado de comunicação e o regime de concessões, reivindicando outras possibilidades de ocupação do espaço radioelétrico (Machado; Magri; Masagão, 1986). Nesse contexto, experiências posteriores, como a Rádio Muda, em Campinas, e outras iniciativas independentes e

comunitárias, evidenciam diferentes formas de apropriação do rádio como espaço de expressão, participação e experimentação comunicacional.

A diferença central, contudo, não está na ausência de relações entre comunicação, técnica e território em outros contextos, mas na forma como essas relações se configuram. No caso da Rádio Xibé, sua experiência encontra-se profundamente enraizada em uma geografia amazônica marcada por grandes distâncias, rios como principais eixos de circulação, limitações estruturais de infraestrutura e forte presença de comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas. Nessas condições, a comunicação deixa de ser só uma prática cultural ou midiática e assume um papel fundamental na articulação territorial, aproximando-se da noção de “território usado” proposta por Santos (2006), na qual o espaço não é somente suporte físico, porém, é resultado das práticas sociais, técnicas e políticas que o constituem. A comunicação, nesse sentido, emerge como elemento ativo na produção do território, mediando relações, fluxos e formas de organização coletiva.

Em contextos como Bolonha ou Campinas, embora existam experiências relevantes de comunicação livre e comunitária, essa relação também se faz presente, porém sob outras condições materiais e infraestruturais, nas quais a conectividade mais estável e a integração dos sistemas urbanos redistribuem o papel da comunicação no tecido social. Na Amazônia, por sua vez, a geografia não atua como pano de fundo, mas como elemento ativo que condiciona práticas, tecnologias e formas de circulação, conferindo à comunicação um papel estratégico na organização da vida social. Essa dinâmica pode ser ainda compreendida à luz da noção de multiterritorialidade, desenvolvida por Haesbaert (2004), na medida em que a Rádio Xibé articula simultaneamente diferentes escalas territoriais, do local ao digital, conectando comunidades amazônicas a redes mais amplas de circulação informacional. Assim, a experiência da Rádio Xibé deve ser compreendida não como exceção, mas como expressão situada de um fenômeno mais amplo, cuja singularidade reside nas formas pelas quais essas dinâmicas são apropriadas e ressignificadas no interior do território amazônico.

Essas práticas formam o que Figueiredo (2015) chama de rede de experimentações comunicacionais. Em sua etnografia, o autor mostra que o rádio livre não é uma estrutura fixa, mas um acontecimento que emerge da convivência. As transmissões não se organizam em torno de um modelo, mas de um desejo de fala. O som, nesse contexto, é o espaço onde se desenham relações e se criam formas de vida.

Cada antena erguida é um ato poético e político, um modo de devolver à comunidade o poder de narrar o próprio cotidiano.

O Brasil viveu, nesse período, um cenário ambíguo. De um lado, a redemocratização ampliava o debate sobre liberdade de expressão; de outro, o Estado mantinha rígido controle sobre as concessões radiofônicas. As rádios livres surgiram no intervalo entre a legalidade e a invenção. Sem outorgas oficiais, operavam no risco. A repressão policial e a apreensão de equipamentos eram frequentes, mas, ainda assim, as emissoras continuavam transmitindo. Essa tensão entre controle e liberdade moldou o caráter insurgente do movimento. O rádio se tornava mais que um meio: tornava-se metáfora de uma sociedade em disputa por voz e visibilidade.

O facilitador, ao revisitar essa primeira fase, reconhece que o gesto de erguer uma antena artesanal em Tefé tinha a mesma carga simbólica que a de uma rádio livre em Bolonha ou Campinas. A diferença estava no entorno: aqui, o som atravessava águas, florestas e comunidades ribeirinhas. A técnica se misturava à geografia, e o rádio se tornava parte do ambiente. Era comum que os cabos fossem improvisados, que o transmissor fosse alimentado por baterias reaproveitadas e que o microfone passasse de mão em mão. Nessa precariedade residia a força criadora. O rádio não dependia de grandes estruturas, mas da vontade de continuar emitindo.

Gama (2021) afirma que as práticas comunicacionais na Amazônia são inseparáveis das condições materiais do território. A escassez de recursos não é um obstáculo, é um modo de pensar e fazer. A criatividade tecnológica nasce das carências, e a técnica se adapta ao ritmo da floresta. A Xibé, nesse sentido, é uma rádio que pensa com o ambiente. Seu sinal não pretende cobrir grandes distâncias, mas criar redes próximas, circulares, de escuta e reciprocidade. Cada transmissão é um acontecimento comunitário, sustentado pelo trabalho coletivo e pela escuta mútua.

Ao longo dos primeiros anos, entre 2006 e 2009, a rádio funcionava em ciclos de intensidade e pausa. Havia dias em que o estúdio improvisado se enchia de vozes, debates e músicas. Em outros, o silêncio dominava, e a frequência parecia adormecer. Essa oscilação fazia parte da vida do projeto. Como observou Figueiredo (2015), o rádio livre não se mede pela constância, mas pela capacidade de existir entre presenças intermitentes. O que importa é o gesto de continuar abrindo o microfone, de manter viva a possibilidade da fala.

O direito de existir no ar, portanto, não é apenas jurídico, é existencial. É o direito de estar no mundo por meio da palavra, da música, do ruído. Na Amazônia, esse direito adquire contornos específicos, porque o espectro é atravessado por desigualdades

históricas e por distâncias físicas. A Xibé, ao ocupar o ar, rompe o isolamento simbólico de um território frequentemente invisibilizado. O rádio se torna a ponte entre as margens.

O ato de falar no rádio é também um ato de fazer política. Em contextos marcados pela concentração dos meios e pela exclusão de vozes periféricas, abrir um microfone é intervir na estrutura do poder simbólico. As rádios livres e comunitárias, ao operarem fora da lógica comercial e estatal, instauram uma pedagogia da palavra compartilhada. Como observou Freire (1996), a comunicação é mais que transmissão de ideias: é processo de conscientização, encontro entre sujeitos que se reconhecem na troca. Na experiência da Xibé, essa pedagogia do diálogo se manifesta de forma concreta, nas oficinas, nas assembleias estudantis e nas rodas de conversa que antecedem cada transmissão.

A escuta se transforma em aprendizado coletivo. O facilitador, ao conduzir a reativação da Xibé, percebe que a técnica se converte em gesto educativo. Ensinar alguém a operar o software de edição, a ajustar um microfone ou a organizar um roteiro é um modo de criar autonomia. Nesses momentos, a fronteira entre o pedagógico e o político se dissolve. A rádio não é uma escola formal, mas produz conhecimento em rede, pela prática e pela convivência. Freire (1996) diria que essa é a educação que se faz no encontro entre consciência e experiência, onde o saber emerge do diálogo e da ação transformadora.

Martín-Barbero (2004) amplia essa compreensão ao deslocar o olhar da comunicação para as mediações culturais. Ele propõe entender os processos comunicacionais a partir dos modos de viver, das práticas e dos saberes cotidianos. A Xibé encarna esse deslocamento. A rádio não busca apenas transmitir mensagens, mas traduzir as relações do território, articulando cultura popular, memória e tecnicidade. O som que ecoa do estúdio não é apenas conteúdo: é expressão de uma vida coletiva em movimento. É no improviso das falas, na sobreposição das vozes e nas pausas que o sentido se constrói.

Figueiredo (2015) identifica nesse processo uma “gramática do acontecimento”, em que a comunicação livre não se organiza pela previsibilidade, mas pela intensidade das relações. Cada transmissão é única, atravessada por incertezas, falhas técnicas, risadas e silêncios. Essa instabilidade, longe de ser um problema, é a própria força da rádio. Ela produz presença e cria vínculos. O espectro se transforma em campo de experimentação, onde a palavra se mistura ao ruído e a técnica se torna extensão da sensibilidade.

A noção de comunicação como invenção coletiva dialoga com Canclini (2005), que entende as práticas culturais híbridas como espaços de negociação entre tradição e modernidade. A Xibé é um desses espaços. Suas transmissões misturam música popular, debates políticos e narrativas locais, compondo uma estética sonora que reflete a diversidade amazônica. Essa mistura não é mera colagem de estilos, é processo de tradução cultural. Cada voz carrega um tempo, uma origem, um modo de ver o mundo. O rádio atua como mediador entre essas temporalidades, fazendo conviver o antigo e o novo, o local e o global, o analógico e o digital.

Essa dimensão coletiva é também estética. Como lembra Graeber (2011), toda forma de organização libertária é, ao mesmo tempo, uma forma de arte. O cotidiano da rádio, com suas improvisações, repetições e invenções, pode ser visto como uma coreografia da liberdade. O som se torna material de criação social. A comunicação, quando praticada como arte de viver, desafia as fronteiras entre política, cultura e afeto. Cada transmissão é um pequeno ato de imaginação política, uma tentativa de redesenhar o que se entende por comunidade.

Na Amazônia, onde as distâncias geográficas se somam às desigualdades históricas, a rádio assume o papel de costurar presenças. O espectro, antes reservado às emissoras comerciais e religiosas, se abre como território do comum. Figueiredo (2015) observa que o rádio livre amazônico não busca competir com o poder, mas criar brechas. Nessas frestas, a comunicação se reinventa como gesto de partilha e escuta na busca de construir outros mundos possíveis a partir de cada território. O ar, que parecia domínio abstrato, ganha corpo na fala dos estudantes, dos ribeirinhos, das mulheres que carregam o cotidiano em sua voz.

O direito de existir no ar é, portanto, o direito de existir na narrativa. É o direito de produzir a própria representação, de construir outra memória. A Rádio Xibé, assim como outras experiências derivadas, mostra que o rádio livre é uma forma de pedagogia da convivência, prática de cuidado e afirmação da vida.

2.2 Redes sociais, culturais e políticas da primeira fase (2006–2018)

A consolidação da Rádio Xibé entre 2006 e 2018 não pode ser compreendida apenas como experiência técnica de radiodifusão, mas como processo de construção de redes sociais, culturais e políticas que sustentaram sua existência e possibilitaram sua permanência no cenário comunicacional do Médio Solimões. Desde sua origem vinculada ao Centro de Mídia Independente (CMI-Tefé), a rádio integrou-se a circuitos colaborativos mais amplos, conectando estudantes, coletivos juvenis, movimentos

sociais e iniciativas de comunicação livre que compartilhavam princípios de autogestão, horizontalidade organizativa e democratização do acesso à comunicação (Figueiredo, 2015).

Essas redes não se estruturavam apenas em torno da produção radiofônica, mas também de atividades formativas, oficinas de comunicação, encontros culturais e ações públicas que ampliavam o alcance social da iniciativa. A participação em eventos universitários, mobilizações sociais e campanhas locais contribuiu para consolidar a rádio como espaço de encontro entre diferentes atores sociais, fortalecendo vínculos entre universidade, juventudes urbanas e comunidades do entorno. Nesse contexto, a rádio operava simultaneamente como meio de comunicação e como dispositivo de articulação social, produzindo circuitos de colaboração que ultrapassavam os limites do estúdio e se expandiam para o território.

A inserção da Xibé nas redes nacionais do movimento de rádios livres também ampliou suas possibilidades de atuação, permitindo trocas técnicas e políticas com outras experiências de comunicação autônoma e fortalecendo sua integração ao chamado rizoma de rádios livres, caracterizado pela circulação descentralizada de conhecimentos, tecnologias e estratégias de organização coletiva (Figueiredo, 2015). Essa articulação em rede contribuiu para a formação de repertórios técnicos compartilhados e para a construção de uma cultura comunicacional baseada na experimentação e na cooperação.

No plano local, a experiência da rádio produziu desdobramentos importantes ao inspirar a criação de novos projetos de comunicação comunitária, escolar e indígena, demonstrando sua capacidade de gerar efeitos multiplicadores no campo comunicacional regional. Iniciativas derivadas das oficinas e mobilizações associadas à rádio evidenciam que sua atuação não se restringiu à transmissão radiofônica, mas contribuiu para a formação de sujeitos comunicadores e para a disseminação de práticas de comunicação popular no Médio Solimões.

As redes construídas ao longo desse período também envolveram relações institucionais e tensões políticas associadas ao direito à comunicação e ao uso do espectro radiofônico. Episódios de fiscalização e tentativas de interrupção das transmissões demonstraram a existência de disputas locais em torno da legitimidade das rádios livres, ao mesmo tempo em que mobilizações públicas e apoios institucionais evidenciaram a relevância social adquirida pela experiência (Figueiredo, 2015). Essas dinâmicas revelam que a trajetória da Xibé esteve marcada por negociações constantes entre autonomia comunicacional e estruturas regulatórias do sistema de radiodifusão.

A dimensão cultural da rádio também desempenhou papel central na consolidação dessas redes. A diversidade de programas, linguagens e estilos sonoros presentes na grade de programação expressava a multiplicidade de referências culturais dos participantes e a abertura do projeto à participação coletiva, produzindo um espaço comunicacional caracterizado pela experimentação estética e pela valorização das expressões culturais locais. Essa pluralidade contribuía para a construção de identidades comunicacionais compartilhadas e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento entre os participantes da iniciativa.

Assim, a primeira fase da Rádio Xibé pode ser compreendida como período de intensa formação de redes sociotécnicas e sociopolíticas que sustentaram o projeto radiofônico e ampliaram sua influência no território. A rádio constituiu-se como nodo articulador de iniciativas culturais, educativas e comunicacionais, configurando-se como experiência de comunicação popular que combinou produção midiática, formação coletiva e ação política no contexto amazônico.

A frase “A Rádio que Espoca Bodes” não é unicamente um nome curioso ou uma anedota regional. É um imaginário potente de uma cultura comunicante que se inventa entre banzeiros, farinha, riso e insurgência. A história que dá origem ao nome aos programadores da Rádio Xibé, e por extensão torna-se o slogan, traduzindo de forma simbólica o modo como os sujeitos amazônidas se apropriam dos acontecimentos cotidianos para produzir sentido, memória e identidade.

Figueiredo (2015) registra em sua tese o relato de Pedro Pontes, ex-integrante da Rádio Xibé FM, e eterno “espoca bodes” sobre a origem da expressão “espoca bodes”. Segundo o autor, o termo surgiu a partir de um episódio pitoresco ocorrido durante as primeiras experiências de comunicação radiofônica no município de Tefé, por volta de 2006, tornando-se posteriormente um dos elementos marcantes da identidade simbólica da emissora:

A história do espoca bode era meio que mais ou menos assim: era uma ilhazinha, né? E tinha um bode lá, na ilha, pastando lá normalmente. Aí vinha um batelãozinho, um barquinho carregado de farinha, só que o banzeiro [onda] vem e bate nesse barco, ele acaba derramando algumas sacas de farinha na água, né? Aí o bode chega lá, o saco de farinha tá rasgado, e esse bode começa a comer aquela farinha. O bode come, come, come, aí quando o bode tá comendo ele vai cantando, né? 'Mas que beleza!', 'mas que beleza!'. E o bode comendo farinha e tomando água... comendo farinha e tomando água.... comendo farinha..., e o bode continuava: 'mas que beleza', 'mas que beleza!'. Até que o bode acabou com toda a farinha. Ele foi pra uma sombra assim, na ilhazinha, foi lá pra uma sombra e ficou lá. Aí o bode começou a inchar, inchar, e o bode gritava 'puta merda', 'puta merda!' Aí até que o bode inchou tanto que ele explodiu: 'buuuum!' Aí essa é a historia do espoca bode, né? Dessa história saem duas coisas: uma que na outra semana começam a

chamar a rádio de 'Xibé', 'Rádio Xibé', 'Rádio Xibé'. Eu não sabia nem o porque: 'mas por que estão chamando a rádio de Rádio Xibé?' Era por causa desse dia aí, né? Por causa dessa bagunça toda que a gente tinha feito. Aí ficou a Rádio Xibé, e as pessoas que participavam da rádio, do CMI, acabaram pegando o nome de espoca bodes [risos]. Porque o xibé espocou o bode, né? Então a galera que participa da Rádio pegou o nome de 'os espoca bodes' (Entrevista com Pedro Pontes, Santo Antônio do Iça, 25/02/2014).



Figura 1 Storyboard da origem do nome “Espoca Bodes”. Fonte: ChatGPT/DALL•E (31/10/2025).

A fala de Pedro condensa em tom cômico e popular o que Guattari (1992) chamaria de máquina de guerra, uma força criadora, instável e imprevisível, que brota do território e desafia os modelos instituídos de comunicação. O bode que explode de tanto consumir farinha não é só um animal em cena, ele representa a ruptura, o excesso de sentido, o transbordamento da oralidade viva frente aos formatos convencionais de mídia.

Ao assumir esse nome, espoca bodes, como identidade coletiva, os comunicadores da Xibé marcaram, já no início, uma relação de oposição estética e política aos modelos institucionais de rádio. Em vez de neutralidade, riso. Em vez de controle, improviso. Em vez de padrão técnico, ginga popular. A explosão do bode é também a explosão simbólica de uma outra forma de ocupar o espectro, não como concessão estatal ou técnica, mas como criação comunitária, contaminada de afeto e política.

2.3 Estética sonora, linguagem e práticas de comunicação popular

A linguagem radiofônica desenvolvida pela Rádio Xibé, ao longo de sua primeira fase de funcionamento (2006–2018), caracterizou-se por uma estética sonora marcada pela experimentação, pela participação coletiva e pela valorização de repertórios culturais locais. Diferentemente de emissoras estruturadas segundo modelos comerciais de programação, a rádio organizava sua grade a partir de práticas colaborativas de produção, nas quais a diversidade de vozes, estilos musicais e formatos de programas constituía elemento central da identidade comunicacional do projeto (Figueiredo, 2015).

Os programas transmitidos apresentavam formatos variados, incluindo debates comunitários, programas musicais temáticos, transmissões ao vivo de eventos culturais, entrevistas com atores sociais locais e produções experimentais realizadas por estudantes e participantes das oficinas de comunicação. Essa diversidade de formatos refletia uma concepção de rádio orientada menos pela padronização da programação e mais pela abertura à participação e à construção coletiva do conteúdo, característica recorrente nas experiências de comunicação popular e nas iniciativas de rádios livres (Downing, 2002).

A estética sonora da Xibé era marcada também pelo uso criativo de recursos técnicos disponíveis, muitas vezes limitados, mas explorados de maneira inventiva pelos participantes do projeto. A improvisação, a sobreposição de vozes, a inserção de trilhas sonoras produzidas localmente e a experimentação com efeitos de edição contribuíam para a construção de uma sonoridade própria, associada à dinâmica colaborativa de produção e à valorização das expressões culturais amazônicas (Figueiredo, 2015). Nesse contexto, as limitações técnicas não eram percebidas apenas como obstáculos, mas como elementos que estimulavam a criatividade e a experimentação estética.

As estratégias de participação constituíam outro elemento estruturante da linguagem radiofônica da rádio. A abertura do microfone à comunidade, a realização de programas conduzidos por diferentes participantes e a incorporação de conteúdos produzidos coletivamente nas oficinas de formação comunicacional reforçavam o caráter horizontal e participativo da iniciativa. Essa dinâmica contribuía para a construção de um espaço comunicacional no qual a audiência não era concebida apenas como público receptor, mas como sujeito ativo na produção de narrativas e conteúdos sonoros.



Figura 2 Guilherme Figueiredo e Sérgio Fonseca na primeira transmissão da rádio Xibé em 27/10/2006. Fonte: Guilherme Figueiredo.

A construção da identidade comunicacional da Rádio Xibé esteve, portanto, diretamente vinculada às práticas de comunicação popular que orientaram sua organização. A rádio operava como espaço de mediação cultural, onde práticas musicais locais, debates comunitários e experiências educativas se articulavam na produção de uma programação que expressava as múltiplas dimensões sociais, políticas e culturais do território. Ao incorporar referências da cultura amazônica e valorizar a participação de diferentes atores sociais, a iniciativa consolidou uma estética radiofônica própria, marcada pela pluralidade de vozes e pela experimentação de formatos comunicacionais.

Essa configuração estética e organizativa contribuiu para que a Rádio Xibé se afirmasse como experiência de comunicação popular orientada pela produção coletiva de sentido, na qual linguagem, participação e territorialidade constituíam dimensões indissociáveis da prática radiofônica. A análise dessas características permite compreender como a rádio construiu, ao longo de sua primeira fase, uma identidade comunicacional singular, fundamentada na colaboração, na experimentação estética e na valorização das expressões socioculturais do Médio Solimões.

Operando inicialmente em frequência modulada (FM 106,7 MHz), a emissora se constituiu como uma experiência de comunicação comunitária livre autônoma. Longe das estruturas convencionais de radiodifusão comercial ou institucional, a Xibé funcionava como um laboratório vivo. Microfones abertos, horários flexíveis, ausência de roteiros rígidos e uma estética baseada na oralidade e no improviso foram marcas centrais dessa fase. As transmissões frequentemente aconteciam em espaços cedidos,

com equipamentos compartilhados e o permanente risco de interferência técnica, desafios típicos de rádios livres.

Segundo Guattari (1986), as rádios livres vão em direção a uma era “pós-mídia”, pois recolocam a questão da expressão em um espaço multifatorial, bem distante da mídia convencional polarizada. Abre um leque de possibilidades de gestão coletiva, abrangendo propostas específicas de coletividade e cooperação²⁹ encorajando inclusive coletivos autônomos. Essas ideias vão de encontro com as “teorias da escolha pública”, que destrincham na prática as diferenças entre as pessoas, não apenas clamando por uma mera bandeira pela igualdade, mas entrando especificamente no âmbito de uma prática multilateral, multicultural e capaz de conviver com as diferenças de forma pacífica.³⁰

A Rádio Xibé se tornou exatamente esse tipo de espaço, um lugar onde jovens das periferias, indígenas e ribeirinhos podiam aprender, criar e se expressar. Os programas eram feitos de forma coletiva, misturando música, poesia, denúncias, entrevistas e sons experimentais. O improviso não era erro, era parte do jeito de fazer, uma forma de dar voz ao que precisava ser dito, especialmente aquilo que os grandes meios ignoravam. Era comunicação viva, feita com urgência e afeto, que respeitava as diferenças e fortalecia a comunidade.

O nome “Xibé” surgiu de forma espontânea e colaborativa, em meio a experimentações radiofônicas e trocas criativas entre coletivos de comunicação. “Xibé” é termo de origem no nheengatu, a antiga língua geral amazônica, que designa a mistura de farinha de mandioca com água, alimento cotidiano e simbólico dos povos da região. Escolher esse nome, portanto, foi também um gesto político e cultural: valorizar as tradições amazônicas em contraposição a propostas de nomes “bonitos” ou comerciais, muitas vezes em inglês, que circulavam no coletivo (Figueiredo, 2015).

A primeira vez que o termo foi usado como referência à rádio ocorreu em novembro de 2006, durante uma transmissão conjunta com a rádio Muda (Campinas/SP), quando, em tom de brincadeira, a programação caótica e experimental foi comparada a um “chibé”: mistura simples e, ao mesmo tempo, cheia de significados. A partir daí, o nome pegou. Logo começaram a surgir narrativas paralelas, como a da “história do bode que explodiu de tanto comer farinha”, associada ao “espoca bode”, que se transformou em apelido interno dos integrantes (Figueiredo, 2015).

²⁹SEN, Amartya. A Ideia de Justiça. Prêmio Nobel de Economia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 326.

³⁰MARTINELLI, Marina. Diretos Civis e Novos Dilemas Contemporâneos: Uma Releitura de John Rawls. São Paulo: Paco, 2016.

Esse batismo, entretanto, não foi aceito de imediato. Parte do coletivo rejeitava o nome, considerando-o feio ou pouco adequado para uma rádio, preferindo alternativas mais “sérias” ou com sonoridade de emissora comercial. O conflito aparece nas atas e nas entrevistas da época, revelando que a disputa pelo nome também refletia modos diferentes de imaginar a rádio: de um lado, a proposta horizontal, criativa e anárquica; de outro, uma expectativa de organização hierárquica e próxima às rádios convencionais (Figueiredo, 2015).

Aos poucos, o nome “Xibé” se consolidou como identidade da rádio, carregando consigo a memória dessa negociação coletiva, marcada pelo humor, pela irreverência e pela resistência cultural. Sua força simbólica é tamanha que, ao observarmos a grade de programação divulgada em 12 de fevereiro de 2007, notamos como a convivência de programas com nomes em inglês, referências anarquistas, títulos experimentais e alusões populares formava um verdadeiro mosaico, espelhando a diversidade do coletivo e a vitalidade da rádio livre no Médio Solimões (Figueiredo, 2015)³¹.

Grade de horários da Rádio Xibé

Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
08:00/10:00	Funk Teen	-	Funk Teen	Funk Teen	-	-
10:00/12:00	R. na Veia	R. na Veia	R. na Veia	-	-	E. Livre
12:00/14:00	R. Quente	R. Quente	R. Quente	R.Quente	R. Quente	-
14:00/16:00	C. 2000	T. Forro	C. 2000	T.Forro	C. 2000	-
16:00/18:00	X. Ritmos	X. Ritmos	X. Ritmos	C.Cidade	C. Cidade	B. Reggae
18:00/20:00	G. Libertário	E. Livre	S. Espúrios	E.Livre	B. Reggae	S. Espúrios
20:00/22:00	Perdidos no Dial	Love Line	T. Progressiva	Anarquia	Farinha+água=Xibé	Love Line

Tabela 2: Grade de horários da Rádio Xibé divulgada na ata da reunião do dia 12/02/2007. Fonte:

Figueiredo, 2015.

A Rádio Xibé nasceu de um processo criativo de apropriação múltipla, combinando referências diversas sobre o que poderia ser uma rádio no Médio Solimões. Havia, de um lado, a inspiração das rádios livres, sendo a Rádio Muda, de Campinas, a experiência mais próxima. De outro, estavam as rádios FM comerciais e a Rádio AM Educação Rural de Tefé, além da ideia de uma rádio comunitária, defendida com mais

³¹FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. *Inventando autonomias no Médio Solimões: uma etnografia dialógica da rádio Xibé e suas redes*. 2015. 432 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

entusiasmo por Adelson³², integrante do coletivo que chegou a propor o nome “Taracuaá³³”. Foi talvez o único a colocar de forma clara sua preferência por um modelo diferente do “livre”, acreditando inicialmente que a formalização poderia afastar a repressão. Entretanto, com o tempo, acabou se desiludindo diante da realidade das rádios comunitárias no Brasil (Figueiredo, 2015).

2.4 A interrupção das transmissões e o rito de passagem institucional

A trajetória da Rádio Xibé, após mais de uma década de funcionamento intermitente no espectro analógico, foi marcada por um processo gradual de enfraquecimento operacional que resultou na interrupção das transmissões por antena. Essa interrupção não deve ser compreendida como evento isolado, mas como resultado da convergência de fatores técnicos, institucionais e organizacionais que impactaram a continuidade das atividades da rádio ao longo dos anos.

Entre os fatores técnicos, destacam-se as dificuldades de manutenção dos equipamentos de transmissão, a obsolescência de parte da infraestrutura analógica utilizada e as limitações materiais para reposição de componentes essenciais ao funcionamento do sistema radiofônico. Em experiências de comunicação livre, nas quais a sustentabilidade financeira depende frequentemente de iniciativas autogestionadas e colaborativas, a manutenção contínua de transmissores e antenas constitui desafio recorrente, especialmente em contextos territoriais marcados por restrições de acesso a equipamentos e assistência técnica especializada.

Em entrevista, Adelson relatou que, após estudar sobre o funcionamento das rádios comunitárias, percebeu que o espaço de atuação seria bastante limitado. As exigências burocráticas, os critérios rígidos de concessão e o risco de ingerência política apontavam para um cenário de restrição, em contraste com a liberdade proporcionada pela rádio livre. Para ele, embora a rádio comunitária pudesse trazer benefícios à comunidade, a falta de autonomia e a submissão a interesses externos desvirtuariam os princípios democráticos e de liberdade que animavam a experiência da Xibé. “Ninguém aprende sozinho, nós aprendemos uns com os outros, cada um tem algo para ensinar. Muitas vezes só não temos um espaço para difundir o conhecimento que temos” (Carvalho, 2013, *apud* Figueiredo, 2015, p. 270).

Na época, Adelson chegou a investigar a possibilidade de solicitar uma concessão para a rádio, mas logo esbarrou na burocracia e no controle político que cercam o sistema de comunicações no Brasil. O interesse de vereadores locais em

³²CARVALHO, Adelson. Entrevista concedida a Guilherme Gitahy de Figueiredo. Tefé, 1 mar. 2013.

³³Palavra indígena que define uma espécie de formiga, o mesmo que tacauá.

“ajudar” a Xibé demonstrava, por sua vez, a rápida tentativa de aproximação por parte de atores políticos da região. Como ressaltam Lima e Lopes (2007), o sistema de concessões no país resultou no que chamam de “coronelismo eletrônico de novo tipo”, em que a maior parte das rádios comunitárias possui vínculos com políticos profissionais. Nesse contexto, para Adelson e outros membros do coletivo, manter a Xibé como rádio livre representava a possibilidade de afirmar um espaço de autonomia e de experimentação comunicativa (Figueiredo, 2015).

Entre os anos de 2006 a 2024, diversos levantamentos revelam mudanças significativas no cenário das rádios comunitárias no Brasil. Segundo dados do Ministério das Comunicações, entre janeiro de 2023 e junho de 2025 foram emitidas 274 outorgas para rádios comunitárias, representando um aumento de 222% em relação ao período de 2019 a 2021. Complementando esse panorama, o portal Rádio Gov aponta que, apenas entre 2023 e 2024, foram autorizadas 206 novas rádios, com destaque para os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia. Já em 2024, o número de concessões chegou a 121, o maior registrado em 13 anos. Embora esses dados indiquem uma expansão significativa, ainda não há um censo atualizado que revele o grau de vínculo político dessas concessões, como fizeram Venício A. de Lima e Cristiano Lopes em seu estudo anterior, o que reforça a necessidade de novas investigações sobre a persistência ou superação do chamado “coronelismo eletrônico de novo tipo” (Ministério das Comunicações, 2025).³⁴

Assim, diante das tensões e das disputas em torno da identidade da rádio, prevaleceu a concepção de liberdade comunicacional. A Xibé consolidou-se como uma rádio livre, recusando amarras burocráticas e o controle político que frequentemente caracterizam as rádios comunitárias. Sua força estava na capacidade de criar espaços de invenção cultural e política, sustentados pela horizontalidade e pelo compartilhamento.

Em contraposição à realidade marcada pela ingerência e pelo clientelismo no campo da comunicação, Adelson definiu de maneira exemplar o que significava para ele o fazer radiofônico no contexto da Xibé:

Rádio livre é um mecanismo, é um veículo de comunicação que [existe] quando as pessoas se reúnem para um objetivo que visa não só melhorar a sua qualidade de vida, de formação, de conhecimento, mas que tenham a oportunidade de fazer com que mais pessoas tenham a possibilidade de saber que é possível você mesmo fazer a sua rádio. (...) Ninguém aprende sozinho, nós aprendemos uns com os outros, cada um tem algo para ensinar. Muitas das vezes a gente só não tem um espaço e um local para difundir o

³⁴MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Autorização de rádios comunitárias mais que triplica no atual governo. Brasília: Governo Federal, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2025/agosto/autorizacoes-para-abertura-de-radios-comunitarias-mais-que-triplicam-no-atual-governo>. Acesso em: 17 set. 2025.

conhecimento que tem (Carvalho, Adelson. Entrevista concedida a Figueiredo, 2015, p. 270).

Essa fase foi também atravessada por tensões. Por não estar regularizada junto ao Ministério das Comunicações e por carregar em sua proposta um teor explicitamente crítico e insurgente, a Rádio Xibé sofreu tentativas de silenciamento, inclusive com ameaças de apreensão de equipamentos. Como aponta Novaes e Gama (2016)³⁵, a política do espectro na Amazônia é marcada por uma lógica de escassez e repressão, que criminaliza iniciativas comunicacionais autônomas:

A maioria dos governos do mundo impede que as pessoas transmitam livremente suas mensagens utilizando as ondas de rádio, também conhecidas por ondas eletromagnéticas. Argumentam que o espaço por onde estas ondas passam é escasso. Afirmam que este espaço é como uma rua estreita onde só é possível transitar um carro por vez. Historicamente o espectro radioelétrico foi dividido em faixas de frequências de transmissão, e essa divisão reflete um modelo específico de gestão deste bem público, especialmente no Brasil (Novaes & Gama, 2016).

Em termos regulatórios, essa percepção de “escassez” do espectro se traduz, no Brasil, em um arranjo jurídico-institucional classificado pela literatura como *command and control*: o poder público fraciona o espectro em faixas e aloca serviços específicos a cada porção; em contexto de disputa por “escassos” recursos, recorre-se a licitações para destinar determinadas frequências a operadores privados (Pinheiro, 2013, p. 193). Tal desenho produz um efeito colateral relevante: ao naturalizar a divisão e a destinação exclusivista das faixas, aproxima-se indevidamente a gestão do espectro da propriedade do espectro, eclipsando a função pública de organizar o uso e prevenir interferências entre sinais.

Do ponto de vista socioeconômico, a consequência é a consolidação de campos de interesse que disputam e privatizam o acesso às ondas: de um lado, empresas concessionárias de rádio e televisão, historicamente centrais na exploração mercantil das frequências; de outro, as telecomunicações móveis, cujo modelo de negócios se ancora na subconcessão e no arrendamento de faixas para o tráfego massivo de dados (Belisário, 2015). Em ambos os casos, prevalece uma lógica de exclusividade e de controle do canal, coerente com a metáfora da “rua estreita” (Novaes; Gama, 2016), que tensiona a realização de direitos comunicacionais de interesse público, especialmente na Amazônia, onde a capilaridade territorial e a diversidade cultural exigem soluções abertas, não proprietárias e socialmente orientadas para a circulação de conteúdo.

³⁵Novaes, Thiago; Gama, Jader. Espectro livre, transparência e vigilância: por uma apropriação dos meios digitais na Amazônia. Rio de Janeiro: Instituto Nupef, maio 2016. Disponível em: <http://culturadigital.br/blog/2015/05/07/gestao-dinamica-do-espectro-e-d/>. Acesso em: 17 set. 2025.

À luz desse quadro, as propostas de uso mais dinâmico e compartilhado das radiofrequências, amparadas por tecnologias digitais e por princípios de complementaridade entre serviços, reconfiguram o problema: deslocam o eixo da “escassez natural” para o da escassez regulatória, abrindo espaço para políticas que priorizem faixas de acesso comum, experimentação cidadã e comunicação não comercial. Em termos práticos, isso significa reconhecer o espectro como bem público de alta relevância social e, portanto, passível de arranjos regulatórios que ampliem a pluralidade de emissores e a autonomia comunicacional de coletivos, comunidades e povos da floresta.

No plano organizacional, a dinâmica de rotatividade dos participantes e a transição de gerações envolvidas no projeto também influenciaram o ritmo das transmissões. Como ocorre em diversas experiências de comunicação comunitária e universitária, a continuidade das atividades depende fortemente do engajamento coletivo e da renovação constante dos grupos responsáveis pela produção e operação técnica. Alterações nos vínculos institucionais, mudanças de prioridades dos participantes e deslocamentos profissionais ou acadêmicos contribuíram para períodos de menor intensidade das atividades, reduzindo gradualmente a frequência das transmissões até sua interrupção.

Ao mesmo tempo, o contexto institucional e regulatório da radiodifusão no país impôs limitações adicionais às experiências de rádios livres, que historicamente operam em zonas de tensão entre a legalidade formal e a reivindicação do direito à comunicação. Episódios de fiscalização e a instabilidade associada à operação fora do sistema formal de concessões constituíram elementos que também influenciaram a sustentabilidade das transmissões analógicas ao longo do tempo (Figueiredo, 2015).

Entretanto, a interrupção das transmissões não significou o desaparecimento do projeto comunicacional, mas configurou um rito de passagem institucional e tecnológico que antecedeu sua reconfiguração no ambiente digital. Durante esse período, mantiveram-se redes de colaboração, memórias coletivas e vínculos institucionais que posteriormente possibilitaram a retomada da iniciativa em novas bases técnicas e organizacionais. A experiência acumulada ao longo da fase analógica permaneceu como repertório técnico e simbólico que sustentou os processos de reorganização do projeto.

A reativação da Rádio Xibé, já em formato de webrádio, deve ser compreendida como resultado desse período de transição, no qual mudanças tecnológicas, reorganizações institucionais e a emergência de novas infraestruturas digitais criaram

condições para o redesenho do projeto comunicacional. Assim, a interrupção das transmissões analógicas não representou um encerramento definitivo, mas um momento de inflexão histórica que marcou a passagem entre duas fases distintas da experiência radiofônica, conectadas pela continuidade das redes sociais e dos sentidos coletivos construídos ao longo de sua trajetória.

2.5 Da antena ao servidor: transformações técnicas e políticas da Xibé

A trajetória da Rádio Xibé não pode ser compreendida apenas como uma sequência linear de fases técnicas, mas como um processo de reconfiguração sociotécnica profundamente atravessado por condições históricas, políticas e territoriais. Nesse sentido, a transição da emissora do modelo analógico, baseado na transmissão em frequência modulada (FM), para o ambiente digital das webrádios, não representa uma simples atualização tecnológica, mas uma inflexão estrutural no modo de produzir, distribuir e experienciar a comunicação no contexto amazônico.

Durante sua primeira fase (2006–2018), a Rádio Xibé operava no espectro radiofônico analógico como uma rádio livre, articulando práticas de comunicação popular, formação política e experimentação sonora. Essa atuação estava diretamente condicionada às limitações e possibilidades do regime técnico da radiodifusão FM, marcado pela territorialidade da antena, pela restrição geográfica do alcance do sinal e pelas disputas locais pelo uso do espectro. Ainda assim, como demonstrado por Figueiredo (2015), a Xibé consolidou-se como um espaço de produção coletiva de sentidos, tensionando as estruturas tradicionais da comunicação e ampliando a participação social no campo midiático.

Entretanto, a continuidade dessas práticas foi interrompida por um conjunto de fatores que culminaram na paralisação das atividades da emissora. Entre eles, destaca-se o impacto da pandemia da Covid-19, que, a partir de 2020, impôs restrições severas às interações presenciais, desarticulando redes locais de produção e inviabilizando a manutenção das atividades da rádio em seu formato original. A pandemia, nesse contexto, operou como um evento crítico que evidenciou a fragilidade das infraestruturas analógicas dependentes da copresença física, ao mesmo tempo em que acelerou processos de digitalização em diferentes esferas da vida social.

A interrupção das transmissões da Rádio Xibé 106,7 FM não significou, contudo, o desaparecimento da experiência comunicacional que a sustentava. Ao contrário, a emissora permaneceu como memória ativa e como referência simbólica nas redes de comunicação popular do Médio Solimões, sendo constantemente evocada por

seus participantes e pelas iniciativas derivadas que emergiram no período. Essa condição evidencia que a rádio, mais do que um dispositivo técnico, constitui um campo de relações, afetos e práticas que extrapolam sua materialidade operacional.

É nesse cenário que se inscreve o processo de retomada da Rádio Xibé, ocorrido em 2024, agora sob a continuidade do regime técnico e político da comunicação digital em rede. Reativada no âmbito do Laboratório de Educomunicação Padre Edilberto Sena (CEST/UEA), a emissora passa a operar como webrádio, estruturada a partir de plataformas de streaming, servidores digitais e sistemas colaborativos de produção e distribuição sonora.

Essa transição da antena ao servidor representa uma mudança paradigmática na lógica de funcionamento da rádio. Se, no modelo FM, o alcance era definido pela potência do transmissor e pelas condições físicas do território, no ambiente digital a circulação do conteúdo passa a ser mediada por infraestruturas em rede, potencialmente ampliando o acesso e permitindo a conexão com audiências distribuídas em diferentes escalas geográficas. A Rádio Xibé, nesse novo contexto, pode ser acessada por meio da internet, por exemplo, no endereço eletrônico: <https://terrapreta.org.br/radioxibe/>, rompendo com as limitações espaciais anteriormente impostas pelo espectro analógico.

Contudo, essa ampliação técnica não implica, automaticamente, democratização comunicacional. Ao migrar para o ambiente digital, a rádio passa a operar em um ecossistema marcado por novas formas de mediação, controle e disputa por visibilidade, vinculadas às lógicas algorítmicas e às infraestruturas proprietárias das plataformas digitais. Assim, a transição da Xibé deve ser compreendida não como substituição de um modelo por outro, mas como deslocamento entre regimes técnicos distintos, cada qual atravessado por suas próprias condições de possibilidade e limitações.

Nesse sentido, a reativação da Rádio Xibé como webrádio configura-se como uma estratégia sociotécnica de continuidade e reinvenção da comunicação popular no contexto amazônico. Ao incorporar tecnologias digitais, práticas de software livre e metodologias educacionais, a emissora rearticula sua atuação, ampliando suas capacidades de produção, circulação e conexão em rede, sem abdicar de seus princípios fundantes: a escuta, a participação e a construção coletiva da comunicação.

Essa nova fase evidencia que a Rádio Xibé migra de suporte e se reconfigura como um nodo ativo no ecossistema comunicacional amazônico contemporâneo, articulando território, tecnologia e cultura em uma dinâmica que reafirma a comunicação como prática viva, situada e em permanente reinvenção.

Essa mudança tecnológica implica transformações nas práticas operacionais da atividade radiofônica. A operação do transmissor físico, anteriormente central para a manutenção das transmissões, cede lugar ao domínio de softwares de transmissão, sistemas de codificação de áudio, plataformas de hospedagem e ferramentas digitais de edição e automação da programação. O perfil técnico do operador radiofônico transforma-se, exigindo conhecimentos relacionados à gestão de fluxos digitais, administração de servidores de *streaming* e integração de conteúdos a diferentes plataformas online. Nesse novo contexto, a técnica radiofônica passa a combinar saberes tradicionais da produção sonora com competências digitais vinculadas ao ecossistema das redes.

A transição tecnológica também produz mudanças significativas nos modos de escuta. A audiência deixa de depender exclusivamente de receptores de rádio convencionais e passa a acessar a programação por meio de *smartphones*, computadores e aplicativos digitais, incorporando práticas de escuta móvel e multiplataforma. A programação radiofônica passa a coexistir com serviços de *streaming* musical e plataformas de áudio sob demanda, ampliando as possibilidades de circulação do conteúdo e redefinindo as temporalidades de consumo sonoro. A escuta deixa de ser apenas sincrônica e linear, característica do rádio tradicional, e passa a incluir modalidades assíncronas, nas quais conteúdos podem ser acessados em diferentes momentos e dispositivos.

Ao mesmo tempo, a passagem da antena ao servidor não representa unicamente mudança técnica, mas também transformação política das condições de circulação comunicacional. A dependência de provedores de hospedagem, plataformas digitais e infraestruturas de conectividade introduz novas formas de mediação que influenciam o alcance, a visibilidade e a estabilidade das transmissões. Se, no modelo analógico, as disputas pelo direito à comunicação estavam fortemente associadas ao acesso ao espectro radiofônico e às concessões estatais, no ambiente digital essas disputas deslocam-se parcialmente para o controle das infraestruturas tecnológicas e dos sistemas de distribuição de conteúdo.

Nesse cenário, a reinvenção da Rádio Xibé como webrádio, hospedada no Azura Cast³⁶, pode ser compreendida como estratégia de adaptação e continuidade das práticas de comunicação popular em um ecossistema midiático em transformação. A adoção do *streaming* amplia o potencial de alcance territorial das transmissões e permite a

³⁶Servidor livre e de código aberto, auto-hospedado estação de rádio web em uma caixa, disponível em: <https://www.azuracast.com/>

articulação em redes digitais de colaboração, conectando a iniciativa a outras experiências de comunicação comunitária e educomunicativa. A rádio passa, assim, a operar simultaneamente como espaço local de produção comunicacional e como nodo de circulação em redes digitais mais amplas.

A passagem da antena ao servidor representa, portanto, uma reconfiguração das condições sociotécnicas da experiência radiofônica, onde práticas históricas de comunicação livre são reinterpretadas à luz das infraestruturas digitais contemporâneas. Mais do que substituição de tecnologias, trata-se de processo de reinvenção comunicacional que articula memória, inovação técnica e reconfiguração política das formas de produzir e compartilhar a comunicação sonora no contexto amazônico.

2.6 O auge com o vestibular e a lógica da rádio livre

A consolidação da Rádio Xibé como espaço de experimentação comunicativa não se deu apenas pela inovação técnica ou pela horizontalidade de sua organização interna. Episódios específicos contribuíram para ampliar a sua audiência e reforçar sua legitimidade junto à comunidade local. Um dos momentos mais emblemáticos, segundo Figueiredo (2015), foi a cobertura do resultado do vestibular da UEA em Tefé, quando a rádio alcançou picos de escuta e se projetou como veículo diferenciado no cenário midiático da cidade.

Mas o auge mesmo do nosso programa foi quando veio o vestibular de Tefé, quando saiu o resultado do vestibular. Acho que a gente anunciava de dez em dez minutos. As outras rádios não tinham acesso, a gente tinha na época o gestor de lá, o professor era mineiro, Wilson, ele levava pra gente lá e a gente transmitia. Era audiência total. Gente ligando pra saber o resultado do vestibular. Acho que era um dos maiores programas que nós vivemos lá. (...) O pessoal ligava, pedia música. Só que era invocado que às vezes a gente estava em tal ritmo e depois misturava e dava outro ritmo, e o pessoal ficava: 'ei, vocês estão doidos, a rádio de vocês', e aí o Serginho respondia 'essa radio é livre, a gente fala o que a gente quer'. Quando era meio-dia o Serginho colocava rock, né, com outros colegas. E até o professor José Lino falava: 'rapaz, vocês não têm que colocar isso não, porque no horário de meio dia vocês têm que colocar música romântica, o pessoal está relaxando'. 'Professor, a rádio é livre, a gente bota o que a gente quiser, se o pessoal está pedindo a gente coloca'. (...) A gente não tinha telefone. O Serginho pegou um, foi lá e fez um gato. Eu me lembro disso que ele fez [risos]. Ele tirou de um telefone que a gente não tinha. O colega fazia um trote lá e fazia muita da ligação. Um de nós como ninguém ligava pra gente. O Adelson... eu não estou lembrando o nome, ele fazia tocar, e alguém ligava o telefone celular pra dizer que estava tocando: 'o telefone não para, não sei que lá' e deu certo. Quando não pensava era gente ligando (Entrevista com Aiuby Pens, Manaus, 9/9/2013, *apud* Figueiredo, 2015, p. 272–273).

2.7 Programas coletivos e a bagunça criativa

Figueiredo (2015) descreve a coexistência de programas individuais e coletivos, com ênfase na participação e nos pedidos via telefone, cartas e MSN³⁷; os “trotezinhos” eram estratégias para ativar a interação:

Eu sei que a gente fez uma mistura, cada um falava um pouco. Convidava alguém, dava o microfone ao vivo, na hora, e falava. Chegava uma declaração e essa declaração era ao vivo, das pessoas que iam visitar. O Raifran levava o pessoal lá, o pessoal que vinha de fora, né? Tinha uns turistas que vinham de fora, iam lá visitar. E a bagunça, como que era? (...) Conversava, começava a entrevistar o outro, às vezes a gente falava quem estava trabalhando, o outro ligava pra transmitir o que estava acontecendo. Era legal, só que era muito trabalho, foi muito bom esse trabalho. (...) Era uma mistura: vários ritmos, uma pessoa pedia a música e queria forró, às vezes queria reggae, era uma mistura. Por isso que os caras falavam que era muito bagunçado: 'a rádio de vocês, cara, está tocando uma música e logo já está tocando outro tipo de música', né? Aí eu falava: 'não, quem manda aqui é o Serginho, é o povo'. Estava tocando por exemplo uma música romântica legal e aí alguém já estava pedindo 'eu quero funk', naquele tempo era o MC Leozinho, né? (Entrevista com Aiuby Pens, Manaus, 9/9/2013, *apud* Figueiredo, 2015, p. 273).

Esse relato evidencia a dimensão inventiva e contestatória da Xibé. A rádio se afirmava como espaço livre ao romper com as convenções estabelecidas da radiodifusão local, recusando a lógica comercial dos horários “adequados” e legitimando-se pela interação direta com o público. Ao improvisar ligações, gambiarras técnicas e misturas musicais inusitadas, os participantes desafiavam as normas hegemônicas e reafirmavam a natureza autônoma do coletivo. O vestibular funcionou, assim, como um catalisador da audiência e, ao mesmo tempo, como símbolo da potência da rádio em articular juventude, cultura e educação sob uma lógica de liberdade e criatividade comunicacional

2.8 O cupido da madrugada

Entre as muitas facetas assumidas pela Rádio Xibé, uma das mais singulares foi a de um espaço romântico, que se consolidava especialmente após as 23 horas. Nesse período, o caráter experimental da rádio se traduzia em programas intimistas, voltados para músicas e declarações de amor. Como registra Figueiredo (2015), Aiuby explorava os recursos da internet para coletar frases e cartas românticas, que lia ao vivo, transformando-se em uma espécie de “cupido” da madrugada.

³⁷O MSN (abreviação de Microsoft Network) é atualmente um portal web da Microsoft que reúne notícias, previsão do tempo, esportes e entretenimento. Embora tenha nascido em 1995 como um serviço de internet discada, a marca ficou mundialmente conhecida nos anos 2000 por causa do seu famoso programa de mensagens instantâneas, o MSN Messenger.

No romântico ficava só eu. (...) Eu ficava, aí pegava aquelas cartas romântica da internet e ia ler. (...) Como sempre eu gostei mais foi da música romântica, internacional e nacional. (...) Como eu não sabia pronunciar, eu só fazia dar uma sequência. (...) A mais pedida lá era aquela 'se você quiseres', é uma coisa assim, da cantora Marisa Monte, tocava muito lá. (...) Esse negócio aí era demais [risos], diferente, eu deixava...ficava às vezes sem almoçar, às vezes sem jantar só pra ficar transmitindo. Quando eu pensava em receber ligação eu ficava muito feliz, mensagem, chegava cartinha... (Entrevista com Aiuby Pens, Manaus, 9/9/2013, *apud* Figueiredo, 2015, p. 273).

Essa experiência revela como a Xibé abria caminhos para novas formas de sociabilidade mediada pelo rádio. O improviso, aliado ao acesso à internet, permitia mesclar repertórios musicais com expressões afetivas, conectando ouvintes e programador em uma atmosfera de cumplicidade. Esse exercício afetivo evidenciava a dimensão criadora da rádio livre, que não apenas informava ou entretinha, mas também produzia laços emocionais e experiências pessoais transformadoras.

2.9 Gambiarras, bloqueios e o pop.com.br³⁸

A história da Rádio Xibé também se constrói a partir das estratégias criativas de seus integrantes para manter a comunicação viva, mesmo diante de bloqueios institucionais. Figueiredo (2015) relata como os estudantes improvisavam “gambiarras” para garantir o bate-papo online, fundamental para a interação e a articulação do coletivo. O uso de vírus para desbloquear computadores, o acesso alternativo a redes e a persistência em manter canais de comunicação demonstram o caráter inventivo e irreverente da experiência.

Essa historia foi o seguinte. Nós tínhamos MSN e Orkut na UEA. Aí o Raifran, que além de líder estudantil era o chefe do CPD, bloqueou todos os sites que nós tínhamos de bate-papo. O diretor era o Wilson, né? (...) 'Pronto! E agora?' Aí chegou a Mirla: 'cara vamos desbloquear, buscar site alternativo', porque eles bloqueavam e a gente desbloqueava. A gente procurava, colocava vírus nos computadores às vezes dos colegas: 'naquele computador tem internet'. É o Serginho que vira e: 'vamos colocar vírus pra desbloquear?'. O Serginho colocava vírus lá: ele ia me ensinando, só que eu me esqueci de colocar o vírus. (...) Não tinha como não ter bate-papo, a gente sempre encontrava um jeito. Aí eu encontrei um site chamado Pop, indicado por uma colega: 'cara, é igual o Orkut, dá pra bater um papo e dá pra continuar', 'é mesmo?', 'é pop.com.br'. Acessei e me cadastrei. (...) Aí eu entrei nesse site aí e veio a foto, a foto lá do Ceará, formada em Química e Biologia. Foi um negócio que convidei, convidei pra conversar, eu insisti praticamente um mês e a mulher nada de me aceitar [risos]. É, até hoje ela conta, né? Ela disse: eu vou dar uma chance pra ele, vou ver o que ele tem a conversar, que ela disse que tinha muita mentira, né, que a pessoa falava. Ela tinha medo desse negócio de marcar encontro e acontecer... que acontece várias coisas na internet. Aí com um mês depois, quando foi no dia sete de maio de 2007, ela me aceitou (Entrevista com Aiuby Pens, Manaus, 9/9/2013, *apud* Figueiredo, 2015, p. 274).

³⁸O POP (pop.com.br) foi um provedor de internet gratuita e portal de conteúdo muito famoso no Brasil. Ele foi lançado originalmente nos anos 2000 pela operadora de telecomunicações GVT.

Esse episódio sintetiza como a rádio não se limitava ao estúdio ou às transmissões sonoras. Ela era também um laboratório de experimentações digitais, onde a astúcia e o improviso criavam novas formas de comunicação e até de sociabilidade. No caso de Aiuby, as gambiarras tecnológicas e o acesso às plataformas alternativas extrapolaram o universo da rádio, resultando em um encontro afetivo que marcou sua trajetória pessoal. A narrativa demonstra, assim, como a Rádio Xibé tecia laços que iam além da comunicação comunitária: ela possibilitava encontros humanos, experiências transformadoras e a invenção de futuros possíveis no coração da Amazônia.

2.10 Xibé entre o íntimo e o público; programação aberta aos bairros

Se a experiência narrada por Aiuby remetia a uma “Xibé intimista e clandestina”, marcada por trotes, cartas de amor e experimentações românticas na madrugada, a prática relatada por Adelson projeta outra face da rádio: diurna, pública e comunitária. Nesse registro, a Xibé aparece como espaço aberto, que acolhia a diversidade de vozes dos bairros de Tefé e oferecia uma programação marcada pela pluralidade cultural.

Aí no período das férias... tipo tinha um pessoal que ficava às vezes fazendo curso de férias, e tinha muita gente que não era da cidade, e muita gente que morava aqui na cidade e ficava. Não ia viajar e ficava com a rádio. (...) A gente estabeleceu uma hora de programação para cada pessoa, então nesse intervalo de programação basicamente todo mundo tinha um tempo: o Pedro tinha o programa dele, o Aiuby tinha o programa dele, o Carlos Romano tinha o programa dele, eu tinha o meu programa, o Serginho tinha o dele, o Guilherme tinha o dele, aí tinha o pessoal do Funk que tinha o dele, tinha o pessoal do hip-hop que tinha o programa dele, tinha uma outra moça também que tinha um programa dela, que ia lá regularmente no período de férias fazer o programa, e às vezes funcionava até uma hora da madrugada. Programação das seis da manhã até uma da madrugada, isso de segunda à sexta, e às vezes nos finais de semana. (...) Tinha gente que vinha fazer programa lá do Vila Nova, o pessoal do Santo Antônio, o pessoal do Santa Teresa, o pessoal daqui do Jerusalém, o pessoal do São Raimundo, cada um tinha sua programação. E o espaço era aberto. (...) Aí a gente colocou o número do orelhão da UEA, aí o pessoal já ligava lá pro número lá e tal: 'oh, eu quero a música tal'. A gente conseguiu fazer um jeito de sempre ficar duas pessoas, né? Uma ia atender o telefone e a outra ficava na programação. (...) E a gente tocava a música que o ouvinte [pedia]... o espaço era aberto para o pessoal dos bairros que quisesse dar um aviso, [contar] o que estava acontecendo... de repente não têm um espaço na rádio comercial, que tem que pagar a programação. O espaço era aberto lá para as pessoas: 'oh, vai ter reunião no bairro tal, tal, tal, tal, pedimos o comparecimento dos moradores para ir para reunião'. E o pessoal do Clube de Mães, aqui do Jerusalém, de vez em quando elas iam. Quando tinha eles sempre iam lá, o pessoal do bairro de Jerusalém, o pessoal do bairro de Santa Teresa, sempre usavam a rádio. Porque o pessoal daqui ouvia muito a rádio e tinha os programas, né? O do Carlos Romano tinha um ritmo, o meu já tinha outro, o do Guilherme era outro ritmo. Sempre os ritmos que a gente tocava eram os que as rádios comerciais basicamente não tocavam, tinha mais músicas. E sempre: 'oh, se você não está satisfeito com a nossa programação, venha aqui e faça a sua'. Nosso discurso era sempre esse

de a pessoa ir lá e fazer sua programação, e conhecer a rádio, e saber que um grupo de pessoas pode se mobilizar e começar a trabalhar um movimento de rádio sem fins lucrativos e que beneficia a comunidade (Entrevista com Adelson Carvalho, Tefé, 1/3/2013, *apud* Figueiredo, 2015, p. 275).

O depoimento mostra a amplitude alcançada pela Xibé, que deixava de ser apenas um laboratório estudantil e passava a funcionar como um verdadeiro espaço público de comunicação. O uso do orelhão da UEA como canal de pedidos musicais, a presença de coletivos de bairros e associações comunitárias, além da multiplicidade de ritmos ignorados pelas rádios comerciais, revelam a dimensão inclusiva e democrática do projeto. A rádio consolidava-se, assim, como meio de expressão popular e como ferramenta de mobilização comunitária, expandindo seu alcance para além dos muros da universidade.

2.11 Xibé Ritmos: liberdade musical e atritos

Entre as muitas experiências que marcaram a Rádio Xibé, o programa Xibé Ritmos, apresentado por Adelson, assumiu um papel central na afirmação da liberdade de expressão musical. A proposta era simples, mas potente: atender aos pedidos dos ouvintes sem distinção de gênero, ao mesmo tempo em que se buscava ampliar os horizontes sonoros da audiência. Assim, o programa se tornou uma verdadeira colagem de estilos, transitando entre o rock, o pagode, o axé, o funk, o sertanejo, as músicas regionais e até artistas locais pouco conhecidos, como os do grupo Raízes Caboclas.

Essa abertura refletia a lógica da rádio livre, mas também gerava atritos, sobretudo quando a música escolhida carregava críticas sociais explícitas. Adelson recorda um episódio emblemático, quando decidiu tocar uma canção de Gabriel o Pensador que denunciava a apatia diante das injustiças: “até quando você vai levando: porrada, porrada, até quando você vai ficar sem fazer nada”. A escolha provocou reações imediatas, inclusive a visita de representantes da secretaria, incomodados com o teor contestatório da letra.

O meu era o Xibé Ritmos, onde tocava o que o ouvinte pedia, né? E também eu sempre procurava tocar além do que o pessoal gostava de ouvir. (...) Tocava rock, o pagode, axé, funk, o ritmo era todos os ritmos... músicas sertaneja, música regional, Raízes Caboclas e outros cantores amazonenses que não são conhecidos. (...) Inclusive uma vez toquei uma música do Gabriel Pensador, aí o pessoal da secretaria foi lá falar um pouco por causa da música e tal. Porque era uma música que o nome da música era 'até quando você vai levando: porrada, porrada, até quando você vai ficar sem fazer nada'. Aí o pessoal tocava o Gabriel Pensador, músicas que basicamente nas rádios comerciais não tocam. Música já com um cunho bem social assim, de mostrar como as coisas são (Entrevista com Adelson Carvalho, Tefé, 1/3/2013, *apud* Figueiredo, 2015, p. 276).

Percebe-se que, ao romper com as convenções das rádios comerciais, a Xibé democratizava os microfones e a escolha musical e abria espaço para que músicas de denúncia circulassem na esfera pública de Tefé. O Xibé Ritmos, nesse sentido, exemplifica como a rádio livre articulava entretenimento, diversidade cultural e crítica social, reafirmando sua vocação de veículo contra hegemônico.

2.12 Dos pedidos à programação: participação que se expande

Um dos aspectos mais significativos da experiência da Rádio Xibé foi a transformação da lógica dos pedidos musicais, tão característica do rádio comercial, em uma prática de participação ampliada. No espaço da rádio livre, pedir uma música não era apenas um gesto de consumo, mas o primeiro passo para que ouvintes se tornassem parte da produção, passando de receptores a programadores.

Essa dinâmica é evidenciada nos relatos de Adelson, ao recordar que muitos começaram apenas ligando para solicitar canções, mas logo passaram a frequentar o estúdio e assumir microfones. Casos como o de Rose, ouvinte assídua que depois passou a participar de programas, ou dos grupos de hip-hop e funk que evoluíram de ouvintes a produtores de suas próprias faixas na grade, demonstram essa transição. O mesmo ocorreu com jovens de bairros como Santa Luzia e Abial, que encontraram na Xibé um espaço inédito de expressão e pertencimento.

Ah! Tinha uma Rose que ligava muito, gostava de ouvir a programação da rádio. Porque era uma rádio que era um espaço aberto, e as músicas eram boas, e tocavam músicas que elas não costumavam ouvir na rádio comercial. Inclusive ela também fez até programa lá, participou algumas vezes lá. Ia lá, dava um alô. O pessoal do hip-hop também. Quando eles começaram, só ligavam e pediam a música. Depois que eles conheceram a rádio, começaram a fazer a programação deles. O pessoal do funk rolava as músicas também. (...) Ah, tinha o menino que era o Espantalho [Franklin]. A namorada dele na época também pedia muita música. Não lembro o nome dela, mas ela pedia muita música e depois ela foi lá conhecer a rádio, participou. Então tinha o pessoal lá do Santa Luzia também, que pedia muita música de lá, o pessoal do Abial (Entrevista com Adelson Carvalho, Tefé, 1/3/2013, *apud* Figueiredo, 2015, p. 277).

Essa abertura da programação, ao permitir que os ouvintes se convertessem em protagonistas, evidencia a potência da rádio livre enquanto espaço de formação e engajamento comunitário. A Xibé acolhia demandas musicais e incentivava que todos pudessem experimentar, criar e intervir, reforçando sua identidade coletiva e horizontal.

2.13 Universidade e cidade: vínculos e circulação

A Rádio Xibé consolidou-se como um espaço de aproximação entre a universidade e a cidade de Tefé, estabelecendo vínculos que iam muito além do ambiente acadêmico. Figueiredo (2015) destaca como a juventude e até mesmo funcionários da instituição encontraram no estúdio um espaço de expressão, ampliando a diversidade de vozes e consolidando a rádio como um laboratório social e cultural.

Os vigilantes da universidade, por exemplo, ouviam a programação e se tornaram participantes ativos. Pediam músicas, divulgavam a rádio entre amigos e, em alguns casos, chegaram a realizar intervenções diretas no estúdio. O caso do vigilante e estudante de História, Paulo, ilustra esse movimento, ele comparecia regularmente para compartilhar suas poesias, sempre acompanhadas de músicas dedicadas à família e aos amigos.

Os vigilantes também começaram a ouvir a rádio. Pediam música. (...) Ficavam lá e tal, tinham uma participação bem legal lá, e aí eles passaram para os amigos deles sintonizarem a rádio, e eles pediam músicas também. Era gente que começava pedindo música e depois fizeram programação. (...) Ele [o vigilante e estudante de história Paulo] ia lá, lia as poesias dele, mas não fazia o programa diretamente. Mas sempre que ele podia ia lá, levava as poesias dele, colocava uma música, oferecia para a esposa, para os filhos, para um amigo. Estava sempre lá, participando lá com a gente (Entrevista com Adelson Carvalho, Tefé, 1/3/2013, *apud* Figueiredo, 2015, p. 278).

Ao abrir espaço para funcionários, estudantes e jovens da cidade, a Xibé transformou-se em uma ponte entre os corredores da universidade e os bairros de Tefé. A circulação de ideias, músicas, poesias e experiências reforçou o caráter plural da rádio, ao mesmo tempo em que a internet possibilitava conexões mais amplas, que iam da troca de músicas à busca por informações em sites alternativos, criando uma ecologia comunicativa que mesclava o local e o global.

2.14 Era mais um laboratório: improviso e aprendizagem

Na memória dos participantes, a Xibé era menos uma emissora convencional e mais um espaço de invenção, onde a comunicação acontecia de maneira aberta e improvisada. Como aponta Figueiredo (2015), não havia roteiros rígidos ou formatos preestabelecidos: cada encontro diante do microfone se tornava uma oportunidade para experimentar linguagens, misturar sons e aprender fazendo.

O depoimento de Adelson Carvalho traduz bem essa atmosfera. Para ele, a rádio funcionava como um laboratório permanente, sempre visitado por curiosos e novos colaboradores que desejavam conhecer os equipamentos e se arriscar na produção

radiofônica. A ausência de profissionalismo não era um problema, mas parte essencial do processo: permitia que qualquer pessoa, mesmo sem experiência, pudesse descobrir-se comunicadora.

A gente apresentava a rádio, mostrava como é que era que funcionava, que na verdade era mais um laboratório, que todo mundo sempre estava passando por lá para conhecer a rádio. (...) Era tudo no improviso, não tinha como dizer que a gente ia chegar lá e ia fazer uma programação. (...) Não tinha assim como [quando] você vai numa rádio comercial, que tal hora você tem que colocar aquela música, tal hora você tem que falar sobre isso, tal hora que você tem que falar... A gente ia acontecendo espontaneamente, que ninguém era profissional. Eu não entendia nada de rádio também. A gente foi aprendendo, porque ainda estamos aprendendo. (...) Porque na verdade se a gente for fazer uma programação a gente deixa até de ser uma rádio livre, né? (Entrevista com Adelson Carvalho, Tefé, 1/3/2013, *apud* Figueiredo, 2015, p. 278).

Essa liberdade de improvisar dava forma a uma prática comunicativa distinta da lógica comercial. Em vez de seguir uma grade imutável, o grupo valorizava a espontaneidade, a experimentação e a participação coletiva. A rádio, nesse sentido, era um território de aprendizagens partilhadas e de invenção cotidiana, em que a comunicação se confundia com a própria experiência de viver e criar em comunidade.

2.15 Conexão 2000: crítica social e convites à participação

Entre os programas que marcaram a diversidade da Rádio Xibé, o Conexão 2000, apresentado por Joacy Mendes da Silva em parceria com Carlos Romano, tornou-se um espaço de diálogo direto com a juventude e a cidade. A proposta partia de uma base musical centrada no rock nacional e internacional, de Cazuza e Legião Urbana a Iron Maiden e Linkin Park, mas a lógica da programação não se limitava ao repertório. O diferencial era a abertura à participação espontânea do público, que transformava cada transmissão em um exercício de crítica social e de construção coletiva.

O relato de Joacy evidencia esse ambiente de horizontalidade e liberdade:

Eu gostava bastante porque a Xibé sempre abriu espaço pras pessoas virem de fora, quem quisesse visitar, quem quisesse participar com a gente. Então isso era legal. Essa interação que havia entre o programador e a população em geral abriu o espaço. Na verdade [o programador] estava ali só meio que pra orientar quem fosse chegar pra conversar, pra trocar aquela ideia. Diferente das outras rádios, comerciais, em que existe a figura do locutor que está ali na frente e tal, coordenando. O produtor dele está coordenando tudo ali. Ali não, só existia a figura do programador mesmo, e vinha o pessoal de fora e trocava aquela ideia toda, mandava 'alô', tinha uma liberdade de expressão que em outras rádios não tinha. (...) A gente sempre convidava, pedia pra eles virem se tivesse algum problema [social], até pra mandar um alozinho. (...) Eu achava legal, bem interessante abrir esse espaço pras pessoas reclamarem, entendeu? A pessoa abre o olho. Quando as pessoas iam lá eu ficava muito feliz, eu estava vendo assim que as pessoas estavam abrindo o olho, que a sociedade tefeense não está parada, existem pessoas com pensamentos críticos, que correm atrás, que estão vendo o que está

errado e tão cobrando, então isso era muito gratificante (Entrevista com Joacy Mendes da Silva, Tefé, 19/7/2014, *apud* Figueiredo, 2015, p. 279).

Ao abrir espaço para críticas ao poder público, denúncias de problemas urbanos e manifestações de jovens e moradores dos bairros, o Conexão 2000 consolidava uma prática de rádio que não apenas entretinha, mas provocava reflexão e engajamento. O programa oferecia um canal de expressão e reivindicação, fortalecendo o papel da Xibé como espaço de comunicação popular e participação cidadã.

2.16 Sementinha: formação, PROUNI e projeto de vida no rádio

A experiência na Rádio Xibé deixou marcas profundas em muitos jovens, mas no caso de Joacy Mendes da Silva, ela germinou como uma verdadeira “sementinha” que redefiniu seu projeto de vida. A vivência no coletivo ampliou sua percepção sobre o papel do rádio como meio de comunicação popular e ferramenta de transformação social. Em suas palavras, o rádio era capaz de alcançar lugares e pessoas onde a televisão jamais chegaria, do pescador em seu barco com um pequeno radinho de pilha até os moradores mais distantes da cidade.

O depoimento de Joacy sintetiza essa visão:

Essa sementinha da rádio ficou em mim. (...) O rádio tem um alcance maior em relação à TV. O pescador ali não vai sair e levar uma TV com ele, que ele não tem como botar pra funcionar. Mas ele pode levar um radinho de pilha enquanto estiver pescando no lago. (...) Eu acredito que o rádio é uma ferramenta de transformação social, ele pode levar informação, ele pode influenciar de alguma forma, positivamente. (...) Eu procurava um curso pra fazer, e como eu já estava interessado na área de rádio, pesquisei a respeito e vi que o único curso de rádio que existia no Norte do país era da UNINORTE em Manaus. Joguei minha nota pelo PROUNI na rede e, graças a Deus, eu consegui e hoje eu já vou entrar no 6º período de Rádio e TV. E sempre conversando lá com os amigos trocamos experiências, e eu menciono vocês, eu menciono a experiência que eu tive dentro da UEA na área de rádio. Tanto pra eles como pros professores. Como eu estava te falando, eu quero fazer meu trabalho de TCC nessa área, voltado pro rádio. Pra minha vida, daqui pra frente, eu penso nisso. Quanto mais eu poder me graduar, vai ser tudo voltado pra área de rádio, pra participar de rádio livre mesmo (Entrevista com Joacy Mendes da Silva, Tefé, 19/7/2014, *apud* Figueiredo, 2015, p. 279–280).

A fala revela a continuidade de um vínculo afetivo e político com a Xibé e também a transição de Joacy para um projeto acadêmico e profissional orientado pelo rádio. Por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni), ele ingressou no curso de Rádio e TV da UNINORTE, em Manaus, reafirmando sua decisão de transformar a experiência juvenil com a comunicação livre em um caminho de formação universitária e atuação futura. A “sementinha” plantada em Tefé se tornou, assim, um horizonte de vida, no qual o rádio não era apenas meio de expressão, mas também espaço de emancipação, crítica social e realização pessoal.

2.17 Ética do cuidado na polícia

Figueiredo (2015) encerra o relato de Joacy destacando como a passagem pela Rádio Xibé extrapolou os limites da comunicação comunitária e influenciou diretamente sua prática profissional como policial. A experiência de diálogo, escuta e respeito às vozes diversas, aprendida no ambiente da rádio livre, transformou-se em uma ética do cuidado dentro da corporação.

O próprio Joacy descreve essa postura:

Hoje, dentro da polícia mesmo, às vezes eu faço aquele trabalho meio que de psicólogo. Se você prende alguém, assim, aquela coisa toda, e eu vejo que a pessoa está arrependida, eu procuro conversar, né, orientar e tudo mais, e é muito bom você... O policial, ele não precisa chegar batendo, agredindo ninguém pra demonstrar que...Porque dentro da corporação tem aquela coisa: o policial é o cara, aquele que chega, troca tiro, que agride, que mete o pé na porta. Não, o bom policial não precisa fazer isso, basta você também...vai em Manaus, conversa com a comunidade, pô, você ganha o respeito de todo mundo (Entrevista com Joacy Mendes da Silva, Tefé, 19/7/2014, *apud* Figueiredo, 2015, p. 280).

O depoimento revela como o *ethos* da Rádio Xibé, marcado pela horizontalidade, pela escuta ativa e pela valorização da participação popular, repercutiu em sua atuação profissional. Em vez de reproduzir a lógica autoritária comum às instituições policiais, Joacy incorporou uma prática pautada no diálogo e no respeito, reconhecendo no ato de ouvir e no cuidado com o outro um caminho mais legítimo para conquistar confiança e autoridade social. A experiência da rádio livre não se restringiu ao campo da comunicação, mas reverberou em formas alternativas de agir no mundo, abrindo espaço para uma ética comunitária dentro de uma instituição tradicionalmente hierárquica e coercitiva.

As práticas da primeira geração da Rádio Xibé deixaram marcas profundas no modo como a comunicação comunitária se reinventou na região do Médio Solimões. Mesmo após o encerramento das transmissões regulares da rádio, entre 2010 e 2018, a experiência não se dissipou. Ela se transformou em linguagem, em gesto e em método, reaparecendo sob novas formas em iniciativas que partilham o mesmo impulso de autonomia, formação e convivência. Figueiredo (2015) observa que o aprendizado produzido na Xibé não estava limitado ao estúdio ou ao transmissor, mas se espalhava pelas práticas e pelos corpos. O rádio era, para os jovens participantes, uma escola de invenção. Cada microfone improvisado, cada oficina de locução, cada gravação feita com os poucos recursos disponíveis tornava-se um exercício de coletividade. A Xibé, nesse sentido, funcionou como um rizoma, um corpo comunicacional que continuou se expandindo mesmo após a interrupção de suas ondas.

O ato de escutar na Rádio Xibé não é uma ação passiva. A escuta é fundamento, método e gesto político. É através dela que se constroem as relações entre programadores, comunicadores, ouvintes, internautas, comunidades e memórias. A escuta sensível, como propõe Larrosa (2015), implica estar disponível ao outro, ao que é diferente, ao que escapa às codificações prévias. É uma escuta que não busca enquadrar, mas acolher. E que, ao fazer isso, permite o surgimento de vozes que antes estavam fora do campo do dizível.

Essa escuta é o que possibilita à Xibé transformar-se, a cada programa experimental ou não, em um espaço de performance e invenção de estilo. Não se trata aqui da performance entendida como espetáculo, mas como aquilo que reatualiza sentidos, que afirma presenças, que reencena modos de ser no mundo a partir de uma linguagem radiofônica própria. A performance, nesse caso, é também um modo de existir, cada comunicador, ao entrar no ar, carrega consigo suas marcas de classe, de gênero, de etnia, de território, e as traduz em voz, ritmo, vinheta, música, pausa. “Eu falo do meu jeito, com as palavras que aprendi com minha avó, com meu avô e com meu pai. Na rádio ninguém me corrige, porque aqui meu jeito é o certo.” (Claudemir Melquides, comunicador indígena, durante programa na Xibé, em 2025).

Esse “estilo Xibé” não é uniforme, mas sim múltiplo. Ele pode ser irreverente, poético, indignado, ritualístico ou técnico. Pode surgir na abertura de um programa com uma toada do Médio Solimões, no uso de gírias locais para se comunicar com os jovens do bairro Abial³⁹, ou na introdução de uma fala em Kambeba, Kokama ou Ticuna no programa indígena. É uma estética que não obedece à manuais, mas que nasce da convivência, da troca e da escuta territorializada. Nessa construção estilística, o corpo também comunica. A oralidade, central nas culturas amazônicas, se impõe como tecnologia sensível. Vozes que tremem, que cantam, que riem, que gaguejam, que se emocionam ao contar suas histórias, tudo isso é linguagem. Tudo isso é estilo. E tudo isso é produção de subjetividade.

A subjetividade, aqui, deve ser entendida como aquilo que se constitui na relação com o outro, com o tempo e com o território. Como afirma Rolnik (2006), somos atravessados por forças que não controlamos inteiramente, e é na escuta dessas forças que nos inventamos. A Xibé, enquanto prática comunicacional, favorece essa invenção ao criar condições para que novos sujeitos midiáticos, fora dos padrões profissionais tradicionais, possam emergir com seus próprios repertórios, dores, crenças

³⁹ Abial é um dos 22 bairros pertencentes a cidade de Tefé no estado de Amazonas. O bairro recebeu este nome em referência à abundância de pés de abiu que existiam antigamente na região, fruto amazônico de grande valor cultural e alimentar.

e desejos. “Eu nunca tinha escutado minha voz gravada. Quando ouvi, chorei de emoção. Não porque tava bonita, mas porque era minha. Pela primeira vez, eu me escutei.” (Adriana Ferreira, estudante e comunicadora, durante oficina de comunicação na Xibé, em 2025).

Esse gesto de se escutar e de ser escutado funda uma política da sensibilidade. Escutar, aqui, é reconhecer a existência do outro como legítima. E mais, é permitir que ele crie, com liberdade, os modos de narrar sua história, suas lutas, seus amores. A Rádio Xibé, ao fazer da escuta um princípio e da performance um território, constitui-se como uma máquina de produção de mundos. Não mundos abstratos, mas mundos situados, afetivos, possíveis.

A performance da fala, marcada por sotaques, silêncios, risos e improvisações, e o estilo Xibé de se comunicar colocam em xeque os modelos hegemônicos de “boa comunicação”. Rompem com o padrão jornalístico centralizador e ensaiado. Tensionam o modelo educacional bancário, no qual um “emissor” ensina e um “receptor” escuta. Na Xibé, todos ensinam e aprendem ao falar e ao ouvir. Cada programa é uma aula, um ritual e uma roda de conversa. Esse é o papel formativo da escuta sensível, ela registra vozes e gera vínculos, subjetividades, pertencimentos. É nesse entrelaçamento que a Rádio Xibé se torna um espaço de performance coletiva, onde cada bode espocado é também uma nova linguagem inventada (Freire, 1996).

Historicamente subestimado frente as novas mídias digitais, o rádio resiste como uma das mais poderosas ferramentas de criação coletiva na Amazônia. Sua força não reside apenas na capacidade de transmitir informação, mas na forma como ele se torna parte do cotidiano, da oralidade e da imaginação popular. O rádio, como tecnologia social, é menos um produto e mais um processo, um dispositivo que opera pela escuta, pela partilha e pela ativação da memória.

Na experiência da Rádio Xibé, isso se torna evidente. Ao longo de sua trajetória, tanto na fase FM (2006–2018) quanto agora como webrádio, a emissora se configura como um lugar de invenção coletiva. Os programas são pensados de forma colaborativa, muitas vezes construídos em rodas de conversa, oficinas ou simplesmente no improviso do estúdio. A técnica nunca vem antes do afeto, o que orienta as escolhas é a vontade de comunicar, de dar voz, de criar mundos em comum.

Esse modo de fazer comunica-se diretamente com a noção de tecnologia social, conforme discutida por autores como Dagnino (2009), Singer (2002) e, no campo da comunicação, por Fischer (2002). Trata-se de uma tecnologia que não aliena, mas emancipa; que não se impõe de cima para baixo, mas nasce da experiência viva dos

territórios. O rádio da Xibé é uma ferramenta e uma prática, um ritual, um modo de viver junto. “Quando a gente entra na rádio, não é só pra falar. É pra fazer junto. É pra aprender com o outro.” (Jukson Kambeba, comunicador indígena, durante programa na Xibé, em 2025).

Essa dimensão coletiva não é um dado, mas uma escolha política. A rádio se recusa a funcionar como uma empresa de mídia tradicional, baseada em hierarquias, cronogramas rígidos e separações entre “profissionais” e “ouvintes”. Na Xibé, todos podem participar, e isso exige outra lógica de gestão, mais porosa, mais relacional, mais orgânica. Há conflitos, imprevistos, sobreposições de vozes. Mas há também invenção, escuta e afeto.

Nesse sentido, o rádio torna-se uma máquina de pedagogia popular. Ele educa sem se escolarizar, forma sem padronizar. Nos programas com jovens, mulheres, povos indígenas ou comunicadores iniciantes, a linguagem radiofônica é reinventada a cada encontro. Não se busca “aperfeiçoar” o comunicador, mas potencializar sua voz, com suas marcas, suas histórias, suas formas próprias de dizer.

O rádio como tecnologia social também está vinculado à ideia de comunicação como bem comum. Ao contrário dos monopólios midiáticos, que tratam a comunicação como mercadoria, a Rádio Xibé opera segundo uma lógica do compartilhamento. Seus conteúdos são abertos, suas decisões são coletivas, seu funcionamento depende da cooperação. Trata-se, portanto, de uma prática de comum, como define Dardot e Laval (2017), onde a comunicação se torna um ato de responsabilidade coletiva. “Aqui a gente não pergunta ‘quem manda na rádio?’. A gente pergunta ‘quem cuida?’.” (Evelly Pantoja, comunicadora quilombola, durante programa na Xibé, em 2025).

Esse cuidado é também resistência. Em um contexto de plataformização da vida e concentração midiática, a manutenção de uma rádio comunitária, livre e amazônica é um ato insurgente. É, como afirma Krenak (2019), uma forma de “adiar o fim do mundo”, cultivando vínculos, saberes e práticas que escapam à lógica do capital e da colonialidade. Assim, a Rádio Xibé se afirma como tecnologia social porque produz mais do que conteúdos: produz vínculos, subjetividades e mundos possíveis. É esse o papel do rádio na Panamazônia, não como um meio velho que sobrevive por nostalgia, mas como uma ferramenta viva, reinventada, insurgente, onde cada transmissão é também um gesto de cuidado com o comum.

Entre os desdobramentos mais expressivos dessa primeira geração está a rádio Curubé, fundada em 2018 na comunidade Feliciano, no município de Tefé (AM), a partir do Projeto Rádio Escolar Comunitária (REC). A iniciativa, coordenada pelo

professor Joel Matias da Silva, propôs a criação de uma rádio gerida por estudantes, professores e moradores da comunidade, conectando a comunicação escolar com a vida cotidiana do território.

Silva (2024) descreve essa experiência como uma “comunicação a partir dos roçados”, expressão que sintetiza a fusão entre produção agrícola e produção simbólica. A rádio não fala sobre a comunidade de fora, fala desde dentro, a partir de quem planta, colhe e ensina. A Curubé constitui um espaço de escuta pedagógica e partilha, onde o microfone e o caderno têm a mesma função formativa. Nela, o rádio é simultaneamente instrumento de aprendizagem, meio de mobilização e território de enraizamento.

A rádio Yanekuema, criada em 2010, na aldeia Marajaí, Terra Indígena Mayoruna, no município de Alvarães (AM), representa outro desdobramento importante da Xibé. O projeto nasceu a partir de oficinas de rádio realizadas pela própria Xibé em 2008, dentro do escopo das atividades de formação promovidas junto ao povo Mayoruna. Desde então, a Yanekuema consolidou-se como uma rádio poste, sustentada por alto-falantes e baterias solares, operada por jovens indígenas que utilizam a língua materna para informar, registrar e fortalecer as narrativas do seu povo. O nome Yanekuema, que em língua Mayoruna (Matsés) significa “bom dia”, traduz o sentido cosmopolítico da comunicação livre no território indígena.

Figueiredo (2015) reconhece que experiências como essa revelam o potencial do rádio como prática de tradução intercultural, em que o som não separa mundos, mas cria pontes entre modos distintos de existência. A Yanekuema tornou-se, com o tempo, referência para outras aldeias da região que passaram a adotar o rádio como instrumento de afirmação identitária e de articulação política. Um dos casos inspirados também no desdobramento da Espoca Bodes é o da rádio Awa Uni⁴⁰, uma webrádio, criada em junho de 2025, por iniciativa de jovens e lideranças da Terra Indígena Jaquiri⁴¹, no município de Uarini (AM). A escolha do nome “Awa Uni”, que em língua Kambeba significa “povo das águas”, expressa com força a alma do projeto.

Uma experiência urbana desse movimento é A Voz da Ilha, que surgiu como desdobramento das experiências de comunicação popular e escolar que se formaram em Tefé a partir das ações de extensão universitária e das redes da Rádio Xibé. A gênese do coletivo foi analisada por Sousa (2019), em “Emancipação Intelectual e Comunicação:

⁴⁰ A rádio pode ser ouvida em: <https://terrapreta.org.br/radioawauni/>

⁴¹ A aldeia tem um espaço participativo e colaborativo na Plantaformas: <https://plantaformas.org/assemblies/jaquiri>. A Plantaformas é uma plataforma digital participativa baseada em software livre que visa construir uma sociedade mais aberta, transparente e colaborativa. Utilizando o sistema internacional Decidim, ela funciona como um espaço de articulação cidadã e de auto-organização coletiva.

as aventuras de três jovens amazonenses”, onde o autor apresenta a trajetória de Ismaely, Lucas e Márcia, moradores do bairro do Abial, que entre 2009 e 2010 protagonizaram um processo de criação radiofônica autônoma, inspirada na prática de socialização dos meios de comunicação vivenciada na Rádio Xibé.

Sousa (2019) descreve como esses jovens, após atuarem no jornal “Pescadores de Notícias” e no programa “Nas Batidas da Samaúma” (veiculado pela Xibé), decidiram construir sua própria rádio de bairro, a Voz da Ilha, transmitida de suas casas e ruas, sem autorização estatal e movida pelo desejo de falar por si mesmos. Essa experiência, segundo o autor, materializou uma forma local de emancipação intelectual, a possibilidade de falar de suas coisas e discutir suas ideias, sem repetir os interesses de outros.

A rádio Voz da Ilha configurou-se, assim, como um exercício prático de socialização dos meios, articulando princípios freireanos de dialogicidade e autonomia à tradição das rádios livres amazônicas. Para Sousa (2019), a emancipação não se deu só pelo domínio técnico do rádio, contudo pela apropriação simbólica do espectro, na medida em que os jovens transformaram o ato de transmitir em gesto de existência e pertencimento. O ar, nesse contexto, deixou de ser metáfora para tornar-se território partilhado, um espaço de invenção e convivência coletiva onde a voz se afirmava como forma de pensamento.

Mais de uma década depois, Campelo (2022) retomou essa linhagem em sua etnografia “O vício do seu final de semana: uma etnografia do programa escolar de rádio Club Five em Tefé (AM)”, destacando como as experiências formativas do rádio escolar herdaram e reinventam os sentidos inaugurados por iniciativas como a Rádio Xibé e a Voz da Ilha. O autor analisa o Club Five, criado entre 2015 e 2016 por jovens do ensino médio, como um espaço educ comunicativo onde o rádio é compreendido como ferramenta didática, e como uma verdadeira plataforma de saberes, um campo de aprendizagens intelectuais, sociais e afetivas.

Para Campelo (2022), participar de um programa de rádio é também um processo de formação e reconhecimento de si, no qual o ato de comunicar se converte em experiência de existência. O estúdio torna-se, assim, um ambiente rizomático de saberes, onde se aprende a falar, escutar, conviver e agir no mundo. Campelo (2022) observa que, embora em contextos distintos, tanto a Voz da Ilha quanto o Club Five compartilham uma pedagogia da presença e da improvisação. Em ambos os casos, comunicar significava aprender junto, entre erros, ensaios e afetos, reinventando o espaço escolar e comunitário como extensão do comum. O gesto de falar ao microfone,

de editar uma vinheta ou de organizar uma pauta, operava como prática de formação cidadã, uma forma de autoescuta coletiva, em que as juventudes amazônidas criavam outras maneiras de existir no ar e de narrar o território.

Essas experiências, interligadas à memória da Xibé, revelam a continuidade de uma rede de saberes que ultrapassa gerações. A Voz da Ilha permanece, nesse sentido, como um marco simbólico e ético, cuja força ressoa nas práticas educacionais contemporâneas. Ao lado da Awa Uni, Curubé e da Yanekuema, compõe uma constelação de rádios que traduzem o gesto inaugural da Xibé, transformar o espectro em campo de criação, aprendizado e emancipação social.

Essas quatro experiências, Curubé, Yanekuema, Voz da Ilha e Awa Uni, configuram uma rede expandida da Xibé. Elas repetem o modelo original e o atualizam em diferentes contextos, ressignificando a comunicação livre no interior da Amazônia. A Xibé, nesse sentido, opera como uma genealogia viva. Sua pedagogia da escuta se renova nas escolas, nas aldeias e nas comunidades, fazendo do rádio um mediador entre mundos. Figueiredo (2015) lembra que, no contexto amazônico, comunicar é também cuidar. O rádio é extensão da floresta, do corpo e da memória coletiva. As novas rádios que surgiram a partir da Xibé mantêm esse vínculo, não se trata de difundir mensagens, mas de sustentar relações.

Nas oficinas realizadas pelo Laboratório de Educomunicação Padre Edilberto Sena (LabEducom), onde a nova fase da Xibé se consolida como webrádio, o facilitador percebe que o legado da primeira geração ainda pulsa nas vozes jovens que se aproximam do microfone pela primeira vez. O aprendizado técnico e a formação crítica se misturam a um sentimento de pertencimento. A cada programa transmitido, reaparece o gesto inaugural de 2006, quando um grupo de estudantes decidiu ocupar o espectro com sua própria voz. As práticas educacionais atuais mantêm acesa essa chama, reativando a dimensão comunitária do som, que é, ao mesmo tempo, estética, política e afetiva.

A rede Xibé é, portanto, um sistema rizomático de experiências comunicacionais que se expandem, adaptam e resistem. Cada uma dessas rádios carrega consigo um modo de entender o território e de reinventar a técnica como corpo sensível. Elas expressam o que Figueiredo (2015) descreve como invenções de autonomia, não no sentido de isolamento tecnológico, mas como práticas de liberdade compartilhada, enraizadas na convivência e na reciprocidade entre pessoas e lugares. A rádio, nesse contexto, é menos um aparelho de transmissão e mais um espaço de invenção e aprendizado coletivo, onde se recriam linguagens e se fortalecem laços comunitários. O

som é o fio que conecta gerações, comunidades e saberes; a escuta, o princípio que as mantém vivas.

2.18 O retorno: Reativação da Xibé como webrádio e prática de pesquisa

A reativação da Rádio Xibé, agora em formato de webrádio, marca um novo ciclo no processo de invenção comunicacional iniciado há quase duas décadas. O gesto de religar cabos, testar transmissores e reorganizar o estúdio dentro da universidade pública vai além de uma atualização técnica. Ele reabre uma experiência de convivência, aprendizagem e autonomia. A escuta, que outrora atravessava antenas improvisadas e alto-falantes de poste, agora circula por servidores livres, plataformas abertas e softwares colaborativos. A transição para o digital não anula a história anterior, mas a reinscreve em outro plano de frequências, mantendo o mesmo princípio ético que sustentou a primeira geração da Xibé, comunicar como prática de mundo.

Essa reativação ecoa o que Figueiredo (2015) observa em sua etnografia da rádio livre, a comunicação popular se constitui como experiência de criação coletiva e não como reprodução de modelos. O autor mostra que o rádio, na Amazônia, é espaço de invenção social, onde a técnica e o afeto se cruzam. Nas práticas da Xibé, a montagem de cabos, o ajuste de microfones e a improvisação de transmissões são gestos que expressam uma relação viva entre corpo, som e território. É nesse sentido que a nova fase da emissora não representa uma simples modernização, mas a continuidade de uma história de resistência e partilha. O som, agora digital, continua sendo o meio pelo qual o comum se produz e se renova.

A migração da Rádio Xibé do espectro analógico para o ambiente digital não pode ser compreendida somente como decisão técnica ou inovação tecnológica isolada, mas como resultado de um conjunto de condicionantes históricos, regulatórios, econômicos e infraestruturais que estruturam o campo da radiodifusão contemporânea. No modelo analógico tradicional, a transmissão radiofônica depende da concessão estatal do espectro eletromagnético, da disponibilidade de transmissores físicos e de recursos financeiros para manutenção técnica da operação, fatores que historicamente limitaram a atuação de rádios livres e comunitárias em diversos contextos nacionais (Lima; Lopes, 2011).

Nesse cenário, o ambiente digital surge como alternativa tecnicamente viável para a continuidade de práticas de comunicação autônoma, permitindo a transmissão sonora por meio de servidores de hospedagem e redes de dados, sem a necessidade de concessão formal de frequência radiofônica. Tal mudança representa uma

reconfiguração significativa das condições de acesso aos meios de produção comunicacional, ampliando o alcance das transmissões e possibilitando a circulação de conteúdos para além das limitações geográficas impostas pelo sinal FM. Essa transformação pode ser compreendida a partir das análises de Castells (2009) sobre a sociedade em rede, na qual a comunicação passa a operar em fluxos informacionais que transcendem as delimitações territoriais tradicionais, reconfigurando as formas de acesso e circulação da informação.

Entretanto, essa transição não implica necessariamente aumento absoluto da autonomia comunicacional. Ao deslocar a transmissão do transmissor local para infraestruturas digitais baseadas em conectividade global, as iniciativas de comunicação comunitária passam a depender de provedores de internet, serviços de hospedagem e plataformas tecnológicas frequentemente controladas por grandes corporações transnacionais. Como argumentam Couldry e Mejias (2019), a expansão das redes digitais introduz novas formas de dependência infraestrutural e novas assimetrias de poder informacional, nas quais a circulação dos conteúdos passa a ser mediada por sistemas algorítmicos e por lógicas econômicas baseadas na extração de dados.

Nesse sentido, a passagem da Rádio Xibé para o ambiente digital deve ser interpretada como processo ambivalente: ao mesmo tempo em que amplia o alcance comunicacional e as possibilidades de interação com públicos distribuídos territorialmente, introduz novos regimes de dependência técnica e novos desafios para a soberania comunicacional das iniciativas de mídia popular. A reinvenção digital da emissora não constitui simples substituição de suporte tecnológico; mas sim uma reconfiguração sociotécnica das condições de produção, circulação e disputa comunicacional no ecossistema midiático contemporâneo.

A digitalização da Xibé é pensada como experiência educomunicativa. O estúdio se tornou laboratório de formação, espaço de escuta e de experimentação técnica. Cada programa é um exercício de autoria coletiva, cada oficina, um campo de pesquisa e de aprendizado. A transição para o formato web permitiu que estudantes, professores e comunicadores revisitassem o sentido público do rádio e reconstruíssem a sua função social. A escuta, antes mediada pelas antenas locais, hoje se estende em rede, alcançando aldeias, escolas, comunidades ribeirinhas e cidades vizinhas. O som que antes percorria o ar agora atravessa cabos de fibra e fluxos de dados, mas carrega o mesmo desejo de encontro.

Politicamente, essa transformação desloca a Rádio Xibé de uma experiência localizada de radiodifusão para um dispositivo sociotécnico de articulação em rede,

ampliando sua capacidade de circulação de narrativas amazônicas e fortalecendo processos de participação coletiva na produção comunicacional. A digitalização modifica, assim, as condições de agência da emissora: se, no modelo analógico, a atuação estava restrita ao alcance físico do transmissor e às dinâmicas locais de recepção, no ambiente digital a rádio passa a operar como plataforma de conexão entre territórios, coletivos e experiências diversas, constituindo-se como infraestrutura comunitária de comunicação.

Essa mudança implica a expansão técnica do alcance e a reconfiguração política do fazer comunicacional, uma vez que a produção de conteúdos passa a integrar redes colaborativas de formação, pesquisa e mobilização social, permitindo que diferentes sujeitos participem ativamente da construção das agendas, das pautas e das narrativas veiculadas. Nesse sentido, a Xibé deixa de ser unicamente emissora local e se afirma como espaço tecnopolítico de experimentação comunicacional, no qual comunicação, educação e território se articulam na produção de autonomias comunicacionais e na ampliação das vozes historicamente marginalizadas no ecossistema midiático.

Em torno da Xibé, outras experiências surgiram como ramificações de uma mesma energia criadora. Um dos casos mais recentes é o da Rádio Awa Uni, uma webrádio fundada em junho de 2025 por jovens e lideranças da Terra Indígena Jaquiri, no município de Uarini (AM). A escolha do nome, Awa Uni, que em língua Kambeba significa “povo das águas”, expressa a alma do projeto. Assim como a Xibé, a Awa Uni nasce do desejo de comunicar a partir do território e para o território, utilizando tecnologias livres e metodologias participativas. Suas transmissões misturam narrativas tradicionais, músicas em língua Kambeba, debates comunitários e relatos de experiências sobre educação e sustentabilidade. Trata-se de um gesto que atualiza o sentido de comunicação como prática de pertencimento.

A presença da Awa Uni no espectro digital amplia a constelação comunicacional iniciada pela Xibé e reafirma o que Figueiredo (2015) denomina como movimentos de autonomia comunicacional, processos em que os grupos constroem seus próprios modos de comunicar sem submeter-se às lógicas colonizadoras da mídia. A reativação da Xibé não é evento isolado, é um ponto de um rizoma que se expande entre aldeias, universidades e cidades. O espectro digital torna-se um campo de encontros, onde o som, mais uma vez, serve como fio condutor entre mundos.

A reinvenção da Xibé aconteceu como um gesto de escuta. O estúdio, antes silenciado por anos, foi sendo reconstruído com pedaços de cabos, microfones reaproveitados e computadores antigos. Cada fio reconectado trazia à tona memórias de

uma época em que o rádio livre pulsava dentro e fora da universidade. O facilitador, ao ligar os equipamentos digitais, compreende que o ato técnico é também um ato de recomposição simbólica. O som volta a atravessar o ar, e o ar volta a ser território. A transmissão não é um evento isolado, mas o renascimento de uma trama. O espectro digital torna-se espaço de convivência e de disputa, um campo onde a palavra recupera o corpo e o corpo reencontra o direito de falar.

Figueiredo (2015) mostra que as experiências da primeira geração da Xibé sempre se deram nesse limiar entre invenção e precariedade. O autor descreve a comunicação livre como prática situada, nascida do improviso, da criativa, invenção e da partilha. A rádio, ao reemergir no ambiente digital, atualiza esse mesmo princípio. A instabilidade do sinal, a oscilação da internet, o improviso dos softwares livres e a aprendizagem coletiva formam um ecossistema pedagógico. A técnica não é só meio, é ambiente vivo de experimentação. O facilitador aprende junto com os estudantes, com os técnicos e com as comunidades que se aproximam para redescobrir a rádio. Cada oficina é um exercício de reinvenção, ajustar o microfone, configurar o servidor, modular o som do espaço para o ar.

As oficinas realizadas no Laboratório de Educomunicação Padre Edilberto Sena se tornaram o coração motivador da reativação. Nelas, os participantes aprendem a narrar, editar e transmitir sem depender de plataformas privadas. A escolha do software livre é uma decisão política e pedagógica. Stallman (2002), argumenta que a liberdade do código é também liberdade de pensamento. E Silveira (2010) acrescenta que o uso de tecnologias abertas constitui forma de soberania comunicacional, um modo de preservar a autonomia das comunidades diante da lógica das grandes corporações digitais. Na Xibé, essa escolha não é discurso, é prática. Cada transmissão feita a partir de servidores comunitários é uma forma de afirmar que o território amazônico pode existir no digital sem se submeter às estruturas de controle.

A primeira geração deixou um legado de autonomia e experimentação que hoje se traduz nas redes digitais. Ao retomar o espectro, a Xibé se reconhece como parte de uma rede maior de experiências amazônicas que transformaram o rádio em ferramenta de existência política. É nesse contexto que emergem as conexões com rádios como a Curubé, Voz da Ilha, Yanekuema e, mais recentemente, a Awa Uni, que nasce em 2025 na Terra Indígena Jaquiri, em Uarini (AM).

A Awa Uni surge da vontade de jovens e lideranças Kambeba de criar um meio próprio de comunicação. A rádio, aguardada há mais de 20 anos, flui com o ritmo do território, com as vozes que vêm das canoas, das assembleias e das casas de farinha.

Sua criação foi inspirada por encontros realizados entre comunicadores indígenas e educadores da Xibé. Nessas trocas, percebe-se que a comunicação livre continua atravessando gerações, expandindo-se como um rizoma que se alimenta das margens. A Awa Uni opera com base em softwares livres e em um servidor comunitário hospedado fora dos grandes centros. Cada transmissão ecoa a ideia de que o direito à comunicação é também o direito de existir no ar.



Figura 3 Radio Xibé presente durante oficina de Educomunicação e Cidadania Digital, na Terra Indígena Jaquiri, povo Kambeba, no município de Uarini, em 15 de março de 2025. Fonte: Claudemir Melquides, 2025.

A presença dessas rádios irmãs revela uma pedagogia que não se ensina somente por conteúdos, mas por convivência. Figueiredo (2015) observa que o saber comunicacional emerge do encontro e da experiência, e não da instrução vertical. Gama (2021) retoma essa percepção ao propor que a técnica, na Amazônia, é uma prática de convivência, uma forma de vida que traduz saberes locais em gestos de criação. Na reativação da Xibé, essa convivência se manifesta em cada decisão tomada coletivamente, desde a escolha dos temas dos programas até a forma de organizar o estúdio. O rádio deixa de ser objeto e volta a ser ambiente, um espaço onde o comum é produzido pela escuta.

A dimensão metodológica dessa experiência é inseparável de sua dimensão política. Reativar a Xibé é também reativar uma rede de afetos e compromissos. O facilitador, ao acompanhar esse processo, percebe que o campo não se limita à observação etnográfica, mas se estende à coautoria. A escuta se torna ferramenta e ética. Cada gravação é um registro de presença e de tempo, um modo de documentar o

cotidiano sem capturá-lo. Essa metodologia da convivência reflete o que Ingold (2012) descreve como aprender com o mundo, e não sobre o mundo. O conhecimento, nesse caso, é tecido enquanto se caminha, enquanto se grava, enquanto se ouve.

O processo de retorno digital da Xibé busca reproduzir o passado e dar continuidade à sua lógica de invenção. O estúdio, agora híbrido entre físico e virtual, abriga tanto as vozes da universidade quanto as das comunidades. O espectro digital, longe de ser uma abstração técnica, torna-se campo de disputa simbólica e pedagógica. Ao transmitir, a rádio devolve à universidade a possibilidade de se comunicar como corpo coletivo, e à comunidade, o direito de se ouvir. O som, novamente, é território. A escuta, novamente, é método.

2.19 As práticas educomunicativas e a construção de uma metodologia viva



Figura 4 Turmas do 6º e 7º anos do ensino fundamental da escola GM3, após programação na Xibé. Fonte: Arquivo pessoal.

A volta da Xibé não foi só um retorno técnico. Ela instaurou um modo de aprender e ensinar que se move entre a escuta, a experimentação e a convivência. As oficinas, realizadas no Laboratório de Educomunicação Padre Edilberto Sena, tornaram-se o núcleo desse processo. Ali, a pedagogia não segue um roteiro fixo. Cada encontro começa com a escuta do ambiente, com o reconhecimento das vozes presentes e com o gesto de organizar o espaço coletivo. O estúdio, ao ser montado, transforma-se em sala de aula, ateliê e ponto de encontro. O rádio, por sua vez, é o mediador do aprendizado.

Kaplún (2002) propõe que a comunicação popular deve partir do diálogo, da escuta e da produção compartilhada do sentido. Essa pedagogia dialógica é o que orienta a prática educ comunicativa da Xibé. O facilitador, longe de ser um transmissor de conteúdos, atua como presença que escuta, provoca e acompanha. A formação acontece em espiral, no ritmo dos próprios envolvidos. Em uma oficina de gravação, por exemplo, o aprendizado técnico é atravessado pela conversa, pela memória e pela narrativa. Cada participante compartilha uma história, uma canção, uma preocupação cotidiana. Essas vozes se misturam no som, e o som se transforma em documento coletivo. É nesse entrelaçamento que o conhecimento se produz.

Freire (1996) dizia que ensinar exige escutar. Na Xibé, essa escuta é o princípio organizador das práticas formativas. O microfone aberto é convite para que cada sujeito nomeie o mundo à sua maneira. O rádio, nesse sentido, é o espaço onde a palavra ganha corpo. A fala não é instrumento de controle, mas forma de criação. Quando um estudante da UEA entrevista um agricultor, quando uma professora conversa com uma liderança indígena, quando um técnico grava o som do motor do barco para usar como vinheta, todos esses gestos fazem parte de uma metodologia viva, porque se constroem na prática e se ajustam ao contexto. A educação comunicativa, aqui, não é teoria aplicada, é experiência que se refaz no fazer.

A cada oficina, o facilitador percebe que ensinar é também aprender. As dúvidas técnicas se transformam em oportunidades de invenção. Um erro de gravação se converte em motivo de riso e aprendizado coletivo. O que interessa não é a perfeição do produto final, mas o processo de criação compartilhada. Figueiredo (2015) observa que, na primeira geração da Xibé, o rádio era um espaço de convivência, onde o saber se construía na prática e no improviso. Essa pedagogia da presença continua ativa na webrádio, agora mediada por outras ferramentas, mas sustentada pelo mesmo princípio: o conhecimento como relação.

As práticas educ comunicativas da Xibé incorporam também a dimensão do cuidado. O tempo do outro é respeitado, o erro é parte do percurso e o silêncio tem lugar. Freire (1980) chamaria isso de ética da escuta. O conhecimento nasce da confiança mútua, da palavra dita com afeto e da escuta que acolhe. Esse ambiente relacional é o que faz da Xibé uma escola sem paredes. Nela, aprender é um ato de comunidade. A cada transmissão, a cada programa, a cada encontro, a metodologia se reinventa. Não há manuais, há gestos. Não há fórmulas, há relações.

Essa metodologia viva é também uma forma de resistência. Num contexto em que as tecnologias de comunicação são, em grande parte, controladas por grandes

corporações, o uso de softwares livres e plataformas autônomas torna-se ato político. Stallman (2002) defende que a liberdade de software é condição para a liberdade do conhecimento. Na Xibé, essa escolha se traduz na prática. Ao optar por ferramentas abertas, o grupo cria seus próprios caminhos de aprendizado e compartilha com outras rádios da rede amazônica. Cada linha de código, cada servidor configurado, cada tutorial adaptado é uma forma de autonomia em ato. A técnica, mais uma vez, é corpo e linguagem.

O processo educ comunicativo da Xibé encontra eco no pensamento de Martín-Barbero (2009), quando o autor afirma que comunicar é também educar, e educar é traduzir experiências em sentido comum. O rádio livre, em sua versão digital, funciona como lugar de tradução. As vozes que falam a partir da Amazônia convertem suas histórias em ondas que atravessam fronteiras, mas sem perder o sotaque do território. Essa tradução não apaga as diferenças, as amplifica. O aprendizado coletivo que emerge desse processo é uma pedagogia da presença, uma educação sensível ao tempo, à voz e à paisagem.

As práticas educ comunicativas da Xibé revelam que a aprendizagem é um processo distribuído, tecido entre diferentes temporalidades, corpos e tecnologias. Lévy (1999) chama essa dinâmica de inteligência coletiva, conceito que descreve o conhecimento como construção em rede, movida pela cooperação e pela troca simbólica. Essa ideia se materializa no modo como os grupos da Xibé trabalham, ninguém detém o saber completo, ele se move entre os participantes, atravessa o som e o gesto, circula pelos cabos e pelos silêncios. O que emerge é uma ecologia cognitiva, onde o pensar e o fazer se confundem. Cada oficina é um pequeno laboratório dessa inteligência partilhada, onde a técnica se aprende pela experiência e a convivência se torna o verdadeiro currículo.

Essa forma de aprender, como nota Gama (2021), propõe um deslocamento importante. O autor argumenta que pensar a tecnologia a partir da Amazônia significa compreendê-la como extensão da vida social, e não como estrutura alheia a ela. As tecnopolíticas amazônicas se desenham na improvisação, nas soluções criadas com poucos recursos, nas formas comunitárias de lidar com a técnica. Nas oficinas da Xibé, essa compreensão se concretiza quando uma extensão elétrica é consertada com fita isolante emprestada da escola, quando uma antena é erguida com bambu e arame, ou quando um estudante descobre que pode editar o som no celular da mãe com um aplicativo livre. A tecnologia, assim, deixa de ser um meio distante e passa a ser matéria viva, um campo de invenção.

A educomunicação, nesse contexto, não está resumida à transmissão de habilidades técnicas. Ela envolve a formação de sujeitos críticos e sensíveis, capazes de compreender o território como parte do processo comunicativo. Amorim (2012) chama essa postura de escuta ética, um modo de conhecer que se faz junto com o outro. Na Xibé, a escuta se converte em método pedagógico e político. Antes de gravar, os participantes conversam sobre o tema; antes de publicar, escutam o que foi produzido e discutem como o som representa o que viveram. O microfone é o mediador dessa escuta partilhada, o elo entre o corpo e a coletividade.



Figura 5 Estúdio da Rádio Xibé dentro do LabEducom Edilberto Sena. Fonte: Arquivo pessoal.

As oficinas realizadas com estudantes, professores e comunicadores populares no Laboratório Padre Edilberto Sena, na unidade acadêmica da UEA em Tefé, demonstram que o rádio é também um espaço de pesquisa e reflexão. Figueiredo (2015) identifica, na primeira geração da Xibé, a presença de uma pedagogia da convivência que emerge do ato de produzir junto. Essa pedagogia se prolonga na reativação digital da rádio. O facilitador, ao conduzir uma oficina, não se coloca como detentor do saber, mas como parte do processo. A prática da escuta torna-se método de investigação, a técnica é o lugar onde se produz o conhecimento, e a rádio é o território onde tudo isso se inscreve.

Essa metodologia viva tem efeitos que ultrapassam a formação técnica. Ela produz vínculos afetivos e reconfigura o modo de habitar o espaço. Nas oficinas de produção sonora, por exemplo, é comum que os participantes tragam elementos da vida cotidiana, o som do rio, o canto das araras, as falas em língua indígena, o eco das festas. Cada gravação é também uma cartografia sensorial do território. O aprendizado não está unicamente na fala, mas na escuta atenta desses sinais, na compreensão de que

comunicar é um gesto que envolve responsabilidade com o ambiente e com as pessoas. Como observa Santos (2010), conhecer é sempre um ato situado, enraizado em contextos e corpos específicos. A pedagogia da Xibé encarna essa visão, o saber nasce do chão e retorna a ele em forma de som.

O software livre, adotado como princípio técnico e ético, também é parte dessa pedagogia. Inspirados em Stallman (2002), os integrantes da Xibé reconhecem na liberdade do código a mesma lógica da liberdade de expressão. Configurar o servidor de streaming, aprender comandos básicos de edição, compartilhar *scripts* e tutoriais são ações que, mais do que técnicas, afirmam um projeto de autonomia. A formação digital se transforma em exercício de cidadania tecnológica, e o conhecimento se converte em bem comum. Cada aprendiz que descobre como publicar um *podcast*, transmitir um programa ou editar uma vinheta passa a ser também um multiplicador, ampliando a rede de saberes.

Essas práticas mostram que a Xibé é um espaço pedagógico em constante transformação. O som é o fio que costura as relações, o território é o livro, e o estúdio é o lugar onde teoria e prática se misturam. A rádio, como sugere Martín-Barbero (2009), é mediação, e mediar é sempre um ato político. Ao criar condições para que novas vozes ocupem o espectro digital, a Xibé sustenta a comunicação como campo de disputa e como prática de emancipação. A educomunicação, nesse horizonte, é modo de vida.

A cada transmissão, a cada encontro, esse modo de vida se expande. A rádio Awa Uni, por exemplo, inspirada nos processos da Xibé, nasce em 2025, na Terra Indígena Jaquiri, no município de Uarini. Jovens e lideranças Kambeba criaram a emissora como ferramenta de fortalecimento cultural e linguístico. Essa experiência, ao lado das rádios Curubé, Voz da Ilha e Yanekuema, confirma que a educomunicação amazônica é pedagógica e também cosmopolítica, um modo de tecer mundos.

O aprendizado na Xibé, assim como nas rádios que dela derivam, não se encerra em oficinas ou cronogramas. Ele continua em cada gesto cotidiano de escuta, em cada tentativa de melhorar um áudio, em cada conversa entre vozes que se reconhecem como parte de uma mesma trama. O rádio, nesse sentido, é o laboratório de um futuro comum.

2.20 O espectro como campo de disputa simbólica e política

O espectro, entendido como espaço de passagem das ondas eletromagnéticas, é também um território em disputa. Nele circulam vozes, saberes e poderes. Desde a

criação da primeira Rádio Xibé, o ato de transmitir sempre foi acompanhado de uma tensão, quem pode falar, o que pode ser dito e quem tem o direito de ocupar o ar. Essa tensão não desapareceu com a migração para o digital. O servidor substituiu o transmissor, o link de streaming tomou o lugar da antena, mas o conflito permanece. O direito de existir no espectro continua sendo uma luta.

Figueiredo (2015) demonstra que a comunicação livre nasce desse confronto. A experiência da Xibé e de outras rádios livres na Amazônia não é um gesto de resistência isolado, mas parte de uma história de reivindicações por autonomia comunicacional. Ele mostra que o espectro é mais que infraestrutura técnica; é um campo político, habitado por sujeitos que inventam modos de estar no mundo. A cada vez que uma rádio improvisa uma antena, ajusta um transmissor artesanal ou cria uma rede comunitária, o que está em jogo é a reconfiguração simbólica desse território. A técnica se converte em linguagem política.

Essa visão dialoga com o que Mbembe (2018) identifica como a disputa contemporânea pelo “direito à respiração”. O controle das infraestruturas de comunicação é também controle sobre o que circula, sobre o que pode ser ouvido. No caso amazônico, esse controle se manifesta na concentração de concessões radiofônicas e na dependência tecnológica de servidores externos, que condicionam o acesso e a visibilidade das vozes locais. A soberania digital não é um conceito abstrato, mas uma necessidade vital. Estar no ar, nesse contexto, é um modo de continuar respirando.

A reativação da Xibé como webrádio reabre esse debate dentro do campo da educomunicação. Ao adotar software livre e servidores autônomos, o grupo assume uma postura ética e política diante do espectro. Stallman (2002) lembra que a liberdade tecnológica é inseparável da liberdade de expressão. A escolha por sistemas livres é também um posicionamento diante do monopólio das grandes plataformas. O código aberto se torna extensão do pensamento crítico, uma pedagogia da liberdade que conecta o gesto técnico à consciência social.

Santos (2010) contribui para esse entendimento ao afirmar que o conhecimento emancipador deve surgir das “epistemologias do Sul”, saberes que se constroem nas margens, em confronto com o pensamento hegemônico. O espectro digital da Amazônia é um desses lugares de invenção epistemológica. Ali, as práticas comunicacionais não se reduzem a fluxos de informação, mas produzem modos de viver. As rádios livres e comunitárias formam um campo de insurgência simbólica, onde a escuta coletiva desafia a lógica da mercantilização da comunicação.

No espectro, o som é política. Cada voz que ocupa o ar redistribui o sensível, no sentido dado por Rancière (2005), rompe a divisão do que pode ser percebido e reconhecido como legítimo. Ao transmitir um programa sobre cultura indígena, uma entrevista com lideranças locais ou um relato de feirantes sobre as dificuldades do dia, a Xibé altera o mapa simbólico da cidade. O que antes estava fora do alcance torna-se audível, e o que era invisível passa a ter forma sonora. O espectro deixa de ser domínio do Estado ou do mercado e se transforma em território comum.

Martín-Barbero (2009) já alertava que a comunicação na América Latina não pode ser pensada fora das mediações sociais. As rádios livres amazônicas exemplificam essa tese, nelas, o rádio é mediação entre culturas, entre tempos e entre modos de existência. O que se escuta na Xibé não é só o som de uma comunidade, é o cruzamento de múltiplas narrativas, indígenas, ribeirinhas, quilombolas, urbanas, universitárias, que coexistem e se contaminam mutuamente. O espectro torna-se, assim, o espaço onde as fronteiras do saber são negociadas.

As práticas educomunicativas da Xibé e de suas redes (Curubé, Yanekuema, Voz da Ilha, Awa Uni) traduzem essa disputa de forma concreta. Em cada uma delas, o direito à comunicação é reinventado na prática. A luta pela frequência não é mais pela faixa de rádio analógica, mas pela manutenção de servidores, pela criação de conteúdos independentes, pela garantia de acesso às ferramentas digitais. Gama (2021) observa que, na Amazônia, a infraestrutura é sempre um ato coletivo. Ligar um roteador ou montar um estúdio é tão político quanto falar ao microfone. Cada fio conectado é também um gesto de resistência à invisibilidade tecnológica.

O espectro, nesse sentido, é um campo neutro e uma arena onde se decide quem pode existir publicamente. A Xibé, ao habitar essa arena, inscreve a Amazônia dentro do mapa global das redes. Sua presença digital, hospedada em servidores autônomos, mantidos por um pequeno grupo de colaboradores, é uma afirmação de soberania comunicacional. O espectro digital é um território em permanente disputa, e nele, cada transmissão é um ato de retomada.

As disputas em torno do espectro, descritas por Figueiredo (2015) em sua etnografia sobre a primeira geração da Xibé, continuam atravessando o presente, agora mediadas por cabos, servidores e interfaces. Ele relata que, ainda em 2006, o simples ato de erguer uma antena improvisada no dentro da universidade exigia explicações, autorizações e justificativas. O controle das ondas era, e ainda é, um controle da palavra. Cada transmissão se tornava um enfrentamento com a burocracia do Estado e com o medo das instituições de perder o monopólio da fala. Essa condição persiste,

apenas deslocada para o campo digital, onde as barreiras são outras, mais sutis, mas igualmente eficazes.

A burocracia que antes se expressava na fiscalização das rádios livres reaparece hoje nas limitações técnicas e administrativas impostas às iniciativas comunitárias. A instalação de uma webrádio exige conexão estável, pagamento de hospedagem, licenciamento de softwares, registro de domínio e manutenção constante. Cada um desses elementos implica dependência econômica e tecnológica. Figueiredo (2015) narra episódios em que a Xibé precisou interromper transmissões por falta de energia elétrica ou porque um equipamento artesanal havia queimado. A fragilidade das condições materiais, longe de ser obstáculo, tornou-se motor de invenção. O improviso converteu-se em linguagem e a precariedade em força política.

Essas dificuldades ecoam nas novas gerações de comunicadores. A Curubé, em Feliciano, à margem direito do lago do distrito de Caiambé, montou seu transmissor a partir de peças reaproveitadas, doadas pela Igreja Católica. Para operar ao vivo, conta com energia elétrica raramente gerada pelo programa federal Luz para Todos. Segundo Silva (2022), na prática, quase não há energia elétrica, em uma manobra política, quando chegou os cabos de energia elétrica, vindo da cidade de Tefé, foi solicitado pela prefeitura de Tefé, a doação do gerador de energia da comunidade Feliciano, para ser enviado a outra comunidade. Assim, a comunidade ficou sem um gerador de emergência, algo que faz muita falta atualmente, pois o serviço prestado pela empresa de energia elétrica ineficiente, situação comum em zona rurais do Amazonas.

A Yanekuema, no Marajá, à margem esquerda do rio Solimões, depende do funcionamento de uma única antena *Starlink* que compartilha o sinal entre a escola e o estúdio. A Voz da Ilha, em Tefé, sobrevive de doações de cabos e microfones, enquanto a Awa Uni, criada em 2025, na Terra Indígena Jaquiri, à margem direita do rio Solimões, usa conexão *Starlink* intermitente para transmitir seus programas, pois é compartilhada com toda a 33 pessoas, das 13 famílias da aldeia. Cada uma dessas rádios, à sua maneira, enfrenta as mesmas barreiras que Figueiredo (2015) documentou na Xibé original, revelando a persistência de condição experimental da autonomia.

O que muda é o modo de enfrentamento. Se antes era preciso driblar a vigilância das autoridades para entrar no ar, hoje é necessário contornar as plataformas comerciais que impõem algoritmos, restrições e políticas de monetização incompatíveis com o espírito da comunicação livre. Gama (2021) observa que, na Amazônia, a técnica nunca é neutra, ela se enraíza em modos de vida, e quando apropriada por grupos locais, adquire sentido político. Assim, cada antena improvisada ou servidor configurado a

partir de software livre torna-se um gesto de soberania digital. As tecnopolíticas amazônicas não nascem em laboratórios, mas no esforço coletivo de fazer funcionar o que se tem.

As políticas públicas de comunicação no Brasil têm sido historicamente estruturadas a partir de um modelo concentrado de concessões, no qual o acesso ao espectro radiofônico e televisivo foi condicionado por relações entre Estado, grupos econômicos e instituições religiosas, configurando um campo marcado por assimetrias estruturais e disputas desiguais pelo direito à comunicação. Esse modelo, consolidado ao longo do século XX, produziu um sistema midiático fortemente centralizado, no qual a distribuição de frequências e licenças não se deu de forma equitativa entre diferentes atores sociais.

A regulamentação das rádios comunitárias no Brasil, instituída pela Lei nº 9.612/1998, representou um marco no reconhecimento jurídico dessas iniciativas, ao estabelecer parâmetros legais para sua operação. No entanto, esse processo de institucionalização não eliminou as assimetrias históricas no campo da comunicação, tampouco garantiu condições equitativas de funcionamento em relação aos meios comerciais.

As limitações impostas pela legislação, como a restrição de potência, o alcance territorial reduzido e as severas limitações quanto ao financiamento, configuram um modelo de regulação que, ao mesmo tempo em que reconhece, também controla e restringe a atuação dessas emissoras. Além disso, ao longo das últimas décadas, diversas experiências de rádios comunitárias e livres foram alvo de ações de fiscalização, apreensão de equipamentos e processos de criminalização, especialmente quando operavam fora dos marcos legais ou tensionavam estruturas de poder locais.

Esse cenário evidencia uma contradição fundamental: embora reconhecidas formalmente, as rádios comunitárias continuam inseridas em um regime de desigualdade estrutural, no qual o direito à comunicação é condicionado por dispositivos técnicos, jurídicos e políticos que limitam sua plena realização. Como aponta Figueiredo (2015), muitas dessas experiências operam em uma zona de tolerância ambígua, sendo simultaneamente conhecidas e marginalizadas pelas instâncias reguladoras.

No contexto amazônico, essa assimetria assume contornos ainda mais complexos. Para Figueiredo (2015), muitas experiências de rádios livres e comunitárias operaram historicamente em um regime de tolerância ambígua, no qual sua existência era, ao mesmo tempo, conhecida pelas autoridades e mantida à margem dos

dispositivos formais de regulação. Essa condição evidencia a presença de um paradoxo regulatório: iniciativas que exercem função social relevante permanecem em uma zona de informalidade controlada, sendo legitimadas ou restringidas conforme as dinâmicas de poder locais.

Esse padrão de desigualdade não se limita ao campo da radiodifusão analógica, mas se reconfigura no ambiente digital, assumindo novas formas de mediação e controle. No modelo analógico, as assimetrias estavam diretamente relacionadas ao acesso ao espectro radiofônico e aos regimes de concessão estatal; já no ambiente digital, essas desigualdades passam a operar por meio das infraestruturas tecnológicas que sustentam a circulação da informação, como servidores, plataformas de hospedagem, redes sociais e mecanismos de indexação⁴².

Nesses sistemas, a visibilidade e o alcance dos conteúdos não dependem apenas da produção comunicacional em si, mas são condicionados por algoritmos, políticas de plataforma e critérios opacos de priorização, que definem quais conteúdos circulam com maior intensidade e quais permanecem à margem. Dessa forma, embora haja uma ampliação das possibilidades de acesso e publicação, persistem estruturas concentradas de controle, agora deslocadas do domínio das concessões estatais para o controle das infraestruturas digitais, configurando um novo regime de desigualdade comunicacional.

Assim, o que se observa é a permanência, ainda que sob novas formas, de estruturas assimétricas de poder no campo comunicacional. O discurso da inclusão digital convive com mecanismos de controle distribuído, nos quais a visibilidade, o alcance e a circulação da informação são regulados por infraestruturas que escapam ao controle direto dos sujeitos e coletivos que produzem conteúdo. Nesse contexto, a experiência da Rádio Xibé pode ser interpretada como uma prática que tensiona simultaneamente esses dois regimes, o analógico e o digital, evidenciando continuidades e deslocamentos nas formas de disputa pelo direito à comunicação. Ao operar no espectro digital, a rádio amplia suas possibilidades de circulação e também se insere em um campo de novas dependências e negociações, no qual autonomia comunicacional e mediação tecnológica coexistem em permanente tensão.

Em conversas registradas por Figueiredo, antigos participantes da Xibé relatavam que a rádio existia enquanto o som podia correr. Esse contexto, aparentemente simples, sintetiza a filosofia da comunicação livre, existir é circular. A

⁴²Mecanismos de indexação são sistemas ou processos responsáveis por organizar informações de forma que elas possam ser localizadas e recuperadas rapidamente. Imagine um índice no final de um livro ou o catálogo de uma biblioteca: a indexação cria um "atalho" entre o termo de busca e o conteúdo real.

limitação de recursos, o risco de ser fechado, a precariedade dos equipamentos, tudo isso fazia parte do cotidiano de invenção. Hoje, quando a Xibé reexiste como webrádio, essa filosofia reaparece em outro plano. A conexão intermitente, o servidor comunitário, o software livre e o apoio voluntário de estudantes e técnicos são as novas formas de manter o som correndo. A luta é a mesma, apenas mudou de frequência.

As rádios Curubé, Yanekuema, Voz da Ilha e Awa Uni materializam a expansão dessa luta. Cada uma delas traduz o espectro em território político. Campelo (2022), ao analisar a experiência do programa *Club Five*, descreve a etnografia da escuta juvenil como espaço de formação política e afetiva. Sousa (2019) mostra que, em experiências semelhantes, o gesto de comunicar torna-se um processo de emancipação intelectual. Awa Uni⁴³, por sua vez, representa o movimento mais recente de retomada indígena do espectro, com jovens Kambebas produzindo programas em português e em sua língua materna, afirmando presença cultural no ambiente digital.

Além de desdobramentos da Xibé, essas iniciativas são capítulos de uma história mais ampla da comunicação popular amazônica. Em todas elas, o espectro é campo de negociação e invenção. As ondas, os cabos e as frequências são suportes materiais de uma disputa mais profunda e o direito de narrar-se. A comunicação, aqui, deixa de ser mero instrumento e se torna modo de existir. No interior das florestas, nas margens dos rios e nas universidades do interior, cada voz que se propaga no ar fortalece o princípio ético que sustenta toda esta dissertação, a escuta como fundamento da vida comum.

2.21 Considerações finais do Capítulo II

O percurso traçado até aqui revela que o espectro amazônico nunca foi apenas uma dimensão técnica da comunicação. Ele é um território político e epistemológico, atravessado por histórias de invenção, silenciamento e resistência. Figueiredo (2015) demonstra que a Rádio Xibé não surgiu de uma política pública, mas de uma política da vida, tecida nas brechas do possível. A rádio não nasceu para cumprir uma função institucional, mas para produzir presença. Estar no ar era existir. Essa prática, ainda hoje, sustenta as experiências que dela derivam e explica o impulso de reativá-la em formato digital.

A reconfiguração da Xibé como webrádio retoma essa genealogia de invenções, mas o faz em outro campo de forças. Se a primeira geração enfrentava as tensões entre o legal e o ilegal, o formal e o improvisado, a nova geração precisa lidar com as

⁴³Apenas a Rádio Awa Uni possuía site próprio até o fechamento deste texto. A programação está disponível no link: <https://terrapreta.org.br/radioawauni/>.

fronteiras invisíveis do digital: algoritmos, dependência de plataformas, vigilância de dados e precarização da infraestrutura. As margens permanecem, mas se deslocaram. O que antes era o quintal, ou rua onde se erguia uma antena, hoje é o servidor instável, o sinal que cai, o domínio que expira. A luta continua sendo pela permanência no ar, pela continuidade da escuta.

Essas transformações indicam que a comunicação livre na Amazônia se tornou um campo de experimentação epistemológica. O espectro digital, ao ser ocupado por rádios como a Xibé, Curubé, Yanekuema, Voz da Ilha e Awa Uni, torna-se espaço de enunciação de saberes situados, enraizados em territórios específicos e em modos próprios de pensar a técnica. Gama (2021) afirma que, na Amazônia, a tecnologia é sempre atravessada pela convivência. O ato de configurar um servidor ou editar um programa é também um ato de reciprocidade, sustentado por redes de apoio e afeto. Essa dimensão relacional redefine o próprio sentido de autonomia, não é isolamento, mas interdependência.

O processo de digitalização da Xibé não é uma simples transposição de suporte, mas uma reconfiguração política e sensível do fazer comunicacional. A transição do transmissor para o servidor, do *dial* para o *link*, reflete uma mudança de linguagem e de tempo. O som, que antes se espalhava pelo ar, agora circula em pacotes de dados, atravessa cabos submarinos e servidores distantes, mas continua carregando as mesmas vozes, as mesmas intenções, os mesmos gestos de comunidade. A migração para o digital não dissolveu o sentido do coletivo; apenas o ampliou para outras geografias e escalas de conexão.

Essa passagem também transforma o papel do facilitador. Ele já não é o operador de uma rádio de bairro, mas o mediador de um ecossistema comunicativo que envolve estudantes, professores, comunidades e tecnologias diversas. A escuta, que era o método no campo analógico, torna-se agora o próprio princípio da mediação digital. Escutar o ruído do servidor, o silêncio do *delay*, o descompasso da transmissão é parte do mesmo aprendizado ético que guiava o operador da antena improvisada. O som continua sendo o campo onde se aprende a conviver.

O espectro amazônico se mostra, em sua complexidade, como um território de ressonâncias. As experiências aqui reunidas, da Xibé à Curubé, da Yanekuema à Voz da Ilha e à Awa Uni, revelam que a comunicação livre não é um acontecimento isolado, mas uma rede de continuidades, pausas e retomadas. Figueiredo (2015) indica que essas práticas não se sustentam pela permanência institucional, e sim pela capacidade de se reinventar diante da escassez. Cada antena erguida, cada transmissão experimental,

cada oficina que retoma o som de um tempo anterior, constitui uma maneira de permanecer no mundo por meio da escuta.

A migração da Xibé para o ambiente digital faz parte desse mesmo movimento. O gesto de reativar a rádio, agora em forma de webrádio, é também o gesto de reinscrever a Amazônia no mapa do espectro. A floresta, os rios e as vozes voltam a falar por outros caminhos, atravessando cabos, softwares, ondas e plataformas. A escuta se expande, mas mantém sua densidade política. Ouvir continua sendo o ato de reconhecer, partilhar e existir. O som da Xibé, mesmo mediado por dispositivos digitais, preserva o vínculo com a terra e com os corpos que o produzem.

Santos (2010) chama de ecologias de saberes os espaços em que o conhecimento nasce da convivência entre racionalidades distintas. A Xibé e suas redes habitam essa ecologia. O conhecimento não surge da aplicação de um método exterior, mas da interação entre práticas, territórios e linguagens. O espectro digital é, nesse sentido, um território epistêmico, um campo de enunciação onde se encontram o saber técnico, o saber ancestral e o saber cotidiano. É nesse entre-lugar que se delineia a possibilidade de uma tecnopolítica amazônica.

Ao longo das primeiras gerações da rádio, a comunicação se configurou como uma prática de invenção comunitária livre. A antena improvisada, o transmissor artesanal, o servidor livre e o site com uso de plataformas soberanas são expressões diferentes de uma mesma ética. Gama (2021) observa que as tecnologias amazônicas são produtos importados e processos de tradução, adaptações constantes às condições locais de energia, conectividade e convivência. O gesto técnico, nesse contexto, é sempre relacional. Ensinar alguém a ajustar um som ou configurar um *encoder* é também ensinar a partilhar o mundo.

O espectro, que antes parecia espaço de disputa, torna-se agora campo de pedagogia. A escuta se converte em método de formação e a técnica em linguagem de cooperação. A rádio deixa de ser só uma emissora para se transformar em escola do sensível, lugar onde se aprende a pensar com os sons e a habitar as redes de forma solidária. A Xibé passa a operar como um laboratório de cidadania digital, um espaço de ensaio para outras formas de convivência mediada pela tecnologia.

A experiência acumulada até aqui prepara o terreno para o que virá. A reativação da Xibé não encerra um ciclo, mas abre outro, em que o digital se torna espaço de aprendizado coletivo e invenção metodológica. O Capítulo III abordará esse novo tempo da rádio, em que as práticas de educomunicação, software livre e autonomia digital se entrelaçam no horizonte que Gama (2021) descreve como o cultivo

de uma consciência tecnopolítica, uma forma de compreender a técnica como território de criação, crítica e liberdade. É nesse contexto que o som, a técnica e o comum se encontram novamente, agora em um plano ampliado, onde educar é comunicar, comunicar é conviver, e conviver é construir futuro.

Capítulo III

A reinvenção digital da Rádio Xibé: tecnopolítica,
visibilidade e disputas comunicacionais

*“Teu passado viril, legendário,
Velha Ega — risonha Tefé.
Ergue a fronte e contempla orgulhosa
E prossegue tua marcha garbosa.”*

(CÁUPER, Hino de Tefé, 5ª estrofe, 1983)

3.1 A reconfiguração sociotécnica da rádio no ambiente digital

A transição da Rádio Xibé do modelo analógico para o ambiente digital não ocorreu de forma imediata ou linear, mas foi mediada por um processo de interrupção, reorganização e reinvenção. A paralisação das atividades da emissora em frequência modulada, intensificada durante o período da pandemia da Covid-19, evidenciou os limites operacionais de uma estrutura fortemente dependente da presença física e de condições locais de funcionamento. Ao mesmo tempo, esse contexto abriu espaço para a experimentação de novas formas de produção e circulação comunicacional, ancoradas em tecnologias digitais.

A retomada da Rádio Xibé, em 2024, como webrádio, deve ser compreendida, portanto, como resultado de um processo sociotécnico de reconfiguração, onde práticas anteriores de comunicação livre foram rearticuladas em novas infraestruturas digitais. Essa passagem não representa uma substituição simples de tecnologias, mas a incorporação de novos modos de operar, produzir e distribuir conteúdo, marcados pela utilização de plataformas de *streaming*, softwares de transmissão e redes digitais colaborativas.

Sobre tecnologias digitais, a literatura clássica aponta que a digitalização das mídias implica a passagem de sistemas comunicacionais territorialmente delimitados para arquiteturas em rede, nas quais a circulação da informação se torna potencialmente global (Castells, 1999; Lévy, 1999). No entanto, estudos mais recentes destacam que essa ampliação das capacidades de circulação ocorre de forma articulada a novas formas de dependência tecnológica, relacionadas à centralização das infraestruturas digitais e ao controle dos fluxos informacionais por grandes plataformas (Srniczek, 2018; Couldry; Mejias, 2019).

Nesse sentido, a migração da Rádio Xibé para o ambiente digital amplia significativamente seu alcance territorial, permitindo que suas transmissões sejam acessadas para além do município de Tefé e da região do Médio Solimões, ao mesmo tempo em que introduz novas formas de dependência tecnológica relacionadas à conectividade, aos serviços de hospedagem e às plataformas digitais de distribuição.

A experiência da rádio confirma a análise de Figueiredo (2014), segundo a qual o rádio na era digital deve ser compreendido não como uma tecnologia em declínio, mas como um campo de experimentação sociotécnica em constante transformação, no qual se articulam diferentes temporalidades tecnológicas e regimes de escuta. Ao analisar a experiência da Rádio Xibé ainda em sua fase FM, o autor demonstra que a rádio já se configurava como um espaço de resistência comunicacional e de invenção tecnológica situado em um contexto territorial marcado por desigualdades estruturais e limitações de infraestrutura comunicacional, o que torna ainda mais significativa sua reinvenção no ambiente digital contemporâneo.

Na atual fase de funcionamento, a rádio opera a partir de infraestrutura de *streaming* hospedada em servidor digital vinculado à rede Terra Preta Digital⁴⁴, com estúdio localizado no Laboratório de Educomunicação do Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST/UEA). A programação é transmitida online e acessada majoritariamente por dispositivos móveis, especialmente *smartphones* conectados às redes de dados móveis e *Wi-Fi*, sendo também difundida por meio de plataformas sociais digitais, aplicativos de mensagens e serviços de distribuição de áudio sob demanda. Esse arranjo técnico redefine as formas de interação entre comunicadores e audiência, possibilitando *feedback* instantâneo, participação remota em programas e circulação ampliada de conteúdos sonoros.

Essa transformação confirma o argumento de que a comunicação digital deve ser compreendida como uma tecnologia social, isto é, como um conjunto de dispositivos técnicos e práticas coletivas que reorganizam as formas de interação social e os modos de produção de conhecimento (Kaplún, 1998; Soares, 2011). No campo da educomunicação, a incorporação das tecnologias digitais amplia o potencial de participação coletiva, possibilitando que comunidades historicamente marginalizadas dos sistemas midiáticos tradicionais passem a produzir e distribuir seus próprios conteúdos comunicacionais, fortalecendo processos de autonomia comunicativa e formação cidadã.

Entretanto, como observa Gama (2021), a digitalização das infraestruturas comunicacionais também introduz novas formas de dependência tecnológica e econômica, associadas à centralização dos sistemas de dados e à concentração das

⁴⁴O Terra Preta é um programa de fortalecimento da cidadania digital e da soberania informacional nas Amazonas que integra a Plantaformas.org. Inspirado na fertilidade dos solos amazônicos resultantes do cuidado milenar do território, o projeto une saberes tradicionais, tecnologias livres e comunicação comunitária para cultivar uma "terra preta digital", um ecossistema que fomenta a autonomia de comunicadores, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e periferias urbanas. Suas ações incluem formação de redes, oficinas, implantação de rádios digitais e compartilhamento de conhecimentos para uma cidadania digital enraizada e soberana.

plataformas digitais globais, fenômeno que pode ser interpretado como uma extensão contemporânea das dinâmicas de dependência tecnológica e informacional características das economias periféricas. Nesse contexto, a reconfiguração digital da Rádio Xibé deve ser analisada simultaneamente como processo de ampliação da autonomia comunicacional e como inserção em novos regimes de infraestrutura digital que produzem relações assimétricas de poder tecnológico.

Do ponto de vista das práticas comunicacionais, a digitalização altera profundamente o perfil técnico dos operadores da rádio. Se, na fase analógica, a operação exigia conhecimentos específicos sobre transmissores, antenas e frequências radiofônicas, no ambiente digital a operação passa a depender do domínio de softwares de *streaming*, plataformas de edição de áudio, sistemas de automação de programação e ferramentas de gestão de redes sociais. Essa mudança redefine o papel do operador técnico, aproximando-o do perfil do educador digital, capaz de articular competências técnicas, comunicacionais e pedagógicas na produção de conteúdos em rede.

Além disso, a digitalização transforma os modos de escuta e consumo do rádio. Diferentemente do modelo analógico, baseado na escuta simultânea e territorialmente localizada, o ambiente digital permite formas assíncronas de consumo, como *podcasts*, gravações sob demanda e compartilhamentos em redes sociais, modificando as temporalidades da escuta e ampliando a vida útil dos conteúdos produzidos. Tal transformação confirma a tese de que as mídias sonoras contemporâneas operam em regime de convergência tecnológica, no qual diferentes plataformas e formatos se articulam na constituição de ecossistemas comunicacionais híbridos (Jenkins, 2009).

Dessa forma, a reconfiguração sociotécnica da Rádio Xibé no ambiente digital representa uma mudança de suporte tecnológico e uma constituição de um novo regime comunicacional, caracterizado pela integração entre infraestrutura em rede, cultura participativa, práticas educacionais e tecnopolíticas da comunicação. Nesse novo contexto, a rádio deixa de existir exclusivamente como emissora territorial de frequência modulada e passa a operar como nodo comunicacional em rede, articulando território, tecnologia e coletividade na produção de ecossistemas de escuta distribuída.

3.2 Cultura participativa, tecnopolítica e comunicação como tecnologia social

A reconfiguração digital da Rádio Xibé não pode ser compreendida apenas como transformação tecnológica, mas como processo sociopolítico que reorganiza as formas de participação, produção e circulação comunicacional no território. Nesse sentido, a

experiência contemporânea da rádio insere-se no campo da chamada cultura participativa, conceito que descreve ambientes comunicacionais nos quais os públicos deixam de ocupar posição exclusivamente receptora e passam a atuar como produtores, colaboradores e mediadores dos conteúdos circulantes (Jenkins, 2009). A dinâmica de funcionamento da Xibé, baseada na colaboração entre estudantes, comunicadores comunitários, coletivos culturais e iniciativas educomunicativas, exemplifica esse modelo de produção distribuída, no qual a programação radiofônica emerge da participação coletiva e da articulação de redes territoriais de comunicação.



Figura 6 Turmas do 6º e 7º anos do ensino fundamental da escola GM3, programando na rádio Xibé. 14/11/2024. Fonte: Arquivo pessoal.

Essa dimensão participativa conecta-se diretamente ao campo da tecnopolítica, entendido como o uso estratégico das tecnologias digitais para a organização social, a produção de narrativas coletivas e a ampliação das capacidades de ação comunicacional de grupos sociais. Esse entendimento dialoga com as análises de Castells (2013) sobre os movimentos sociais em rede, nos quais as tecnologias digitais desempenham papel central na articulação de atores, na circulação de informações e na construção de formas de ação coletiva.

A utilização de plataformas de *streaming*, redes sociais digitais, aplicativos de mensagens e sistemas colaborativos de produção sonora permite que a Rádio Xibé opere como nodo de articulação comunicacional no Médio Solimões, conectando iniciativas locais de comunicação comunitária a redes mais amplas de circulação informacional. A tecnopolítica manifesta-se, nesse caso, na adoção de tecnologias digitais e na construção de estratégias coletivas que utilizam essas tecnologias para fortalecer a autonomia comunicacional e ampliar a visibilidade de narrativas territoriais amazônicas.

No ambiente digital, a circulação dos conteúdos passa a ser mediada por sistemas algorítmicos que influenciam diretamente sua visibilidade e alcance. Esses sistemas operam a partir de critérios de priorização que não são transparentes, afetando

a forma como conteúdos produzidos por iniciativas locais, como a Rádio Xibé, são distribuídos e acessados. Assim, os algoritmos organizam a informação e participam ativamente da definição do que circula, configurando uma dimensão central das disputas contemporâneas pela comunicação.

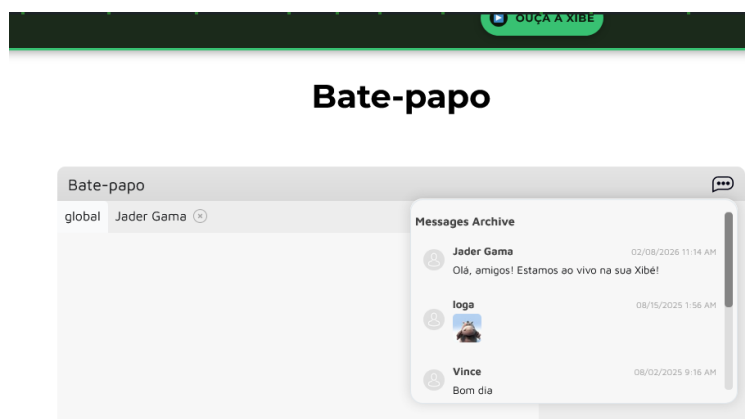


Figura 7 Sala de interação online com os programadores ao vivo, direto do site da Xibé. Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 8 Sala de interação online pelo grupo da Xibé no Telegram. Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 9 Sala de interação online pelo grupo da Xibé, no aplicativo WhatsApp da Xibé. Fonte: Arquivo pessoal.

Atualmente, a interação entre a Rádio Xibé e seus ouvintes ocorre por meio de um ecossistema comunicacional multiplataforma que integra transmissão sonora, espaços de escuta ativa e canais digitais de participação direta. Durante as programações ao vivo, os ouvintes podem interagir com os programadores por meio da sala de bate-papo disponível no próprio site da emissora, enviando mensagens em tempo real que são lidas e comentadas durante as transmissões, configurando um modelo de comunicação dialógica característico das práticas educomunicativas da rádio (Figura 4).

Paralelamente, a participação comunitária é ampliada pelos grupos oficiais da emissora nos aplicativos *Telegram* e *WhatsApp*, onde ouvintes, comunicadores e colaboradores compartilham notícias, pautas, convites, áudios e registros das atividades desenvolvidas, fortalecendo a construção coletiva da programação e a circulação horizontal de informações (Figuras 5 e 6). Esses espaços digitais funcionam, assim, como extensões do território sonoro da rádio, permitindo que a escuta não seja só receptiva, mas participativa, colaborativa e continuamente integrada às dinâmicas comunicacionais da comunidade que compõe a rede da Rádio Xibé.

Nesse sentido, a literatura sobre educomunicação contribui para aprofundar essa análise ao compreender a comunicação como tecnologia social, isto é, como conjunto de práticas, metodologias e dispositivos técnicos orientados à produção de participação social, formação cidadã e construção de ecossistemas comunicativos democráticos (Kaplún, 1998; Soares, 2011). No campo educacional latino-americano, a

educomunicação tem sido concebida como estratégia de fortalecimento do direito à comunicação, articulando produção midiática, formação crítica e protagonismo juvenil, especialmente em territórios marcados por desigualdades informacionais e limitações de acesso aos meios de comunicação.

Experiências institucionais de políticas públicas de educomunicação demonstram que a criação de ambientes comunicativos participativos favorece o desenvolvimento de competências midiáticas, o exercício da liberdade de expressão e a ampliação do protagonismo juvenil, constituindo ecossistemas comunicativos abertos e criativos voltados à aprendizagem e à cidadania (São Paulo, Portaria SME nº 7.991, 2016). Programas educacionais estruturados a partir dessa perspectiva definem a educomunicação como conjunto de ações destinadas a integrar linguagens midiáticas, tecnologias digitais e processos pedagógicos, fortalecendo a produção colaborativa de conteúdos e a articulação entre escola, comunidade e território (São Paulo, Lei nº 18.268, 2025).

Na Amazônia, essa perspectiva assume relevância particular, uma vez que as iniciativas educacionais frequentemente se constituem como estratégias de enfrentamento das desigualdades comunicacionais regionais, possibilitando que escolas, universidades e coletivos comunitários desenvolvam projetos de produção midiática voltados à valorização das culturas locais, à circulação de informações de interesse público e à formação de jovens comunicadores populares. Nesse contexto, a educomunicação não opera apenas como metodologia pedagógica, mas como prática sociopolítica de democratização da comunicação e de fortalecimento das redes territoriais de informação.

A experiência da Rádio Xibé insere-se diretamente nesse campo, especialmente a partir de sua reinvenção no Laboratório de Educomunicação Padre Edilberto Sena, localizado no Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST/UEA). A incorporação da rádio ao laboratório transformou a produção radiofônica em espaço permanente de formação educacional, no qual oficinas, práticas de produção sonora, coberturas jornalísticas comunitárias e transmissões itinerantes passaram a integrar processos pedagógicos vinculados à universidade e às redes comunitárias de comunicação do Médio Solimões.

Nesse ambiente, a prática radiofônica deixa de ser apenas atividade técnica de transmissão e passa a constituir espaço formativo de produção de competências comunicacionais, envolvendo estudantes universitários, jovens comunicadores, professores, coletivos culturais e organizações sociais que participam da elaboração de

pautas, produção de programas, gravação de conteúdos e circulação de materiais em redes digitais. Tal configuração aproxima-se da concepção de ecossistemas comunicativos educacionais, nos quais ensino, produção midiática e participação social se articulam em processos contínuos de aprendizagem colaborativa.



Figura 10 Participação ao vivo do diretor do CEST/UEA, Dr. Yomarley Holanda, na Rádio Xibé, em 2025.

Foto: Arquivo pessoal



Figura 11 Programa A voz dos povos indígenas, na Rádio Xibé, em 2025. Foto: Arquivo pessoal.



Figura 12 Oficina de programação de rádio para estudantes do 6º e 7º anos do ensino fundamental, na Rádio Xibé, em 2025. Foto: Arquivo pessoal.

As atividades realizadas no estúdio da Rádio Xibé evidenciam a dimensão formativa, comunitária e institucional que caracteriza sua atuação contemporânea. A participação de gestores universitários, como o diretor do CEST/UEA, em transmissões ao vivo (Figura 7), demonstra o reconhecimento institucional da emissora como espaço legítimo de diálogo público e circulação de debates acadêmicos e sociais, fortalecendo sua função como canal de comunicação entre universidade e sociedade.

De modo complementar, programas como A Voz dos Povos Indígenas (Figura 8) evidenciam o compromisso da rádio com a ampliação da visibilidade das narrativas e protagonismos indígenas, consolidando-a como território de expressão de saberes tradicionais e de afirmação identitária. Paralelamente, as oficinas de produção radiofônica destinadas a estudantes do ensino fundamental (Figura 9) evidenciam o caráter pedagógico da iniciativa, ao promover experiências práticas de educomunicação que introduzem crianças e jovens aos processos de produção midiática, estimulando competências comunicacionais, pensamento crítico e participação cidadã.

Em conjunto, essas práticas demonstram que a Rádio Xibé opera como meio de difusão sonora e como espaço sociotécnico de formação, experimentação e construção coletiva de narrativas, ampliando sua relevância no fortalecimento das redes de comunicação comunitária e das práticas educomunicativas amazônicas. A atuação da rádio também se vincula, de forma indireta, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente aqueles relacionados à educação de qualidade (ODS 4), inovação e infraestrutura (ODS 9), redução das desigualdades (ODS 10) e instituições eficazes e inclusivas (ODS 16).



Figura 13 Quadro que mostra os ODS alinhados com as práticas desenvolvidas pela Rádio Xibé.

Fonte: ChatGPT, figura 4, 08/02/ 2026.

Ao promover formação comunicacional, democratização do acesso à informação e fortalecimento de redes comunitárias de comunicação, a iniciativa contribui para a criação de ambientes participativos de circulação de conhecimento e para o fortalecimento das capacidades comunicacionais locais, aspectos considerados centrais nas agendas contemporâneas de desenvolvimento social e inclusão informacional.

No plano empírico, as entrevistas realizadas com participantes e colaboradores da rádio evidenciam que a participação comunitária constitui elemento estruturante do funcionamento da iniciativa. Os relatos indicam que a produção dos programas ocorre frequentemente de forma colaborativa, envolvendo múltiplos participantes na elaboração de pautas, gravação de conteúdos, organização de transmissões ao vivo e circulação de materiais em redes digitais. Esse processo confirma a existência de um modelo comunicacional baseado na coautoria e na produção coletiva, no qual a audiência se transforma em participante ativa das práticas comunicacionais.

Assim, a experiência contemporânea da Rádio Xibé pode ser compreendida como convergência entre cultura participativa, tecnopolítica e comunicação enquanto tecnologia social, constituindo um modelo de comunicação territorializada que articula infraestrutura digital, formação coletiva e participação comunitária. Tal configuração evidencia que a digitalização da rádio não se limita à mudança de suporte tecnológico, mas representa a consolidação de um ecossistema comunicacional participativo, no qual tecnologias digitais e práticas sociais se combinam na produção de novas formas de autonomia comunicacional amazônica.

3.3 Práticas empíricas de atuação: redes territoriais, coberturas colaborativas e transmissões itinerantes

A consolidação da Rádio Xibé em sua fase digital está diretamente associada à intensificação de suas práticas territoriais de comunicação, caracterizadas pela articulação de redes comunitárias, realização de coberturas jornalísticas colaborativas e desenvolvimento de transmissões itinerantes em diferentes espaços sociais e educativos do Médio Solimões. Essas práticas evidenciam que a reconfiguração digital da rádio não representa somente a ampliação do alcance técnico das transmissões, mas a constituição de um modelo de comunicação territorializada baseado na mobilidade, na participação coletiva e na integração entre universidade, comunidades e iniciativas socioculturais locais.

A atuação em rede da Rádio Xibé dialoga com a compreensão de Castells (2013), segundo a qual as formas contemporâneas de comunicação operam em

estruturas de redes distribuídas que reorganizam os modos de circulação da informação e ampliam as possibilidades de ação coletiva mediada por tecnologias digitais. No caso da rádio, a articulação entre estúdio universitário, redes comunitárias e plataformas digitais constitui um ecossistema comunicacional híbrido que combina territorialidade física e conectividade digital, permitindo a circulação ampliada de conteúdos produzidos localmente.

As coberturas colaborativas realizadas pela rádio, envolvendo estudantes, comunicadores comunitários e participantes de oficinas educacionais, podem ser interpretadas à luz do conceito de cultura participativa desenvolvido por Jenkins (2009), no qual a produção de conteúdos midiáticos ocorre de forma descentralizada e colaborativa, com a audiência assumindo papel ativo na construção das narrativas. A participação direta de jovens comunicadores e coletivos culturais na produção de entrevistas, reportagens e transmissões ao vivo evidencia a constituição de um modelo de comunicação baseado na coautoria e na produção coletiva de sentido.

A realização de transmissões itinerantes, deslocando o estúdio para escolas, comunidades e eventos territoriais, aproxima-se das concepções de comunicação popular discutidas por Kaplún (1998), que compreende a comunicação como processo educativo e dialógico orientado à participação comunitária e à construção coletiva do conhecimento. Ao promover transmissões diretamente nos territórios, a Rádio Xibé transforma a prática radiofônica em experiência pedagógica e sociopolítica, na qual o ato de comunicar se articula à formação de sujeitos comunicadores e ao fortalecimento das redes comunitárias de informação.

A reconfiguração digital da emissora também transformou profundamente as formas de participação do público. Se, no modelo analógico, a interação ocorria predominantemente por meio de telefonemas ou mensagens presenciais, no ambiente digital a audiência passa a se constituir como rede distribuída de escuta e participação, articulada por aplicativos de mensagens instantâneas, redes sociais digitais e plataformas de *streaming*.

Essa transformação insere a Rádio Xibé no que Jenkins (2009) denomina cultura da convergência, caracterizada pela circulação de conteúdos em múltiplas plataformas e pela participação ativa dos públicos na produção e disseminação de informações. Nesse contexto, a audiência deixa de ocupar posição exclusivamente receptiva e passa a atuar como coprodutora de pautas, conteúdos e transmissões, configurando formas ampliadas de comunicação participativa e comunitária.

Do ponto de vista territorial, essas práticas dialogam com as abordagens da Nova Cartografia Social (Almeida, 2008), que enfatizam a importância das territorialidades vividas e das narrativas locais na construção das dinâmicas sociais amazônicas. As transmissões realizadas em diferentes comunidades e espaços sociais evidenciam que a rádio opera como mediadora das territorialidades locais, contribuindo para a circulação de narrativas produzidas a partir das experiências concretas dos sujeitos amazônicos e fortalecendo a visibilidade de agendas comunitárias frequentemente invisibilizadas pelos grandes sistemas midiáticos.

A interação com a audiência ocorre de forma integrada às redes digitais e presenciais, combinando participação online, por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens, com participação presencial nas atividades formativas e nas transmissões realizadas em campo. Esse modelo híbrido de comunicação confirma a análise de Martín-Barbero (2004), segundo a qual os processos comunicacionais devem ser compreendidos a partir das mediações culturais e das práticas sociais que estruturam os usos das tecnologias, e não apenas a partir de suas dimensões técnicas.

Assim, as práticas empíricas de atuação da Rádio Xibé demonstram que a digitalização não produziu o afastamento entre comunicação e território, mas possibilitou a intensificação das conexões territoriais por meio da mobilidade das transmissões, da ampliação das redes colaborativas e da circulação ampliada dos conteúdos produzidos localmente. A experiência evidencia que a comunicação comunitária digital, quando associada a estratégias de participação coletiva e atuação territorial, constitui forma contemporânea de tecnopolítica da comunicação amazônica, articulando redes, território e produção colaborativa de informação na construção de novas ecologias comunicacionais regionais.

3.4 A colonialidade do digital e a disputa pela visibilidade

A expansão das tecnologias digitais e das plataformas de comunicação em rede alterou profundamente as formas de circulação da informação e as condições de produção da visibilidade pública. Se, no período analógico, a disputa comunicacional estava concentrada no acesso ao espectro eletromagnético e às concessões estatais de radiodifusão, no ambiente digital essa disputa se desloca para o controle das infraestruturas tecnológicas, dos servidores de hospedagem, das redes de distribuição de conteúdo, dos sistemas de indexação e, sobretudo, dos algoritmos responsáveis por organizar a circulação das informações nas plataformas digitais (Cassino; Souza; Silveira, 2021). A centralidade dessas infraestruturas redefine os mecanismos de poder

comunicacional contemporâneo, transferindo parte significativa da mediação informacional para sistemas técnicos privados que operam em escala global.

Nesse contexto, o acesso técnico à produção de conteúdo não significa automaticamente acesso à visibilidade pública. Embora a internet tenha ampliado significativamente a capacidade de publicação e difusão de conteúdos por atores sociais diversos, a circulação efetiva das mensagens passa a depender de sistemas algorítmicos que classificam, ordenam e priorizam conteúdos segundo critérios opacos, frequentemente orientados por interesses comerciais, métricas de engajamento e estratégias de monetização das plataformas (Zuboff, 2019). A visibilidade torna-se, assim, um recurso disputado em ambientes estruturados por mecanismos automatizados de seleção informacional, nos quais a relevância pública do conteúdo nem sempre corresponde à sua capacidade de alcançar circulação significativa.

Essa reorganização da esfera comunicacional introduz uma nova camada de poder estrutural: a capacidade de definir quais narrativas aparecem, circulam e permanecem visíveis nas redes digitais. O controle algorítmico da visibilidade não se limita à ordenação técnica da informação, mas influencia processos de formação de opinião pública, construção de agendas sociais e definição de temas que ganham centralidade no debate público. Dessa forma, os sistemas de recomendação e priorização de conteúdos passam a desempenhar papel equivalente ao das antigas estruturas de *gatekeeping* dos meios tradicionais⁴⁵, porém operando de maneira automatizada e frequentemente invisível aos usuários.

A literatura crítica contemporânea tem denominado esse processo como colonialismo digital, conceito que evidencia a continuidade histórica das relações de dominação global agora mediadas por infraestruturas tecnológicas e fluxos de dados. Nesse modelo, grandes corporações tecnológicas concentram a propriedade dos sistemas de armazenamento, processamento e circulação de informações, estabelecendo regimes de dependência tecnológica que condicionam as formas de produção e distribuição do conhecimento em escala global (Sinãni; Accorssi, 2023). A centralização das plataformas digitais, associada à captura massiva de dados e à modulação algorítmica do comportamento social, constitui um novo padrão de poder informacional que reorganiza as dinâmicas comunicacionais contemporâneas.

⁴⁵As antigas estruturas de *gatekeeping* nos meios tradicionais eram os filtros editoriais exercidos por jornalistas e editores que decidiam quais informações seriam publicadas e quais vozes teriam visibilidade.

Couldry e Mejias (2019) afirmam que a lógica da dataficação⁴⁶ transforma práticas sociais cotidianas, comunicação, interação, consumo e participação online, em recursos econômicos e políticos explorados por infraestruturas digitais globais, criando um sistema de extração de dados que reproduz, em novas bases tecnológicas, estruturas históricas de desigualdade entre centros e periferias do sistema mundial. Assim, a expansão das plataformas digitais não elimina as assimetrias comunicacionais existentes, mas frequentemente as reconfigura, deslocando o eixo do poder comunicacional do controle das frequências radioelétricas para o controle das arquiteturas digitais que estruturam a visibilidade contemporânea.

Nesse cenário, compreender os novos regimes de poder comunicacional implica reconhecer que a disputa pelo direito à comunicação passa a envolver a possibilidade de emitir mensagens e também a capacidade de garantir circulação, permanência e relevância pública dos conteúdos produzidos. A visibilidade digital torna-se, portanto, um campo estratégico de disputa política e simbólica, no qual iniciativas comunitárias e alternativas precisam negociar constantemente com infraestruturas técnicas e lógicas algorítmicas que operam segundo racionalidades econômicas globais, frequentemente distantes das realidades territoriais locais.

3.5 Colonialismo de dados, dataficação e capitalismo de plataforma

O conceito de colonialismo de dados amplia a análise das transformações comunicacionais contemporâneas ao evidenciar que o funcionamento das plataformas digitais depende da extração sistemática e contínua de dados produzidos pelos usuários em suas práticas cotidianas de comunicação, navegação e interação social. Nesse modelo, atividades como ouvir conteúdos sonoros, compartilhar mensagens ou consumir informações passam a constituir matéria-prima econômica e política processada por sistemas computacionais globais, transformando a comunicação digital em infraestrutura central da economia informacional (Cassino; Souza; Silveira, 2021).

Autores que discutem a colonialidade digital destacam que a expansão das plataformas não representa somente inovação tecnológica, mas sim a consolidação de um novo regime de acumulação baseado na captura, armazenamento e processamento massivo de dados sociais. Nesse contexto, a dataficação da vida social transforma práticas culturais e comunicacionais em recursos estratégicos explorados por corporações tecnológicas, configurando um modelo econômico no qual a produção de

⁴⁶A lógica da dataficação é o processo pelo qual aspectos da vida social, cultural e econômica são transformados em dados digitais quantificáveis, que podem ser rastreados, analisados e utilizados para gerar valor econômico ou controle social.

valor depende da vigilância contínua das interações digitais e da modelagem algorítmica do comportamento social (Silveira, 2021; Morozov, 2018).

A literatura crítica latino-americana tem enfatizado que esse processo constitui uma reatualização das estruturas históricas de dependência tecnológica e econômica, agora mediadas por infraestruturas digitais globais que concentram poder informacional em poucas empresas transnacionais. A centralização dos sistemas de armazenamento de dados, das plataformas de comunicação e das redes de processamento computacional cria um cenário no qual territórios periféricos tornam-se simultaneamente produtores de dados e consumidores de serviços tecnológicos, aprofundando assimetrias históricas de acesso ao conhecimento e à soberania tecnológica (Martins; Valente, 2023).

A noção de soberania tecnológica surge, nesse debate, como conceito central para compreender os desafios contemporâneos da autonomia comunicacional. Ela refere-se à capacidade de comunidades, instituições e Estados de controlar suas próprias infraestruturas digitais, seus sistemas de armazenamento de dados e suas tecnologias de comunicação, reduzindo a dependência de plataformas privadas globais. Entretanto, a estrutura altamente concentrada da economia digital dificulta a construção dessa autonomia, uma vez que a maior parte das infraestruturas técnicas que sustentam a internet, servidores, sistemas de nuvem, redes de distribuição de conteúdo e plataformas de software, permanece sob controle de grandes conglomerados tecnológicos (Souza, 2022).

Nesse cenário, a promessa de democratização comunicacional frequentemente convive com a intensificação das assimetrias estruturais. Embora as tecnologias digitais ampliem as possibilidades de produção e circulação de conteúdos por iniciativas comunitárias e independentes, essas mesmas iniciativas passam a operar em ambientes regulados por infraestruturas privadas, submetendo-se às regras técnicas, econômicas e políticas impostas pelas plataformas. Como consequência, estabelece-se uma tensão permanente entre autonomia comunicacional e dependência tecnológica, na qual a ampliação do acesso à comunicação digital ocorre simultaneamente à consolidação de novas formas de centralização do poder informacional e de controle sobre os fluxos globais de dados (Fuchs, 2020).

A análise do colonialismo de dados permite compreender que a comunicação digital contemporânea se organiza em um campo ambivalente, marcado simultaneamente pela expansão das possibilidades de participação comunicacional e pela consolidação de estruturas globais de captura informacional. Para iniciativas de comunicação comunitária e territorializada, como as experiências radiofônicas

amazônicas em ambiente digital, essa ambivalência constitui elemento central de análise, pois a ampliação do alcance comunicacional proporcionada pelas plataformas digitais convive com a dependência das infraestruturas tecnológicas que organizam a circulação e a visibilidade dos conteúdos produzidos localmente.

3.6 Colonialidade tecnológica e territórios periféricos

Nos territórios amazônicos e em outras regiões do Sul global, as transformações associadas à digitalização da comunicação assumem dimensões particularmente complexas, pois ocorrem em contextos historicamente marcados por desigualdades estruturais de acesso à infraestrutura tecnológica, conectividade limitada, custos elevados de acesso à internet e dependência de serviços digitais externos. Nessas condições, a expansão da comunicação digital não se configura só como processo de modernização tecnológica, mas como reestruturação das formas de dependência informacional que historicamente caracterizam as relações entre centros e periferias no sistema global de comunicação (Quijano, 2005; Mignolo, 2010).

A colonialidade tecnológica manifesta-se, assim, na circulação de conteúdos e na própria estrutura material que sustenta a comunicação digital, incluindo provedores de hospedagem, serviços de computação em nuvem, redes de distribuição de conteúdo, plataformas de armazenamento de dados e sistemas operacionais que organizam os fluxos informacionais contemporâneos. Como observam Couldry e Mejias (2019), a expansão das infraestruturas digitais globais consolida um modelo de dependência informacional baseado na concentração dos sistemas de processamento e armazenamento de dados em poucas corporações transnacionais, criando novas formas de assimetria tecnológica e cognitiva que se sobrepõem às desigualdades históricas de desenvolvimento econômico e infraestrutura tecnológica.

A literatura latino-americana sobre colonialismo digital tem enfatizado que essa dependência infraestrutural produz impactos diretos na capacidade de autonomia comunicacional dos territórios periféricos, uma vez que as condições técnicas de circulação da informação passam a ser definidas por arquiteturas digitais externas aos contextos locais (Silveira, 2021; Martins; Valente, 2023). Nesse cenário, mesmo iniciativas de comunicação comunitária e independente dependem, frequentemente, de serviços de hospedagem internacionais, plataformas privadas de distribuição de conteúdo e sistemas proprietários de software, o que limita as possibilidades de soberania tecnológica e reforça a inserção desigual desses territórios na economia digital global.

A colonialidade tecnológica também se expressa na padronização das tecnologias de comunicação e dos modelos de desenvolvimento digital, frequentemente orientados por lógicas econômicas e culturais produzidas nos centros globais de inovação tecnológica. Esse processo tende a invisibilizar as especificidades territoriais, culturais e sociais das regiões periféricas, impondo modelos tecnológicos que nem sempre correspondem às realidades locais de conectividade, infraestrutura e organização social. Como argumenta Morozov (2018), a universalização de soluções tecnológicas baseadas em plataformas globais frequentemente ignora as desigualdades estruturais e as condições sociotécnicas concretas dos territórios em que são implementadas, reproduzindo formas contemporâneas de dependência tecnológica.

Além disso, a expansão das infraestruturas digitais globais redefine as próprias formas de dominação contemporânea, deslocando parte significativa do poder geopolítico do controle territorial para o controle informacional. A dominação deixa de operar exclusivamente pela ocupação física dos territórios e passa a atuar por meio do controle das arquiteturas digitais, da padronização tecnológica e da captura sistemática de dados sociais, consolidando regimes de dependência infraestrutural e cognitiva que estruturam as dinâmicas comunicacionais contemporâneas (Couldry; Mejias, 2019). Esse processo evidencia que a digitalização não elimina as relações históricas de poder, mas frequentemente as reconfigura em novas escalas e formatos, articulando tecnologia, economia e política na produção de novas formas de colonialidade.

No contexto amazônico, essas dinâmicas assumem características específicas, uma vez que a expansão da conectividade ocorre de forma desigual entre centros urbanos e territórios ribeirinhos, indígenas e rurais, produzindo ecossistemas comunicacionais híbridos nos quais convivem tecnologias digitais avançadas e limitações estruturais de infraestrutura. Essa condição reforça a importância de iniciativas de comunicação comunitária, educomunicação e redes locais de mídia alternativa como estratégias de fortalecimento da autonomia comunicacional e de construção de formas territoriais de apropriação tecnológica, capazes de dialogar criticamente com as estruturas globais de poder informacional.

3.7 Resistências tecnopolíticas e disputas pela soberania comunicacional

A reinvenção da Rádio Xibé no ambiente digital evidencia que os processos contemporâneos de digitalização da comunicação não podem ser compreendidos unicamente como transformações técnicas, mas como reconfigurações políticas das condições de produção, circulação e visibilidade das narrativas comunicacionais. Como

demonstram Cassino, Souza e Silveira (2021), a digitalização reorganiza a comunicação global a partir da centralização das infraestruturas tecnológicas, dos sistemas de dados e das plataformas de circulação informacional, deslocando parte significativa das disputas comunicacionais do acesso ao espectro radioelétrico para o controle das arquiteturas digitais.

Nesse cenário, a migração da Rádio Xibé do modelo analógico para o *streaming* digital ampliou seu alcance territorial e sua capacidade de articulação em redes comunicacionais ampliadas, mas simultaneamente inseriu a iniciativa em novos regimes de dependência infraestrutural associados à conectividade, aos serviços de hospedagem e às plataformas que organizam a circulação dos conteúdos. Nesse sentido, a noção de autonomia comunicacional não deve ser compreendida como independência absoluta em relação às infraestruturas técnicas, mas como uma autonomia relativa e situada, construída no interior de relações sociotécnicas que permanecem assimétricas. A inserção da Rádio Xibé em plataformas digitais, servidores de *streaming* e sistemas de distribuição online não elimina as dependências estruturais, mas redefine as condições sob as quais a comunicação é produzida, organizada e compartilhada.

Essa condição pode ser compreendida como uma tensão constitutiva do ambiente digital contemporâneo. Por um lado, há uma ampliação significativa das capacidades de produção, circulação e articulação em rede, permitindo que iniciativas locais ampliem seu alcance territorial e estabeleçam conexões em diferentes escalas. Por outro, essas mesmas práticas passam a depender de infraestruturas concentradas, operadas por plataformas e sistemas que introduzem novas formas de mediação, controle e hierarquização da visibilidade.

Dessa forma, a autonomia não se configura como ausência de dependência, mas como capacidade de agência no interior dessas estruturas. No caso da Rádio Xibé, essa agência se manifesta na apropriação estratégica das tecnologias digitais, na utilização de softwares livres, na construção de redes colaborativas e na produção de conteúdos ancorados em territorialidades amazônicas. Trata-se, portanto, de uma autonomia relacional, uma espécie de *mutirão*⁴⁷, que se constrói na tensão entre dependência técnica e capacidade de ação comunicacional.

A digitalização das infraestruturas comunicacionais deve ser entendida como um processo ambivalente: ao mesmo tempo em que amplia a capacidade de circulação, articulação em rede e produção de conteúdo, como no caso da Rádio Xibé, ela também

⁴⁷O *mutirão* (do tupi *motirõ*) é uma prática brasileira de trabalho coletivo para objetivos comuns, como obras e colheitas. Esse método é recorrente na experiência da Xibé.

introduz novas formas de dependência estrutural, especialmente em relação a servidores, conectividade e plataformas digitais concentradas globalmente. Assim, mesmo quando há autonomia na produção e organização comunicacional, essa autonomia é relativa, pois permanece condicionada por infraestruturas técnicas e econômicas que escapam ao controle local.

A experiência da Xibé evidencia justamente essa tensão: ela não resolve a contradição, mas aponta caminhos de enfrentamento, como o uso de software livre, a formação técnica e a construção de redes próprias, mostrando que o desafio não é somente ocupar o digital, mas disputar as bases sociotécnicas que o sustentam. Esse movimento confirma a análise de Couldry e Mejias (2019), segundo a qual o capitalismo de dados produz formas contemporâneas de dependência informacional baseadas na captura massiva de dados e na centralização das infraestruturas digitais globais.

Gama (2026) aprofunda essa leitura ao evidenciar que o processo de digitalização contemporâneo não se limita à captura de dados no sentido estritamente informacional, mas envolve uma dinâmica mais ampla que ele denomina de rapinagem cognitiva e biológica. Segundo o pesquisador, há um movimento estruturado de extração de conhecimentos, saberes tradicionais e dados sobre a biodiversidade amazônica, frequentemente mediado por projetos científicos, tecnológicos e iniciativas de cooperação internacional que operam sob a aparência de neutralidade. Esse processo configura uma forma de apropriação assimétrica, onde informações estratégicas sobre os territórios e seus modos de vida são coletadas, sistematizadas e incorporadas a circuitos globais de produção de conhecimento, sem que haja retorno proporcional ou controle por parte das populações que historicamente produziram esses saberes.

Nesse sentido, a rapinagem não se restringe ao domínio econômico ou tecnológico, mas incide diretamente sobre dimensões epistêmicas e territoriais, constituindo um desdobramento do colonialismo de dados em contextos amazônicos. Gama (2026), destaca ainda que se trata de um processo que articula captura de dados, alienação técnica e dependência informacional, no qual comunidades locais perdem progressivamente a capacidade de gerir, interpretar e proteger seus próprios conhecimentos. Essa dinâmica evidencia que a disputa no ambiente digital não ocorre unicamente no nível da circulação de conteúdos, contudo, nas próprias bases de produção e controle do conhecimento. Assim, iniciativas como a Rádio Xibé e o

ecossistema Terra Preta Digital⁴⁸ podem ser compreendidas como respostas contracoloniais a esse processo, ao buscarem construir formas de autonomia técnica e organizacional que tensionam as lógicas de extração e reafirmam o direito à autodeterminação informacional nos territórios amazônicos.

A autonomia comunicacional contemporânea, portanto, deixa de ser definida pela ausência de dependências tecnológicas e passa a ser compreendida como capacidade de construir estratégias sociotécnicas capazes de ampliar a participação comunitária, fortalecer redes colaborativas e garantir certo grau de controle local sobre os processos de produção comunicacional (Malini; Antoun, 2013). A experiência da Rádio Xibé demonstra que a digitalização, embora introduza novas formas de mediação tecnológica e dependência de plataformas digitais, também cria oportunidades inéditas de articulação em rede, circulação ampliada de narrativas territoriais e formação de ecossistemas comunicacionais participativos.

A reconfiguração política associada à digitalização manifesta-se também na transformação da agência comunicacional das mídias comunitárias. Se, na fase analógica, a disputa pela comunicação estava fortemente vinculada à ocupação do espectro radiofônico e às limitações do alcance técnico do transmissor, no ambiente digital a disputa desloca-se para o campo da visibilidade algorítmica, da circulação e da permanência dos conteúdos nas plataformas digitais. Como apontam estudos sobre colonialismo digital (Silveira, 2021; Martins; Valente, 2023), a visibilidade torna-se recurso estratégico regulado por sistemas técnicos e econômicos globais, exigindo das iniciativas comunitárias novas formas de atuação tecnopolítica.

A análise das práticas reinventadas da Rádio Xibé revela que essa reconfiguração não se traduz em simples substituição de um modelo tecnológico por outro, mas na constituição de um regime híbrido de comunicação, no qual coexistem elementos da cultura radiofônica analógica, práticas de comunicação comunitária e estratégias digitais de produção e circulação de conteúdo. As coberturas colaborativas, as transmissões itinerantes, a formação de comunicadores populares e a integração com redes educomunicativas evidenciam que a digitalização não afastou a rádio de seu território de atuação, mas ampliou suas possibilidades de articulação territorial e de participação social, conforme também observado em estudos sobre a experiência radiofônica da própria Xibé na era digital (Figueiredo, 2014).

⁴⁸O Ecossistema Terra Preta Digital consiste em uma rede sociotécnica amazônica que articula infraestruturas digitais próprias, práticas educomunicativas e iniciativas colaborativas de comunicação, voltadas ao fortalecimento da autonomia e da soberania comunicacional nos territórios. Disponível, em: <https://terrapreta.org.br/>

Ao mesmo tempo, a inserção da rádio em infraestruturas digitais globais evidencia que a ampliação do alcance comunicacional convive com a persistência de estruturas de poder informacional que condicionam a visibilidade e a circulação dos conteúdos produzidos. A dependência de servidores de hospedagem, plataformas digitais e sistemas de conectividade demonstra que a comunicação comunitária digital opera em um campo de tensões permanentes entre autonomia e dependência, no qual a construção de estratégias locais de produção comunicacional constitui elemento central para a manutenção da capacidade de ação política e simbólica das iniciativas territoriais.

Assim, a reinvenção digital da Rádio Xibé revela que a digitalização da comunicação não elimina as disputas históricas pelo direito à comunicação, mas as desloca para novos campos de atuação, nos quais infraestrutura tecnológica, regimes de visibilidade, participação comunitária e ação coletiva passam a constituir dimensões inseparáveis das lutas contemporâneas pela democratização da comunicação.

Nesse contexto, iniciativas territoriais de comunicação comunitária demonstram que, mesmo inseridas em sistemas tecnológicos globalizados e marcados por assimetrias estruturais, é possível construir formas situadas de autonomia comunicacional baseadas na articulação entre tecnopolítica, participação coletiva e fortalecimento das redes locais de produção de informação.

3.8 A disputa pela visibilidade no ecossistema comunicacional amazônico

No contexto amazônico, a expansão das tecnologias digitais não pode ser compreendida apenas como processo técnico de inovação, mas como reconfiguração estrutural das condições de existência das iniciativas comunicacionais locais. A presença de experiências como a Rádio Xibé demonstra que a digitalização da comunicação implica simultaneamente ampliação das possibilidades de circulação das vozes territoriais e inserção dessas iniciativas em sistemas globais de mediação tecnológica controlados por grandes plataformas digitais. A visibilidade comunicacional passa, assim, a depender de um conjunto complexo de fatores que envolve infraestrutura de conectividade, acesso a dispositivos, capacidade de produção de conteúdo e, sobretudo, as lógicas algorítmicas que regulam a circulação das informações no ambiente online.

Os estudos sobre colonialismo digital indicam que a reorganização contemporânea da comunicação não ocorre em um campo neutro, mas em um sistema global marcado pela concentração de dados, infraestruturas e poder informacional nas grandes corporações tecnológicas, o que reconfigura as desigualdades históricas entre

Norte e Sul Global (Silva e Barbosa, 2025). Nesse cenário, a circulação de conteúdos produzidos em territórios periféricos passa a depender de mecanismos de indexação, recomendação e modulação algorítmica que definem quais narrativas alcançam visibilidade pública e quais permanecem marginalizadas nas plataformas digitais.

A literatura sobre colonialismo de dados reforça essa interpretação ao demonstrar que a economia digital contemporânea é estruturada pela captura massiva de dados sociais e pela transformação dessas informações em ativos econômicos e políticos, concentrados em sistemas tecnológicos centralizados (Gama, 2021). Tal dinâmica produz um paradoxo comunicacional: ao mesmo tempo em que a internet amplia as possibilidades de produção de conteúdo por coletivos locais, ela também submete essas produções a regimes de circulação definidos por infraestruturas privadas e algoritmos proprietários, intensificando novas formas de dependência informacional e tecnológica.

No caso amazônico, essa tensão adquire características específicas. As limitações históricas de conectividade, a dependência de provedores externos e a centralização das infraestruturas digitais ampliam as desigualdades na disputa pela visibilidade pública, fazendo com que a presença digital das iniciativas comunitárias dependa não apenas da produção de conteúdos, mas também da capacidade de navegar estrategicamente nos sistemas de plataformas, redes sociais e mecanismos de distribuição informacional. A visibilidade torna-se, portanto, um processo sociotécnico, no qual fatores territoriais, técnicos, culturais e políticos se entrelaçam na definição do alcance das narrativas produzidas na região.

As análises sobre história digital e cibercultura evidenciam ainda que o ambiente digital constitui espaço de disputa simbólica e narrativa, no qual diferentes grupos sociais competem pela construção de representações públicas e pela circulação de suas memórias e identidades (Santos, 2024). Nesse sentido, a presença das mídias comunitárias amazônicas nas redes digitais não deve ser interpretada apenas como adaptação tecnológica, mas como estratégia política de ocupação dos espaços de visibilidade contemporâneos, onde se definem agendas públicas, disputas narrativas e regimes de reconhecimento social.

A experiência da Rádio Xibé ilustra de forma concreta esse processo. Ao migrar para o ambiente digital, a emissora amplia sua capacidade de circulação para além dos limites territoriais do transmissor analógico, conectando-se a redes sociotécnicas mais amplas e fortalecendo circuitos comunicacionais regionais e interterritoriais. Ao mesmo tempo, passa a operar em um ecossistema comunicacional mediado por plataformas

digitais que condicionam o alcance dos conteúdos a métricas de engajamento, sistemas de recomendação e dinâmicas algorítmicas de visibilidade, introduzindo novos desafios para a autonomia comunicacional das mídias comunitárias.

Nesse quadro, a disputa pela visibilidade no ecossistema comunicacional amazônico pode ser compreendida como processo ambivalente. Por um lado, a digitalização possibilita que iniciativas territoriais ampliem sua presença pública, fortaleçam redes de comunicação comunitária e produzam novas formas de circulação de saberes locais. Por outro, insere essas experiências em sistemas globais de mediação informacional que reconfiguram as condições de reconhecimento e circulação das narrativas periféricas, exigindo estratégias contínuas de resistência tecnopolítica, experimentação comunicacional e construção de soberania tecnológica. Tal tensão constitui um dos elementos centrais para compreender as transformações contemporâneas da comunicação comunitária na Amazônia e os desafios políticos colocados pela construção de ecossistemas comunicacionais mais autônomos e plurais.

3.9 Autonomia comunicacional e novos regimes de dependência

A digitalização da comunicação comunitária reconfigura profundamente as condições de produção, circulação e sustentação das iniciativas midiáticas territoriais, produzindo um cenário simultaneamente marcado pela ampliação das possibilidades de autonomia comunicacional e pela emergência de novos regimes de dependência infraestrutural. No caso da Rádio Xibé, a migração do modelo analógico para o *streaming* digital permitiu reduzir custos operacionais, ampliar o alcance potencial das transmissões e integrar a emissora a redes comunicacionais mais amplas, conectadas por plataformas digitais, redes sociais e sistemas de hospedagem em nuvem. Entretanto, essa ampliação de alcance ocorre em um ambiente tecnológico estruturado por infraestruturas privadas e sistemas algorítmicos que condicionam a visibilidade e a circulação dos conteúdos produzidos.

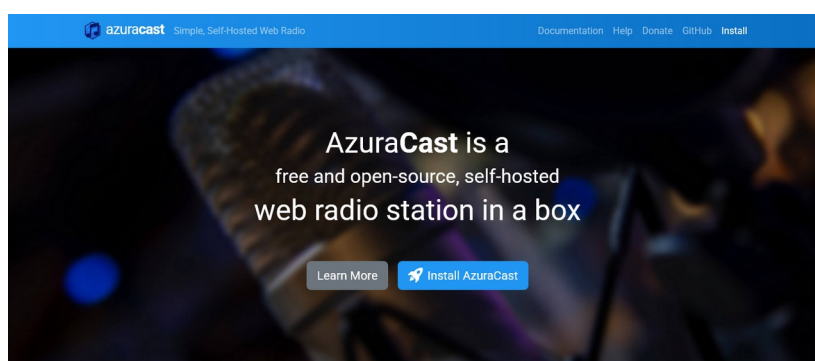


Figura 14 Servidor Azura Cast, plataforma que hospeda gratuitamente a Rádio Xibé. Fonte: Arquivo pessoal.

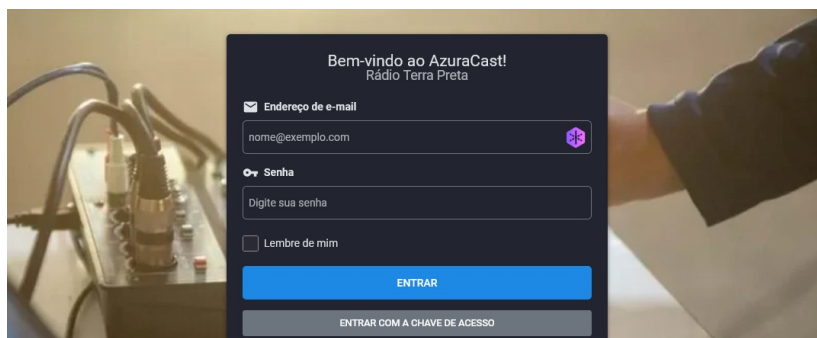


Figura 15 Página inicial de acesso ao servidor da Rádio Xibé.
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 16 Página pública gratuita gerada pelo servidor Azura Cast, que possibilita a transmissão e a escuta da Rádio Xibé. Fonte: Arquivo pessoal.

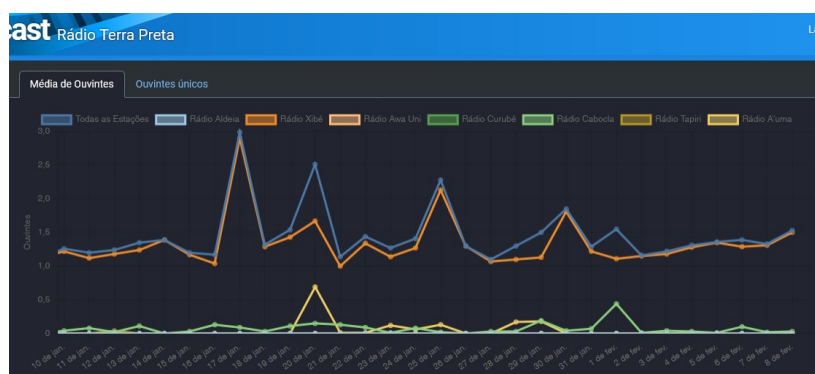


Figura 17 Gráfico das estações hospedadas no servidor Azura Cast.
Fonte: Arquivo pessoal.

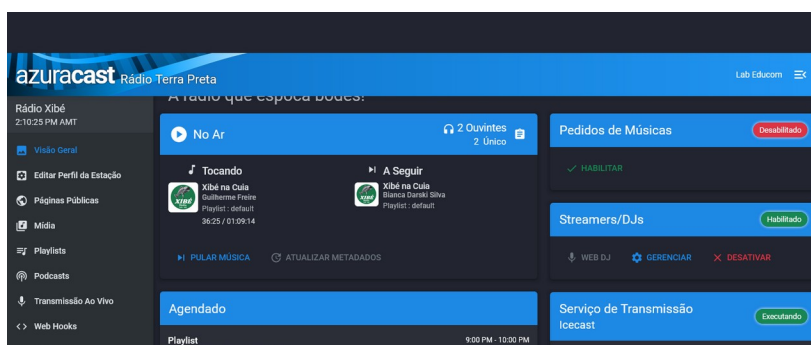


Figura 18 Interface interna do servidor Azura Cast da Rádio Xibé. Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 20 1 Laboratório de Educomunicação Padre

A atual fase digital da Rádio Xibé estrutura-se a partir de um conjunto de ferramentas tecnológicas que viabilizam a transmissão online, a gestão da programação e a circulação do conteúdo radiofônico em ambiente de rede. A emissora utiliza a plataforma *AzuraCast*, sistema livre e de código aberto destinado à hospedagem e administração de web rádios, responsável pelo armazenamento dos conteúdos, gerenciamento das playlists, controle da programação e distribuição do sinal de *streaming* na internet (Figuras 11, 12, 13, 14 e 15). A adoção de soluções baseadas em software livre reduz custos operacionais e amplia o grau de autonomia técnica da

iniciativa, permitindo que a própria equipe da rádio administre parte significativa de sua infraestrutura de transmissão.

O processo de envio do sinal ao servidor ocorre por meio do software *BUTT* (*Broadcast Using This Tool*)⁴⁹, utilizado como *encoder* de áudio para transmitir, em tempo real, o conteúdo produzido no estúdio local ao servidor de *streaming* (Figura 16). Esse arranjo técnico conecta a produção local, realizada no estúdio da rádio instalado no Laboratório de Educomunicação do CEST/UEA, à infraestrutura digital que viabiliza a circulação online das transmissões, permitindo que a programação seja acessada por ouvintes em diferentes localidades por meio de dispositivos móveis e navegadores web.

Esse conjunto de ferramentas evidencia de forma concreta a dinâmica contemporânea da autonomia comunicacional em ambientes digitais. Por um lado, o uso de plataformas livres e sistemas de transmissão acessíveis fortalece a capacidade das mídias comunitárias operarem seus próprios canais de comunicação, reduzindo barreiras de entrada historicamente associadas à radiodifusão analógica.

Por outro, a dependência de conectividade de internet, servidores de hospedagem e infraestruturas digitais externas demonstra que a autonomia comunicacional contemporânea é construída em regimes sociotécnicos híbridos, nos quais iniciativas territoriais mantêm controle sobre os processos de produção de conteúdo, mas operam em redes tecnológicas mais amplas que condicionam a estabilidade e o alcance das transmissões.

A experiência da Rádio Xibé ilustra, assim, como a reinvenção digital das rádios comunitárias não elimina as relações de dependência técnica, mas as reconfigura, deslocando a disputa comunicacional do controle exclusivo do transmissor e do espectro radioelétrico para a gestão estratégica das infraestruturas digitais de hospedagem, transmissão e circulação de conteúdos. Nesse cenário, a capacidade de combinar tecnologias livres, organização comunitária e estratégias locais de produção comunicacional constitui elemento central para a construção de formas contemporâneas de autonomia comunicacional situadas no território amazônico.

A literatura contemporânea sobre colonialismo de dados e capitalismo de plataforma demonstra que a comunicação digital global é organizada a partir da centralização das infraestruturas tecnológicas e da captura massiva de dados sociais, convertidos em ativos econômicos e mecanismos de governança informacional (Couldry; Mejias, 2019; Cassino; Souza; Silveira, 2021). Nesse cenário, a autonomia

⁴⁹BUTT (Broadcast Using This Tool) é uma ferramenta de streaming multi OS fácil de usar. Ele suporta Icecast, Shoutcast e WebRTC e é executado em Windows, macOS e Linux. Disponível em: <https://danielnoethen.de/butt/>

comunicacional não pode mais ser definida exclusivamente como controle técnico dos meios de transmissão, como ocorria no modelo analógico, mas passa a envolver a capacidade de articular estratégias sociotécnicas que reduzam a vulnerabilidade das iniciativas locais frente as dinâmicas de dependência tecnológica e de modulação algorítmica da visibilidade.

As análises sobre tecnopolítica contribuem para compreender esse processo ao evidenciar que as tecnologias de comunicação constituem simultaneamente infraestruturas técnicas e arenas de disputa política, nas quais diferentes atores sociais negociam formas de participação, controle e produção de sentidos (Gama, 2021). A experiência da Rádio Xibé ilustra esse movimento ao demonstrar que a inserção no ambiente digital não representa mera adaptação tecnológica, mas processo de reorganização das práticas comunicacionais, da divisão técnica do trabalho radiofônico e das formas de interação entre comunicadores e audiência. A operação da rádio passa a depender não apenas da manutenção de equipamentos locais, mas também da gestão de servidores de *streaming*, sistemas de distribuição digital e plataformas de interação, ampliando a complexidade sociotécnica da atividade radiofônica.

Ao mesmo tempo, as abordagens da comunicação popular e da educomunicação indicam que a autonomia comunicacional não se limita ao domínio técnico das infraestruturas, mas está associada à capacidade de promover participação social, formação comunicativa e produção coletiva de narrativas territoriais (Kaplún, 1998; Soares, 2011). Nesse sentido, a Rádio Xibé configura-se como experiência de comunicação comunitária que articula inovação tecnológica e processos formativos, integrando oficinas, práticas colaborativas de produção de conteúdo e participação de jovens comunicadores, o que fortalece redes locais de produção midiática e amplia a circulação de vozes historicamente sub-representadas no sistema midiático regional.

A perspectiva da cultura participativa contribui para ampliar essa análise ao demonstrar que os ambientes digitais contemporâneos favorecem a emergência de ecossistemas comunicacionais baseados na colaboração, na circulação descentralizada de conteúdos e na participação ativa das audiências nos processos de produção simbólica (Jenkins, 2009). Entretanto, tais dinâmicas participativas coexistem com estruturas altamente concentradas de controle das plataformas e das infraestruturas tecnológicas, o que produz uma tensão estrutural entre participação ampliada e dependência sistêmica das corporações digitais. A autonomia comunicacional contemporânea passa, assim, a ser construída no interior dessa tensão, por meio da

articulação entre redes locais de produção comunicacional, estratégias de ocupação das plataformas digitais e iniciativas de construção de infraestruturas colaborativas.

Na experiência amazônica, essa tensão adquire contornos específicos, uma vez que as limitações históricas de conectividade, a dependência de serviços tecnológicos externos e as desigualdades de acesso à infraestrutura digital ampliam a vulnerabilidade das iniciativas comunitárias frente aos regimes globais de circulação informacional. Como demonstram os estudos sobre comunicação na Amazônia, os processos comunicacionais na região são profundamente condicionados pelas características territoriais, pelas assimetrias de infraestrutura e pelas formas locais de organização social, o que exige estratégias de adaptação tecnológica e experimentação sociotécnica orientadas às condições específicas do território (Figueiredo, 2015; Gama, 2021).

Nesse contexto, a experiência da Rádio Xibé evidencia que a autonomia comunicacional contemporânea não se define pela inexistência de dependências técnicas, mas pela capacidade de construir arranjos sociotécnicos que mantenham o controle local sobre os processos de produção comunicacional, fortaleçam redes colaborativas de comunicação e ampliem a participação comunitária nos circuitos de circulação de informação.

A rádio configura-se, assim, como experiência tecnopolítica situada, na qual memória analógica, inovação digital e práticas de comunicação popular se articulam na construção de formas contemporâneas de autonomia comunicacional amazônica, revelando que os processos de digitalização da comunicação não eliminam as disputas históricas pelo direito à comunicação, mas as deslocam para novos campos de atuação, marcados pela interdependência entre infraestrutura tecnológica, regimes de visibilidade e ação coletiva territorial.

3.10 O Laboratório Edilberto Sena como espaço de resistência e criação



Figura 20 1 Laboratório de Educomunicação Padre Edilberto Sena, localizado no CEST/UEA, em Tefé, Amazonas. Mural elaborado por Ailson Fernandes. Fonte: Arquivo pessoal.

A reativação da Rádio Xibé, em 2024, constituiu-se como um gesto político, educativo e simbólico de grande potência, marcado pela retomada de vozes e pela afirmação de práticas comunicacionais insurgentes. Mais do que um simples retorno ao ar, tratou-se de um movimento de resistência e de reinvenção que encontrou, no Laboratório de Educomunicação Padre Edilberto Sena, abrigo institucional, e sobretudo um espaço fértil para criação e experimentação. Localizado no coração do Centro de Estudos Superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas (CEST/UEA), o laboratório se afirma como território de escuta sensível, de produção coletiva de sentidos e de provocação epistemológica, em sintonia com uma pedagogia da comunicação crítica, dialógica e libertadora.

Inspirado na trajetória do padre Edilberto Sena⁵⁰, figura histórica das rádios comunitárias na Amazônia e militante incansável pela democratização das mídias, o Laboratório de Educomunicação nasceu com a proposta de ser mais que um espaço físico, constituiu-se como um campo de formação, experimentação e insurgência. Desde sua fundação, assumiu a missão de fortalecer o protagonismo de sujeitos historicamente

⁵⁰Padre Edilberto Francisco Moura Sena (1942–), natural de Belterra (PA), é sacerdote católico, escritor e ativista social. Foi diretor da Rádio Rural de Santarém, fundador do Movimento Tapajós Vivo e presidente da Rede de Notícias da Amazônia (RNA), destacando-se pela defesa da floresta, das populações amazônicas e pela comunicação comunitária.

silenciados, ampliando os horizontes da educomunicação e tensionando as fronteiras entre saberes acadêmicos, populares e ancestrais. Nesse processo, articula práticas comunicacionais com tecnologias livres, comunicação popular e territorialidades de saber, transformando-se em um *locus* de resistência cultural e de produção coletiva de conhecimento crítico.

Foi nesse contexto que, em 31 de outubro de 2024, a Rádio Xibé retornou ao ar em formato digital, inaugurando sua nova fase como webrádio. O lançamento coincidiu com o encerramento do curso “Webrádio e Diálogos Panamazônicos”⁵¹, promovido pelo próprio LabEducom Edilberto Sena, e reuniu comunicadores, estudantes, professores e moradores de Tefé em um gesto coletivo de celebração e retomada. Mais do que reativar uma emissora, o momento simbolizou o reposicionamento de uma escuta comprometida com as vozes da Amazônia: uma escuta que, agora, se integra às redes digitais, mas sem romper com suas raízes territoriais, críticas e afetivas.

Desde então, o laboratório passou a atuar como verdadeiro centro nervoso da nova fase da Xibé. Foi nele que programas começaram a ser gravados, transmitidos e organizados, mas sua presença não se restringiu às quatro paredes do estúdio, expandiu-se para comunidades, escolas, universidade, aldeias e encontros formativos, evidenciando o caráter itinerante e comunitário da experiência. A estrutura mínima, alguns dois microfones, um computador equipado com softwares livres, um pequeno estúdio e, sobretudo, a força de uma vontade coletiva, mostrou-se suficiente para reacender uma rede viva de comunicação, capaz de articular territórios, saberes e afetos em movimento.

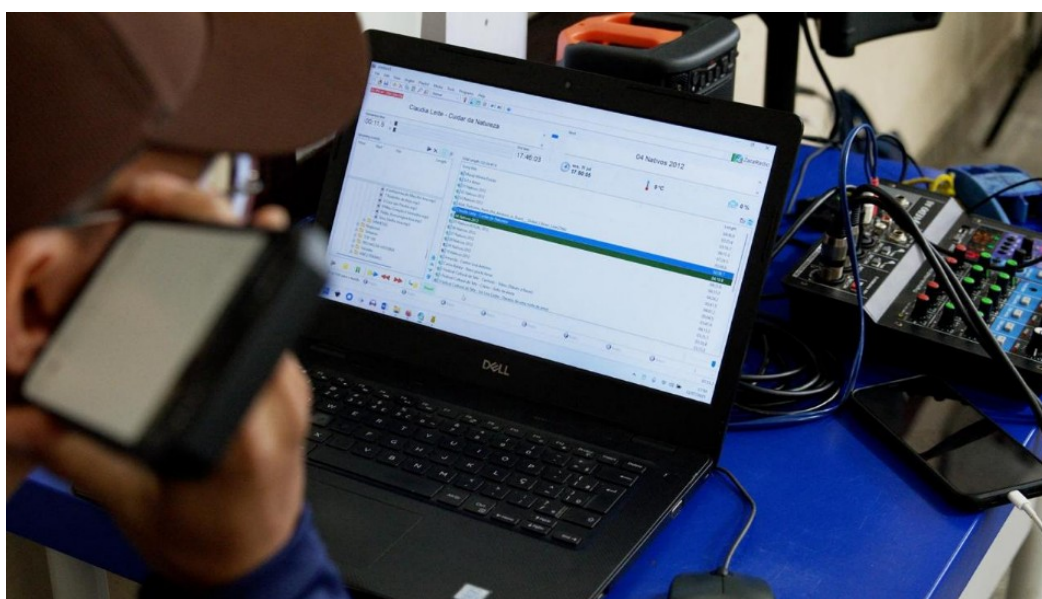


Figura 21 Estrutura da Rádio Xibé montada durante o II Encontro de Cidadania Digital, realizado em julho de 2025, em Santo Antônio do Içá (AM). Fonte: Caroline Reucker.

⁵¹ A programação do curso pode ser consultada, em: <https://plantaformas.org/conferences/webradio-panamazonia>

A prática cotidiana do laboratório se alimenta de três pilares: a autonomia, a partilha e a escuta. Os novos comunicadores da Xibé aprendem a operar os equipamentos ao mesmo tempo em que discutem política, escolhem trilhas sonoras, escrevem roteiros e rememoram as suas histórias e as histórias de seus povos. Não há manuais fechados. Há experimentação. O laboratório tornou-se, assim, uma tecnologia social viva, um território de aprendizagem coletiva onde os saberes se entrelaçam e as vozes se misturam.

“O LabEducom é como um corpo que pulsa. Cada pessoa que entra ali carrega uma história, e quando fala no microfone, aquilo vira parte da história da rádio. É um lugar de muitas escutas. E de muitas urgências.” (Fernanda Taveira, voluntária no LabEducom, em 2025).

Diante das ameaças de homogeneização algorítmica, da censura disfarçada de moderação e da plataformização dos afetos, o laboratório funciona como zona autônoma de comunicação. Nele, a prática educomunicativa é vivida como modo de resistência, contra o silenciamento, contra a pasteurização das linguagens, contra a exclusão tecnológica. A Rádio Xibé, ali dentro, torna-se mais que um projeto de mídia: torna-se uma política de futuro, uma estética de mundo.

3.11 O curso “Webrádio e Diálogos Panamazônicos”: concepção, execução e desdobramentos

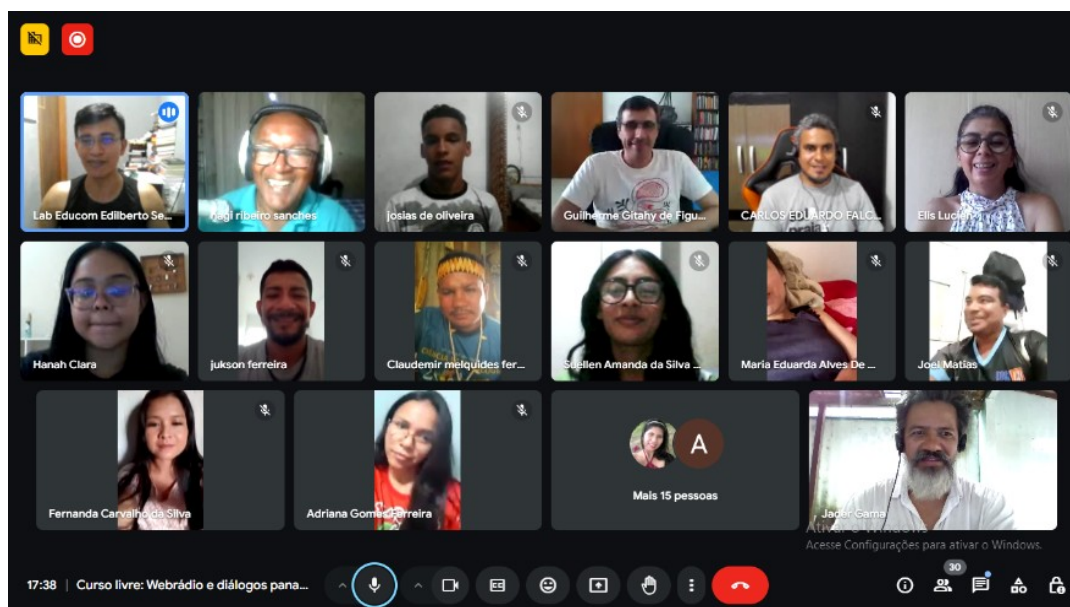


Figura 22 Curso Webrádio e Diálogos Panamazônicos: Encontro de Conhecimentos Livres e Cultura Digital, realizado no dia 25/10/2024. Fonte: Arquivo pessoal.

A reinvenção da Rádio Xibé, em seu novo formato de webrádio, foi intencionalmente sincronizada com o encerramento do curso “Webrádio e Diálogos Panamazônicos: Encontro de Conhecimentos Livres e Cultura Digital”⁵², realizado nos dias 25 de outubro e 1º de novembro de 2024. Esta atividade formativa, organizada pelo Laboratório de Educomunicação Padre Edilberto Sena (LabEducom) em parceria com o Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST/UEA), simbolizou mais que um marco institucional, foi o gesto inaugural de um novo tempo comunicacional para Tefé e a Panamazônia.

O curso foi concebido como um espaço de escuta e de articulação de saberes diversos, técnicos e populares, acadêmicos e comunitários, digitais e ancestrais. Mais do que ensinar a operar uma webrádio, a proposta buscava fomentar uma consciência crítica acerca do uso do espectro, da liberdade de expressão, da apropriação de tecnologias livres e da necessidade urgente de reencantar a comunicação como prática de mundo. Nesse sentido, como lembra Figueiredo (2015), ao citar a entrevista com Adelson Carvalho, realizada em Tefé, em 1º de março de 2013:

Rádio livre é um mecanismo, é um veículo de comunicação que [existe] quando as pessoas se reúnem para um objetivo que visa não só melhorar a sua qualidade de vida, de formação, de conhecimento, mas que tenham a oportunidade de fazer com que mais pessoas tenham a possibilidade de saber que é possível você mesmo fazer a sua rádio. (...) Ninguém aprende sozinho, nós aprendemos uns com os outros, cada um tem algo para ensinar. Muitas das vezes a gente só não tem um espaço e um local para difundir o conhecimento que tem. Entrevista com Adelson Carvalho, Tefé, 1/3/2013. (Figueiredo, 2015, p. 271).

A programação do curso refletiu essa perspectiva. No primeiro dia, a palestra de abertura foi conduzida por Guilherme Gitahy de Figueiredo, orientador desta pesquisa e autor de uma das principais teses sobre rádios livres no Brasil. Ao revisitar a trajetória da Rádio Xibé e conectar sua reativação à luta por autonomia comunicacional, Gitahy destacou o caráter insubmisso da rádio como prática educomunicativa. Em seguida, uma conversa aberta mobilizou memórias e provocações, reforçando a importância da escuta como metodologia de pesquisa e criação.

Ainda no primeiro encontro, Suellen Freire⁵³ abordou o protagonismo feminino na comunicação amazônica, a partir da experiência do coletivo “Ampliando Vozes” na Rádio Rural FM, enquanto Nagi Sanches⁵⁴ tratou dos desafios e caminhos para

⁵²Destaques sobre a programação foram documentados na Plataforma, disponível em: <https://plantaformas.org/conferences/webradio-panamazonia>

⁵³Mestra em Ciências Humanas pelo PPGICH/UEA, Comunicadora Popular e membro do Coletivo “Ampliando Vozes no Médio Solimões”, iniciativa formada por mulheres indígenas e não indígenas.

⁵⁴Radialista, comunicador popular e diretor da Rádio Aldeia, no Pará. Ouça a Rádio Aldeia, em: <https://radio.terrapreta.org.br/public/aldeia>

implementação de rádios comunitárias na Amazônia, com ênfase na transição para Webrádios operando com softwares livres. A combinação de relatos, demonstrações técnicas e reflexões críticas transformou o evento em um campo fértil de aprendizagens sensíveis.

O segundo encontro trouxe à tona aspectos mais tecnopolíticos. Jader Gama, referência em cultura digital e soberania tecnológica, defendeu a ocupação do espectro como forma de cultivar redes autônomas e insurgentes, sublinhando que o território digital também é floresta. Carlos Lunna⁵⁵, por sua vez, apresentou o conceito de Produtoras Culturais Colaborativas Livres, como estratégias de sustentabilidade para rádios e coletivos. Por fim, Daniel Luís Albuquerque fechou o ciclo com um laboratório de produção de conteúdos para rádios e *podcasts* baseados em softwares livres e redes sociais comunitárias.

Mas talvez o mais importante não tenha sido o que foi dito, e sim o que se produziu a partir do curso. Ao longo das atividades, participantes gravaram boletins, esboçaram vinhetas, desenharam novas programações e, sobretudo, se reconheceram como sujeitos comunicantes, consumidores de mídia e criadores de mundos. A escuta, como propõe Guattari (1992), passou a ser entendida como forma de resistência e cuidado, e a comunicação como uma política de presença.

“Antes do curso, eu pensava que rádio era só falar no microfone. Depois eu vi que é mais que isso: é criar, escutar, organizar o que a gente quer dizer e como quer dizer. É coletivo. É vivo” (Depoimento de participante, 2024).

Os desdobramentos do curso foram imediatos. Além da reestreia oficial da Rádio Xibé como Webrádio, houve a criação de novos programas experimentais, a formação de grupos de trabalho, a ampliação do acervo sonoro e o início da articulação com outras rádios e coletivos da Panamazônia. Surgiram também propostas para futuras edições do curso, com módulos avançados sobre edição, jornalismo comunitário e plataformas descentralizadas de *streaming*.

O “Webrádio e Diálogos Panamazônicos” funcionou como catalisador. Conectou trajetórias, despertou vozes e consolidou o LabEducom como ecossistema de criação. Foi, ao mesmo tempo, ponto de partida e reafirmação de que fazer rádio na Amazônia é ocupar um espectro de sentidos, é pedagogia da floresta, insurgência digital e construção de mundos possíveis.

⁵⁵Produtor cultural, curador e articulador no coletivo Tear Audiovisual. Disponível, em: <https://iteia.org.br/>

3.12 Os coletivos da nova Xibé: juventudes, mulheres, indígenas e ativistas digitais



Figura 23 Juventude na Xibé. Fonte: Raimundo Medeiros.



Figura 24 Juventude programando na Xibé. Fonte: Raimundo Medeiros.

Desde sua reestreia em outubro de 2024, a Xibé tem sido uma continuidade da antiga emissora FM, é uma nova geração em formação, múltipla, viva e interseccional. O que a define hoje é a pluralidade dos corpos, vozes, saberes e modos de estar no mundo que atravessam sua programação. A rádio se tornou um território de articulação

de coletivos que operam nas bordas do sistema, e que fazem da comunicação uma trincheira e uma celebração.

São jovens estudantes, artistas, professoras, mães, militantes ambientais, indígenas de diferentes povos, comunicadores populares, técnicos em formação e sonhadores de todo tipo. A grade de programação da nova Xibé reflete essas presenças com programas.

GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO XIBÉ		
PROGRAMA	DIA DA SEMANA	HORÁRIO
Jovens Protagonistas	Sábado	14h
A Voz dos Povos Indígenas	Sábado	15h
Podcast Trilhas da História	Quinta-feira	10h
Podcast Xibé na Cuia	Quinta-feira	18h
REC na Xibé	Segunda-feira	19h
Jornal Amazônia é Notícia	De Segunda a Sexta-feira	17h
Caminhos da Amazônia	Domingo	9h
Reprise do Ampliando Vozes	Sábado	20h

Figura 25 Nova grade de programação da Rádio Xibé. Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador.

Cada faixa horária⁵⁶ é também uma faixa de luta simbólica, onde se tensionam temas como gênero, território, ancestralidade, ecologia, tecnologia e memória.

“A Xibé é o único lugar onde eu posso falar o que eu vivo sem ter que traduzir. Aqui eu sou ouvida como sou. E não como querem que eu seja.” (Evely Pantoja, comunicadora do programa Jovens Protagonistas, em entrevista, 2025)

Essa dimensão da escuta sem filtro, da palavra insurgente, cria uma ambiência que difere radicalmente das mídias tradicionais e mesmo de muitas rádios comunitárias engessadas em formatos convencionais. O rádio aqui é uma ferramenta, é linguagem, é território, é gesto. Os comunicadores aprendem fazendo, errando, corrigindo, e muitas vezes reinventando suas formas de narrar a vida.

“Eu nunca pensei que fosse ser comunicadora. Eu era só ouvinte da rádio antiga. Quando voltou, me chamaram pra fazer um programa. No começo eu tremia pra falar. Agora eu edito, apresento, entrevisto. A rádio virou um pedaço de mim” (Daiane Santiago, comunicadora do programa Jovens Protagonistas, em entrevista, 2025).

⁵⁶A programação atual da Xibé é composta de conteúdos informativos, culturais e educacionais produzidos de forma colaborativa por comunicadores, estudantes e comunidades amazônicas, fortalecendo a comunicação popular.

A presença indígena também se intensificou nesta nova fase, não como representação folclórica, mas como protagonismo real. O programa *A Voz dos Povos Indígenas*, comandado por Claudemir Melquides Fernandes, da etnia Kambeba, da terra indígena Jaquiri, no município de Uarini, no Médio Solimões, tornou-se espaço de denúncia, afirmação e tradução cultural. Nele, ouve-se o que raramente aparece nas grandes redes: línguas originárias, lutas de base, saberes da floresta, cantos e oralidades que resistem há séculos. “Falar na rádio é como esticar o arco. A palavra é a flecha. A gente precisa dizer o que a terra sente. E a rádio é nossa aliada.” (Claudemir Kambeba, em entrevista, 2025).

Esses depoimentos não são só ilustrações, são o próprio corpo da pesquisa. São eles que ancoram esta investigação na ética da escuta e na política do encontro. Como propõe Paulo Freire (1996), educar, e, por extensão, comunicar, é um ato de amor e coragem. A coragem de escutar o outro em sua inteireza, e o amor como abertura ao mundo possível que se constrói em coletivo.

O coletivo *Ampliando Vozes*, composto majoritariamente por mulheres, traz à programação um compromisso firme com a pluralidade e com as pedagogias do cuidado. Seus programas exploram temas como maternidade na floresta, sexualidade, educação antirracista, ecologia dos afetos e denúncias contra a violência de gênero.

“A gente não precisa de permissão pra existir. E a rádio é esse lugar: onde a gente inventa jeitos de se manter viva. De se manter dizendo” (Adriana Ferreira, estudante de Pedagogia e apresentadora programa Xibé na Cuia, 2025).

A rádio digital⁵⁷, neste contexto, torna-se ferramenta de reterritorialização. Ela não só emite sinais, ela constrói vínculos. Ela atravessa as margens dos bairros, das aldeias e das universidades, dissolvendo muros e criando redes. A cada programa, uma narrativa se firma; a cada vinheta, um território sonoro é demarcado.

Ouvintes também dão forma a essa experiência. Muitos acompanham a rádio pelo celular, enviam mensagens, sugerem músicas e compartilham os links das transmissões. São eles que, na prática, testam e moldam a escuta pública. “Todo sábado a gente coloca a rádio no *bluetooth* da caixa e escuta junto. É como se a gente estivesse ali, é coisa nossa, a gente se sente em casa e a gente estivesse ali falando.” (Juan Fernandes, Aldeia Indígena Jaquiri, Uarini/Am, 2025). Essa ecologia de saberes, vozes e experiências transforma a Rádio Xibé em algo mais do que uma rádio. Ela é, hoje,

⁵⁷ A rádio digital é um sistema de radiodifusão sonora que transmite o sinal em formato digital, em vez de analógico, permitindo melhor qualidade de áudio, uso mais eficiente do espectro de frequências e a oferta de serviços adicionais como textos, imagens e interatividade.

uma rede viva de subjetividades amazônicas que desafiam a lógica do monopólio comunicacional.

3.13 Softwares livres, infraestrutura e tecnopolítica: práticas de soberania comunicacional



Figura 25 Rádio Xibé montada e em transmissão ao vivo, durante encontros de cidadania digital no Amazonas. Fonte: Caroline Reucker.

A reativação da Rádio Xibé como Webrádio não representou unicamente uma mudança de plataforma, ela implicou uma virada epistemológica e política em sua forma de operar. Ao optar pelo uso de softwares livres, pela construção colaborativa da grade e pela rejeição às lógicas fechadas das grandes plataformas comerciais, a nova Xibé assume uma postura tecnopolítica consciente, onde cada escolha técnica é também um posicionamento ético.

Inspirada nos princípios do Movimento Software Livre, a Rádio Xibé utiliza ferramentas que garantem as quatro liberdades essenciais definidas por Richard Stallman: executar, estudar, modificar e redistribuir o software. Isso significa que as transmissões não são dependentes de sistemas proprietários e que os comunicadores da rádio podem aprender não apenas a usar, mas a entender e transformar a tecnologia com a qual trabalham.

A infraestrutura técnica da rádio, embora modesta, foi construída de forma colaborativa e estratégica. Utilizam-se servidores de *streaming Icecast*, sistemas operacionais Linux, softwares de automação radiofônica como *ZaraRádio*, *Rivendell* e *Mixxx*, editores de áudio como *Audacity* e programas de produção gráfica baseados em *GIMP* e *Inkscape*. Esses recursos são operados em oficinas internas no LabEducom, o que permite a produção da rádio e a formação contínua de novos técnicos e programadores. “Quando a gente aprende a mexer no *mixer* ou a configurar o servidor do *Icecast*, a gente deixa de ser só consumidor. A gente se sente dono da nossa rádio, da nossa tecnologia” (Joel Matias, da etnia Kokama, educador da Xibé, 2025).

Essa autonomia tecnológica, no entanto, não é isenta de tensões. O enfrentamento das grandes plataformas corporativas, como *YouTube*, *Facebook*, *Instagram* ou *Spotify*, impõe desafios de alcance, compatibilidade e visibilidade. A plataformação da vida digital, conforme Gama (2021), tende a reduzir o campo da comunicação a poucos intermediários que controlam algoritmos, monetização e visibilidade. Optar por caminhos livres, nesse cenário, é também optar por menos audiência imediata, mas por mais soberania e controle sobre os próprios dados e narrativas.

A tecnopolítica da Rádio Xibé é uma forma de enfrentamento criativo. Ao articular sua presença em plataformas comerciais apenas quando necessário, e priorizar canais autônomos como seu próprio site, transmissões descentralizadas e repositórios colaborativos, a rádio tece uma espécie de ecologia de mídias próprias. Essa lógica busca ampliar a autonomia digital da comunidade e fortalecer uma pedagogia da comunicação baseada em direitos, consciência crítica e cultura hacker.

“Não se trata apenas de usar software livre. É uma forma de pensar o mundo, de compartilhar conhecimento e de se proteger. A floresta precisa de firewalls também.” (Jader Ribeiro Gama durante palestra no curso Webrádio e Diálogos Panamazônicos, 2024).

Na prática cotidiana, a escolha por ferramentas livres também se converte em pedagogia. Ao transmitir oficinas, produzir vinhetas ou montar a grade semanal, os comunicadores são constantemente convidados a aprender os porquês de cada decisão tecnológica. A edição de áudio, por exemplo, deixa de ser apenas um procedimento técnico e se transforma em espaço de criação estética e reflexão política.

A infraestrutura digital da Xibé, ainda que precária em termos de recursos físicos, revela-se robusta em termos de intencionalidade. É uma infraestrutura afetiva, relacional e insurgente, que resiste às limitações materiais com inventividade e espírito

coletivo. Cada transmissor improvisado, cada *script* ajustado em software livre, cada cartaz virtual criado no *GIMP*⁵⁸ carrega consigo uma estética de mundo que escapa ao controle das *big techs* e desafia as normativas coloniais da comunicação hegemônica.

3.14 Desafios e potências da comunicação autônoma no espectro digital

A nova fase da Rádio Xibé se ancora em um campo híbrido de experimentação, ao mesmo tempo em que se apropria de tecnologias digitais, busca construir práticas comunicacionais enraizadas na realidade amazônica, centradas na escuta coletiva, na soberania informacional e na invenção política. Nesse percurso, os desafios são técnicos, estruturais, e sobretudo, epistemológicos e éticos.

A começar pela infraestrutura. A comunicação digital em Tefé está inserida em um cenário amazônico marcado, simultaneamente, pela expansão das redes de conectividade e pela permanência de desigualdades territoriais de acesso. Essa condição assume particular relevância diante das características geográficas do município, que possui extensa área territorial e população distribuída entre a sede urbana e localidades rurais e ribeirinhas.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tefé possuía 73.669 habitantes no Censo Demográfico de 2022, em um território superior a 23 mil km², configuração que evidencia a importância da dimensão territorial para a oferta e o acesso a serviços e infraestruturas de comunicação (IBGE, 2023).

Na Amazônia, as grandes distâncias, a dispersão populacional e as especificidades geográficas constituem desafios para a implantação e ampliação das infraestruturas de telecomunicações. A execução de políticas públicas como o Programa Norte Conectado, baseado na instalação de redes de fibra óptica subfluvial para ampliar a infraestrutura de telecomunicações na região, demonstra tanto os avanços recentes quanto a persistência da necessidade de ampliar a conectividade de alta capacidade no território amazônico (Brasil, 2026).

Esse cenário regional deve ser compreendido no quadro mais amplo das desigualdades de acesso às tecnologias digitais no país. Embora a internet estivesse presente em 95,0% dos domicílios brasileiros em 2025, os dados ainda registravam diferenças entre os espaços urbanos, com 95,8% dos domicílios conectados, e rurais, onde o percentual era de 88,0% (IBGE, 2026). Na Amazônia, essas desigualdades se articulam às particularidades territoriais, logísticas e infraestruturais, tornando as

⁵⁸O GIMP (GNU Image Manipulation Program) é um editor de imagens gratuito e de código aberto, amplamente utilizado para retoque de fotos, composição e criação de artes originais. Lançado inicialmente em 1996, ele se consolidou como a principal alternativa gratuita ao Adobe Photoshop, oferecendo ferramentas avançadas sem custo de assinatura.

condições materiais de conectividade uma dimensão relevante para compreender experiências de comunicação desenvolvidas no ambiente digital.

No caso da Rádio Xibé, a observação participante realizada durante esta pesquisa demonstrou que a migração para o ambiente digital não elimina a dependência de infraestruturas materiais. Embora a transmissão pela internet permita ampliar a circulação dos conteúdos para além dos limites geográficos associados ao alcance de uma emissora em frequência modulada, o funcionamento da webrádio permanece condicionado ao fornecimento de energia elétrica, à disponibilidade e manutenção de equipamentos, ao acesso à internet e às infraestruturas de servidores necessárias à transmissão. Durante o período acompanhado pela pesquisa, oscilações no fornecimento de energia elétrica afetaram diretamente a estrutura utilizada pela Rádio Xibé, ocasionando, inclusive, a perda de um *nobreak* e de um computador empregado nas atividades da rádio, conforme registrado no trabalho de campo.

A experiência evidencia uma tensão própria da comunicação autônoma no ambiente digital: a ampliação das possibilidades de produção, circulação e apropriação tecnológica não significa independência das condições materiais que sustentam essas práticas. Na Rádio Xibé, a autonomia construída por meio da apropriação de tecnologias digitais convive com a dependência de energia, conectividade, equipamentos, manutenção e infraestrutura computacional.

No entanto, essa precariedade não paralisa. Pelo contrário, provoca soluções criativas e reinventadas pelo coletivo dos Espoca Bodes. O uso de softwares livres, já comentado, é um dos caminhos possíveis. Mas, há também a criação de redes locais e panamazônicas de apoio, a distribuição de tarefas entre os comunicadores, o revezamento de equipamentos pessoais, o uso de dispositivos móveis improvisados como microfones ou estúdios portáteis. Essas práticas configuram o que Certeau (1994) chamou de “artes de fazer”, modos táticos de resistência nas frestas do sistema.

Outro desafio diz respeito à formação dos sujeitos comunicadores. Muitos dos novos Espoca Bodes da Xibé nunca haviam lidado com rádio, edição de áudio ou produção de pauta. A aprendizagem, portanto, ocorre “em ato”, no fluxo da programação e das oficinas, o que exige uma pedagogia baseada na escuta, no erro e na horizontalidade. Como observa Freire (1996), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção. “Na Xibé, a gente vai aprendendo junto. Ninguém é mais que ninguém. O microfone é uma escola e o erro também.” (Gabriela Aquino, comunicadora, em 2025).

Há também o enfrentamento com o algoritmo, ou melhor, com os regimes de visibilidade impostos pelas plataformas digitais. A Xibé não está inserida nos circuitos de mídia de massa, nem conta com impulsionamento pago. Suas transmissões, muitas vezes, são despriorizadas por sistemas automatizados que classificam como “irrelevante” aquilo que não se encaixa nos moldes da indústria cultural. Isso nos leva a um paradoxo: o meio é digital, mas a visibilidade continua sendo um campo de disputa colonial.

O paradoxo do ambiente digital reside no fato de que, embora as tecnologias de rede ampliem as possibilidades de produção e circulação de conteúdos por atores periféricos, a visibilidade efetiva dessas produções permanece condicionada aos regimes algorítmicos e infraestruturais das grandes plataformas digitais. Como argumentam Couldry e Mejias (2019), o capitalismo de dados estabelece novas formas de colonialidade informacional, nas quais a captura, o processamento e a hierarquização dos fluxos comunicacionais são organizados por sistemas técnicos que operam segundo lógicas econômicas globais.

Nesse sentido, o digital não representa necessariamente a superação das desigualdades comunicacionais, mas sua reconfiguração em novas escalas e dispositivos de controle, nos quais a disputa pela visibilidade passa a ocorrer não apenas no acesso aos meios de transmissão, mas também nos mecanismos invisíveis de ranqueamento, recomendação e circulação algorítmica de conteúdos.

O aparente paradoxo pode ser compreendido a partir da transformação das formas de controle comunicacional ocorridas na passagem do rádio analógico para o ambiente digital. No modelo analógico, a disputa central pela comunicação estava concentrada no acesso ao espectro radioelétrico e às concessões estatais. Já no ambiente digital, embora o acesso técnico à produção de conteúdo tenha sido ampliado, a circulação e a visibilidade das mensagens passaram a ser mediadas por plataformas digitais, sistemas de indexação e algoritmos de recomendação que organizam a distribuição da informação segundo lógicas econômicas e comerciais.

Assim, o digital não elimina as relações estruturais de poder comunicacional, mas as reconfigura. Se antes a limitação principal era a ausência de concessão ou frequência, hoje o desafio central reside na capacidade de disputar visibilidade dentro de sistemas de plataformas altamente concentrados, nos quais conteúdos produzidos por iniciativas comunitárias tendem a receber menor prioridade nos mecanismos de distribuição algorítmica, especialmente quando não estão integrados às dinâmicas de monetização e publicidade que estruturam a economia das redes digitais.

Nesse sentido, a comunicação digital contemporânea produz um cenário ambivalente: ao mesmo tempo em que permite que rádios comunitárias transmitam globalmente com baixos custos técnicos, insere essas iniciativas em ecossistemas informacionais nos quais a visibilidade é regulada por infraestruturas privadas e regimes algorítmicos que reproduzem, em novas formas, as desigualdades históricas do sistema midiático. O que se observa, portanto, não é a superação das disputas pelo direito à comunicação, mas o deslocamento dessas disputas do controle do espectro radioelétrico para o controle das infraestruturas digitais e dos regimes de visibilidade que organizam a circulação das narrativas no ambiente online.

Contudo, é nesse mesmo espectro, invisibilizado, marginal, que reside a potência da comunicação autônoma. A Rádio Xibé não se propõe a competir com grandes conglomerados, mas a criar outra ambiência. Seus ouvintes não são massa, são comunidade. Seus programas não são produtos, são processos. E cada transmissão é também um ritual de pertencimento, uma reafirmação de que a Amazônia pensa, cria e comunica por si. “A rádio é um ponto de encontro. Ela não quer ser viral. Ela quer ser vital.” (Suellen Freire, historiadora e comunicadora popular e membro do “Coletivo Ampliando Vozes no Médios Solimões”, em 2025).

Essa vitalidade é política. Num contexto global em que a desinformação, o monopólio das plataformas e o silenciamento de vozes periféricas se intensificam, sustentar uma rádio livre na Amazônia é um ato insurgente. É, como diria Santos (2019), apostar na ecologia de saberes como antídoto contra o epistemicídio. A Rádio Xibé atua como tecnologia social, meio educ comunicativo e forma de resistência. Seu maior desafio talvez seja justamente este, não se render às promessas fáceis do digital e seguir fiando, com paciência e teimosia, uma comunicação do comum, do compartilhado, do vivo.

3.15 Fábio Jorge e o legado da escuta viva

As cores do seu rosto

*As cores do seu rosto nos meus sonhos
são como névoa da noite a se instalar,
são como o frio que obriga a cobrir a face,
são como meus sentidos a te desenhar.*

*Nos meus sonhos sussurro o seu nome,
traço a delicadeza da sua cor;
as cores do seu rosto moldam meu sono
no despertar do beijo sem sabor.*

*As cores do seu rosto, nos meus sonhos,
se formam no estalar da chuva lá fora,
desenham o desejo de um toque sutil
e têm a cor da minha paleta de outrora.*

Espoca Bode, Fábio Jorge Araújo da Cruz (*in memoriam*)

Poema inédito, enviado em 17/01/2025, a sua amiga e professora Thaila Bastos da Fonseca, escrito doze dias antes de seu trágico falecimento, em 29/01/2025.

A história da Rádio Xibé é feita de vozes que se entrelaçam em um mesmo campo de afetos, ideias e práticas. Algumas dessas vozes seguem conosco, reinventando cotidianamente a experiência de comunicar na Amazônia; outras, ainda que silenciadas, permanecem audíveis nas memórias e nas ondas do comum. Entre essas presenças que se tornaram permanência está Fábio Jorge Araújo da Cruz, comunicador popular, radialista e militante da palavra livre, cuja trajetória marcou de modo indelével a história recente da comunicação popular no Médio Solimões.

A trajetória de Fábio Jorge no Médio Solimões personificou a crítica de Freire à comunicação 'extencionista' e bancária. No 'Painho Cultural', a comunicação deixava de ser uma transmissão técnica para se tornar um diálogo fundante. Ao rejeitar o 'falar sobre' o outro, Fábio estabelecia uma pedagogia da escuta, onde a voz da periferia e das águas não era somente ouvida, mas validada como saber legítimo. Seu trabalho foi a materialização de uma educomunicação dialógica, que reconhece na convivência e na atenção às vozes invisibilizadas a única forma de construir uma prática ética e verdadeiramente comunitária.

Na tessitura da Xibé, sua presença foi um dos fios que ligaram a rádio à comunidade, ajudando a transformar o espaço de transmissão em espaço de

pertencimento. Sua voz, firme e afetiva, ecoava o princípio que atravessa toda a história da comunicação livre: o de que ninguém fala sozinho, e que o som, quando compartilhado, é também uma forma de justiça.

Na quarta-feira, (29/01/2025), a comunicação popular amazônica perdeu uma de suas vozes mais combativas e inspiradoras. Fábio Jorge Araújo da Cruz, integrante do Programa de Extensão Paneiro de Educomunicação e programador da Rádio Xibé, faleceu de forma trágica, deixando um legado imensurável para a democratização da informação e o fortalecimento das narrativas ribeirinhas. Sua passagem pela Xibé não foi somente a de um colaborador técnico ou voluntário, foi a de um educador da escuta, alguém que compreendia o rádio como extensão do corpo social e espaço de invenção coletiva.

Desde cedo, Fábio percebia que comunicar ia além de transmitir. Para ele, a ação de comunicar, era tecer redes de sentido. Nas oficinas do Paneiro e nas produções da Xibé, ele transformava o microfone em ferramenta de mediação cultural, conectando gerações e territórios. Seu trabalho articulava a oralidade tradicional amazônica com a linguagem digital, abrindo caminhos para que histórias esquecidas ganhassem voz e presença. Era comum vê-lo acompanhando jovens e artistas de diversas cenas culturais tefeenses em processos de gravação e ao vivo, ensinando-lhes lições além do microfone.

Em suas práticas, Fábio fazia ecoar o princípio freiriano de que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão”. Essa comunhão era, para ele, o fundamento da comunicação popular. Ao lado de estudantes, professores e moradores das comunidades, organizava debates, roteiros, gravações e transmissões que nasciam de uma mesma pergunta: quem tem direito de falar? Sua resposta era sempre a mesma, todos.

A presença de Fábio Jorge na Rádio Xibé materializava, na prática, o que este trabalho entende como tecnopolítica da convivência, o uso ético e compartilhado da técnica como forma de fortalecer o comum. Sua escuta era também uma forma de resistência; sua voz, um exercício de autonomia coletiva.



Figura 26 Fábio Jorge ao lado de seu amigo George Inhuma, durante edição especial do programa Panela Cultural. Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador.

*“És princesa do rio Solimões,
Salve, salve, Tefé sobranceira!
Tens os nossos fiéis corações.”*

(CÁUPER, Hino de Tefé, refrão, 1983)

3.16 Ilações das ressonâncias da Xibé no Digital

As categorias mobilizadas ao longo deste trabalho, como tecnopolítica, autonomia comunicacional, dependência infraestrutural, território e tecnologia social, não devem ser interpretadas de forma isolada, mas como dimensões interdependentes de um mesmo processo de reconfiguração sociotécnica da comunicação. No caso da Rádio Xibé, essas dimensões se articulam na prática, evidenciando que a disputa por autonomia comunicacional ocorre simultaneamente no plano técnico, territorial, político e simbólico, constituindo um campo complexo de tensões e possibilidades no contexto amazônico.

Com isso, a lacuna científica que esta pesquisa procura preencher reside na insuficiente compreensão dos processos de reinvenção sociotécnica das rádios comunitárias amazônicas no contexto da migração do espectro analógico para o ambiente digital, especialmente a partir de experiências localizadas fora dos grandes centros urbanos. Nesse sentido, a Rádio Xibé constitui um objeto relevante para o campo da Comunicação por evidenciar como iniciativas comunitárias, historicamente vinculadas à comunicação popular e à educomunicação, reconfiguram suas práticas técnicas, organizacionais e pedagógicas diante das transformações das infraestruturas midiáticas contemporâneas.

A reinvenção sociotécnica da Rádio Xibé não se dá somente pela adoção de novas ferramentas digitais, contudo, por um processo articulado que envolve a reconfiguração das práticas comunicacionais, a incorporação de novas infraestruturas tecnológicas e a reorganização das dinâmicas coletivas de produção e circulação da informação. Trata-se de um movimento no qual elementos técnicos, sociais e territoriais se entrelaçam, produzindo novas formas de operar, significar e compartilhar a comunicação no contexto amazônico.

A experiência da Xibé revela que a transição para o modelo de webrádio representa uma mudança tecnológica e um processo político e territorial de reorganização das formas de produção e circulação da palavra pública. Embora situada no Médio Solimões, sua trajetória dialoga com desafios comuns enfrentados por inúmeras rádios comunitárias latino-americanas, como precariedade de recursos,

disputas de visibilidade e dependência de plataformas digitais. A reinvenção digital da rádio não deve ser interpretada como um caso isolado, mas como parte de um fenômeno mais amplo de reterritorialização comunicacional das mídias comunitárias, que buscam manter sua autonomia e relevância social em ecossistemas digitais marcados por assimetrias tecnológicas e informacionais.

A noção de reinvenção sociotécnica refere-se ao processo pelo qual práticas comunicacionais comunitárias reorganizam simultaneamente suas dimensões tecnológicas, sociais e políticas diante das transformações das infraestruturas midiáticas contemporâneas. Nesse sentido, o conceito central do trabalho é o de reinvenção da comunicação comunitária no espectro digital, entendido como a reconfiguração das formas de produção, circulação e escuta da palavra pública mediadas por plataformas de streaming e redes digitais. A tecnopolítica manifesta-se concretamente na experiência da rádio na medida em que decisões técnicas, como escolha de servidores, softwares livres, formatos de transmissão e estratégias de circulação, tornam-se também decisões políticas relacionadas à autonomia comunicacional e à democratização do acesso à informação.

O estudo dialoga com o campo das epistemologias do Sul ao reconhecer a Rádio Xibé como espaço de produção de conhecimentos situados, construídos a partir de práticas coletivas, saberes territoriais e experiências de comunicação popular amazônica, frequentemente invisibilizadas pelos modelos hegemônicos de mídia. Nesse contexto, a webrádio pode ser compreendida como uma tecnologia social⁵⁹, pois não se limita ao uso instrumental de ferramentas digitais, mas constitui um dispositivo coletivo de formação, participação cidadã e fortalecimento de redes comunitárias de comunicação, orientado pela resolução de demandas locais e pela ampliação das possibilidades de expressão pública de grupos historicamente sub-representados.

A opção metodológica pela observação participante e pelas entrevistas semiestruturadas decorre da necessidade de compreender a experiência da Rádio Xibé a partir de suas dinâmicas internas de produção comunicacional, práticas coletivas e processos formativos, elementos que dificilmente seriam apreendidos por abordagens exclusivamente quantitativas. O fato de o pesquisador também atuar como participante do projeto foi tratado não como um obstáculo, mas como uma condição reflexiva da

⁵⁹A compreensão da rádio como tecnologia social implica superar uma visão estritamente instrumental da técnica, entendendo-a como um conjunto de práticas, saberes e formas de organização social. Nesse sentido, a Rádio Xibé pode ser interpretada como uma tecnologia social situada, construída por meio de processos coletivos de apropriação e experimentação, que articulam conhecimentos técnicos, dinâmicas territoriais e práticas colaborativas, voltadas à ampliação das capacidades de expressão, organização e participação dos sujeitos no contexto amazônico.

pesquisa, assumida de forma explícita por meio de registros sistemáticos de campo, triangulação de fontes e constante problematização da posição do pesquisador no processo investigativo.

Entre as principais limitações do estudo destacam-se o recorte territorial específico, a impossibilidade de mensurar quantitativamente todos os impactos comunicacionais da rádio e a própria natureza processual do fenômeno analisado, que continua em transformação. Ainda que um desenho quantitativo pudesse oferecer indicadores de alcance e audiência, dificilmente captaria as dimensões pedagógicas, organizacionais e sociopolíticas que constituem o foco central desta investigação. A validade científica dos dados foi assegurada por meio da triangulação metodológica entre entrevistas, observação participante, registros documentais e análise das produções comunicacionais da rádio, garantindo consistência interpretativa e coerência entre os procedimentos metodológicos adotados e os objetivos da pesquisa.

O principal achado da pesquisa demonstra que a transição da Rádio Xibé para o ambiente digital não representou só uma mudança de suporte tecnológico, mas uma profunda reconfiguração de suas práticas organizacionais, pedagógicas e territoriais de comunicação comunitária. Estruturalmente, a passagem do modelo analógico para o digital deslocou a infraestrutura de transmissão das torres e equipamentos de radiodifusão para servidores, plataformas de *streaming* e redes de dados, ao mesmo tempo em que ampliou as possibilidades de circulação de conteúdos para além dos limites geográficos locais. A digitalização contribuiu para expandir o alcance potencial da rádio, permitindo sua escuta em diferentes territórios, embora tenha introduzido novos desafios relacionados à dependência de plataformas digitais e à disputa por visibilidade em ambientes mediados por algoritmos.

Esses sistemas automatizados influenciam diretamente a capacidade de circulação dos conteúdos produzidos, favorecendo materiais alinhados às lógicas comerciais das plataformas e, muitas vezes, reduzindo a visibilidade de iniciativas comunitárias. Nesse contexto, a experiência da Xibé contribui para tensionar a compreensão tradicional de rádio comunitária, ao evidenciar que, no cenário contemporâneo, a territorialidade comunicacional não se limita ao espectro radiofônico convencional, mas passa a ser constituída também por redes digitais, ecossistemas colaborativos e práticas sociotécnicas que redefinem as formas de presença pública das mídias comunitárias.

A experiência da Rádio Xibé, embora situada em um contexto específico da Amazônia, não deve ser compreendida como um caso isolado, mas como expressão de

dinâmicas mais amplas que atravessam o campo da comunicação contemporânea. As transformações observadas, como a transição para o ambiente digital, a reconfiguração das práticas comunicacionais e as tensões entre autonomia e dependência tecnológica, não se restringem ao caso analisado, mas refletem processos mais gerais de reorganização sociotécnica das mídias.

Nesse sentido, a Rádio Xibé funciona como um observatório privilegiado dessas transformações, permitindo compreender, a partir de uma experiência situada, como iniciativas de comunicação popular e comunitária se reconfiguram diante das novas condições impostas pelo ambiente digital. Trata-se, portanto, de uma generalização de caráter analítico, na qual o caso específico não busca representar a totalidade dos fenômenos, mas iluminar processos e relações que podem ser observados em outros contextos, ainda que sob diferentes configurações territoriais e sociotécnicas.

Assim, esta dissertação apresenta como principal inovação a proposição analítica da reinvenção sociotécnica das rádios comunitárias no espectro digital amazônico, deslocando o foco das análises tradicionais centradas somente na legalização, na estrutura institucional ou no alcance técnico das emissoras, para compreender os processos de transformação comunicacional articulados às práticas territoriais, pedagógicas e tecnopolíticas. Embora contenha dimensões descritivas necessárias à reconstrução histórica e contextual do objeto, a pesquisa assume caráter predominantemente explicativo ao interpretar as dinâmicas de reconfiguração da Rádio Xibé como parte de um fenômeno mais amplo de reorganização das mídias comunitárias frente às infraestruturas digitais contemporâneas.

A proximidade do pesquisador com o objeto foi tratada de maneira reflexiva e metodologicamente controlada, mediante triangulação de dados, registro sistemático das observações e explicitação das condições de produção do conhecimento, buscando transformar a inserção no campo em elemento analítico e não em viés interpretativo. Caso houvesse maior disponibilidade de tempo e recursos, a pesquisa poderia aprofundar análises comparativas com outras experiências de rádios comunitárias digitais na Amazônia e em contextos latino-americanos, ampliando a dimensão comparativa dos resultados. A contribuição teórica central do trabalho reside na articulação entre comunicação comunitária, tecnopolítica e epistemologias do Sul para compreender as webrádios como tecnologias sociais de formação e participação cidadã. Em síntese, a principal contribuição desta dissertação pode ser expressa na seguinte formulação: a Rádio Xibé evidencia que a migração das rádios comunitárias para o

ambiente digital não significa apenas adaptação tecnológica, mas a emergência de novos regimes territoriais de comunicação do comum.

3.17 Ouça a Rádio Xibé – A Rádio que Espoca Bodes



<https://terrapreta.org.br/radioxibe/>

Acesse o site e ouça a programação da Espoca Bodes.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org.). Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013. p. 157-174.
- AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. Comunicação, cultura e territorialidades na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2012.
- BARBERO, Jesús Martín. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.
- BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. Epistemologies of the South: justice against epistemicide. London: Routledge, 2010.
- BOLTER, Jay David; GRUSIN, Richard. Remediation: understanding new media. *Cambridge: MIT Press, 2000.*
- BOURDIEU, Pierre. O senso prático. Petrópolis: Vozes, 1990.
- BRASIL. Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9612.htm. Acesso em: 03 abr. 2026.
- BRASIL. Agência Nacional de Telecomunicações. Amazônia se aproxima da internet de alta velocidade com nova etapa do Programa Norte Conectado. Anatel, Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/assuntos/noticias/amazonia-se-aproxima-da-internet-de-alta-velocidade-com-nova-etapa-do-programa-norte-conectado>. Acesso em: 30 jul. 2026.
- CAMPÊLO, Welner Fernandes. O vício do seu final de semana: uma etnografia do programa escolar de rádio Club Five em Tefé (AM). 2022. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) — Universidade do Estado do Amazonas, Programa de Pós-

Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), Centro de Estudos Superiores de Tefé, 2022.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2008.

CAPRA, Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CÁUPER, Manuel de Lima. Hino do município de Tefé. Tefé: Prefeitura Municipal, 1983. Letra e melodia oficializadas pela Lei Municipal nº 28, de 16 de novembro de 1983.

COALIZÃO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (DUSA). Escutas Amazônicas: Narrativas locais para atuação na Amazônia urbana. Brasília: GIZ; WRI Brasil; FNP, 2024.

Comunicação e Cultura na Amazônia - Série Comunicação, Cultura e Amazônia / Organizado por Fábio Fonseca de Castro, Otacílio Amaral Filho, Regina Lúcia Alves de Lima. Belém, PPGCOM/UFPA, 2017.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SOUSA, Thanderson Pereira de. Soberania tecnológica vs. colonialidade digital: Estado inteligente e políticas públicas para uma IA Bethânia. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, v. 45, n. 98, 2024.

DAGNINO, Renato. *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas: IGLU, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

DOWNING, John D. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: SENAC, 2002.

FELD, Steven. *Sound and sentiment: birds, weeping, poetics, and song in Kaluli expression*. 3. ed. Durham: Duke University Press, 2012.

FERNANDO, Adelson da Costa; RODRIGUES, Allan Soljenítsin Barreto; BARBOSA, Cristiane de Lima; OLIVEIRA, Edilene Mafra Mendes de; WIELEWICKI, Fabiana Feronha; COSTA, Inara Regina Batista da; CAVALCANTE, Kátia Viana; SILVA, Marcelo Rodrigo da (org.). *Pesquisa em comunicação e cultura na Amazônia*. Manaus: Reggo Editorial; EDUA, 2022.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. *A flor indígena: artes de fazer e mídias livres na Barreira da Missão (Tefé – AM)*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., 2008, Natal. Anais... São Paulo: Intercom, 2008.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. *A rádio Xibé entre o colonialismo tecnológico e a tecedura de relações de escuta*. Revista Tópos, v. 1, n. 2, set./dez. 2017.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. *As artes da resistência radiofônica na era digital: uma antropologia da rádio Xibé*. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29., 2014, Natal. Anais... Natal: Associação Brasileira de Antropologia, 2014.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. *Inventando autonomias no Médio Solimões: uma etnografia dialógica da rádio Xibé e suas redes*. 2015. 432 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2015.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-162, jun. 2002. Disponível no Portal de Revistas da USP.

- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GAMA, Jader Ribeiro. Economia do conhecimento e capitalismo de vigilância: contribuições amazônicas para a inovação digital. 2021. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) — Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2021.
- GAMA, Jader Ribeiro. A busca pela soberania digital indígena na Amazônia: entrevista concedida a Gianmarco Cristofari. DigiLabour, 2026. Disponível em: <https://digilabour.com.br/pt/a-busca-pela-soberania-digital-indigena-na-amazonia-entrevista-com-jader-gama/>. Acesso em: 03 abr. 2026.
- GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1959.
- GRAEBER, David. The utopia of rules: on technology, stupidity, and the secret joys of bureaucracy. Brooklyn: Melville House, 2015.
- GUATTARI, Félix. Caosmose: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.
- GUEDES, Luiz Eduardo; OLIVEIRA, Nagila Maria Silva; SILVA, Pabla Alexandre Pinheiro da; SANTOS, Tamara Afonso dos. A construção da “Amazônia”: diálogo entre autores. Revista do Instituto de Ciências Humanas, v. 20, n. 30, p. 15-31, 2023.
- GUEDES, Luiz Eduardo; OLIVEIRA, Nagila Maria Silva; SILVA, Pabla Alexandre Pinheiro da; SANTOS, Tamara Afonso dos. A construção da “Amazônia”: diálogo entre autores. Revista do Instituto de Ciências Humanas, v. 20, n. 30, p. 15-31, 2023.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Tefé. Rio de Janeiro: IBGE, [2023]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/tefe.html>. Acesso em: 30 jul. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Internet chega a 95% dos domicílios do país em 2025. Agência de Notícias IBGE, 24 jul. 2026. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/47410-internet-chega-a-95-de-domicilios-do-pais-em-2025>. Acesso em: 30 jul. 2026.

Informação e Comunicação na Amazônia: Travessias Epistemológicas V.2. Organizadores: Danielly Oliveira Inomata et al. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2025.

INGOLD, Tim. Being alive: essays on movement, knowledge and description. London: Routledge, 2012.

INOMATA, Danielly Oliveira; ALBUQUERQUE, Renan; BARBALHO, Célia Regina Simonetti; BARBOSA, Cristiane de Lima (org.). Informação e comunicação na Amazônia: travessias epistemológicas. v. 2. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2025.

JENKINS, Henry. Cultura da convergência. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KAPLÚN, Mario. Una pedagogía de la comunicación. Madrid: Ediciones de la Torre, 2002.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Rádio e mídias sociais: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAX, Stephen. Radio in the digital age. Cambridge: Polity Press, 2014.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. Inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1998.

LÉVY, Pierre. O que é o virtual? São Paulo: Editora 34, 1996.

NOVAES, Thiago; GAMA, Jader Ribeiro. Espectro livre, transparência e vigilância: por uma apropriação dos meios digitais na Amazônia. *poliTICs*, n. 23, p. 23–36, 2016. Disponível em: <https://www.politics.org.br/pt-br/infraestrutura-news/espectro-livre-transparencia-e-vigilancia-por-uma-apropriacao-dos-meios>. Acesso em: 30 jul. 2026.

MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. *Rádios livres: a reforma agrária no ar*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARTINS, Elaide. Pesquisa em comunicação na Amazônia. *Aturá – Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, Palmas, v. 3, n. 1, p. 12-17, jan./abr. 2019.

MARTINS, Elaide. Pesquisa em comunicação na Amazônia. *Aturá – Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, Palmas, v. 3, n. 1, p. 12-17, jan./abr. 2019.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEDITSCH, Eduardo. *O rádio na era da informação: teoria e técnica do novo radiojornalismo*. Florianópolis: Insular; Editora da UFSC, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: ONU, 2015.

PENALVA, Liozina Kauana de Carvalho. A invenção da Amazônia, de Neide Gondim. *Revista de Letras Norte@mentos – Estudos Literários*, Sinop, v. 12, n. 28, p. 81-91, jan./jun. 2019.

Pesquisa em Comunicação e Pesquisa na Amazônia. –Manaus: Reggo/Edua, 2022.

PETERS, John Durham. *Speaking into the air: a history of the idea of communication*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

PRATA, Nair. *Webradio: novos gêneros, novas formas de interação*. Florianópolis: Insular, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005.

SANTOS, Mariany Martins. *Constituindo uma pesquisa autoetnográfica a partir de minha trajetória de comunicadora indígena Mayouruna*. 2023. 86 f. Dissertação

(Mestrado em Ciências Humanas) — Universidade do Estado do Amazonas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), 2023.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. SANTOS, Yan Soares. Decolonizar a história digital: apontamentos sobre cibercultura, ensino de história e fundamentos da educação. *Revista de Teoria da História*, v. 27, n. 1, p. 110-127, 2024.

SILVA, Danielly Alinne Lopes da; BARBOSA, Felipe. Colonialismo digital e a reatualização da dominação: reflexões a partir de uma crítica hacker-fanoniana. In: Congresso Nacional de Educação (CONEDU), XI, [anais]. [S.l.: s.n.], 2025.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; PIRES, Thalia da Silva; WENDT, Lucas George. Do colonialismo histórico ao colonialismo de dados: reflexões sobre a relação entre Big Data e o sujeito. *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 75-90, ago. 2023/jan. 2024.

SILVA, Joel Matias da. Uma comunicação a partir dos roçados – Projeto REC: plantando sonhos na Amazônia. 2024. 110 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) — Universidade do Estado do Amazonas, 2024.

SINÃNI, Marília Claudia Favreto; ACCORSSI, Aline. Colonialismo digital e processos de disputas: as mídias como “sistemas educativos” da população. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, e6646, nov. 2023.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA, Raimundo Medeiros de. Emancipação intelectual e comunicação: as aventuras de três jovens amazonenses. 2019. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) — Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST/UEA), 2019.

STALLMAN, Richard M. Free software, free society: selected essays of Richard M. Stallman. Boston: GNU Press, 2002.

STERLING, Christopher H.; KITTROSS, John Michael. Stay tuned: a history of American broadcasting. 3. ed. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2002.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1995.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2000.